

Universidade Federal de Pernambuco
CCSA - Departamento de Serviço Social
Programa de Pós-graduação em Serviço Social

**O PROTAGONISMO DA MULHER RURAL NO
CONTEXTO DA DOMINAÇÃO** - um estudo no
acampamento do Engenho Prado

Izaura Rufino Fischer

Recife
2004

Izaura Rufino Fischer

**O PROTAGONISMO DA MULHER RURAL NO
CONTEXTO DA DOMINAÇÃO** - um estudo no
acampamento do Engenho Prado

Tese apresentada ao programa de
Pós-graduação em Serviço Social da
Universidade Federal de Pernambuco,
como exigência parcial para obtenção
do título de doutor, sob a orientação
da Profª Drª Anita Aline A. Costa.

Recife
2004

F529p Fischer, Izaura Rufino

O protagonismo feminino no contexto da dominação: um estudo no acampamento do Engenho Prado / Izaura Rufino Fischer. –2004.

240 f. : il. 30cm

Tese (Doutorado em Serviço Social)-Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

Bibliografia: f. 202-215.

1. Mulher Rural. 2. Gênero – Relação – Identidade. 3. Questão Agrária. I. Título.

CDD 396.202

IZAURA R. FISCHER

**O PROTAGONISMO FEMININO NO CONTEXTO DA DOMINAÇÃO – um
estudo no acampamento do Engenho Prado**

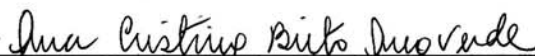
Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço
Social da Universidade Federal de Pernambuco como requisito
parcial para obtenção do título de doutor em Serviço Social.

Aprovada em 27.08.2005

BANCA EXAMINADORA




Prof. Dra. Anita Aline C. Costa
Universidade Federal de Pernambuco




Prof. Dra. Ana Cristina Brito Arcoverde
Universidade Federal de Pernambuco



Prof. Dra. Maria Eliane da Fonte
Universidade Federal de Pernambuco



Prof. Dra. Maria Salett Tauk dos Santos
Universidade Federal Rural de Pernambuco



Prof. Dra. Zélia Maria Pereira da Silva
Universidade Federal de Pernambuco

DEDICATÓRIA

À MINHA FAMÍLIA

AGRADECIMENTOS

Partindo do princípio de que a construção do conhecimento é compartilhada, deixo agradecimentos para:

As mulheres rurais do acampamento Prado, pelas informações fornecidas e pela forma calorosa como me receberam.

A Comissão Pastoral da Terra, particularmente a Sônia Freitas, que fez a mediação junto ao acampamento, e Marluce Melo, pelas informações sobre a luta pela terra no Engenho Prado.

Michael Fischer, esposo, pelo apoio, confecção de tabelas, capa e outros adendos contidos neste trabalho.

Os filhos Maíra, pela busca de pesquisas sobre a condição da mulher, pela organização das fotografias, diagramação do texto e outros apoios; e Yuri, pela procura de trabalhos sobre Tracunhaém, organização do mapa etc.

Maria Ivone Alves e Maria José do Nascimento, pela transcrição das entrevistas.

As colegas do doutorado Roseana Medeiros, Laura Duque, Valdilene Viana, Jordeana Pereira, Marieta Koike, Vera Lima e Wilde, pela convivência agradável e apoio nas horas de desânimo

A Fundação Joaquim Nabuco, por me liberar para realizar este curso.

A colega pesquisadora Lígia Albuquerque, pelas discussões e apoio; aos colegas da Biblioteca Central Blanche Knopf, Maria do Carmo Oliveira e Manoel José dos Santos, pelo apoio na pesquisa bibliográfica.

Os professores e a secretária Jacilene Carvalho, do Programa de Pós-Graduação do curso de Serviço Social, pelo saber transmitido, apoio e convivência agradável durante o curso.

Regina Vita, ex-colega do curso de mestrado, por facilitar contatos junto ao Incra, onde trabalha.

Minúcio Cavalcanti, agrônomo do Instituto de Pesquisas Agropecuárias (IPA), por possibilitar hospedagem gratuita no Cetreino durante a pesquisa de campo.

Anataílde Crespo, pela revisão do português.

Enfim, a todos os que me apoiaram nessa árdua caminhada.

AGRADECIMENTO ESPECIAL

A DOUTORA ANITA ALINE C. COSTA, ORIENTADORA, PELOS ANOS DEDICADOS
À MINHA FORMAÇÃO INTELECTUAL.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACR	Associação de Cristãos do Meio Rural
AMB	Articulação de Mulheres Brasileiras
CBE	Companhia Brasileira de Equipamentos
Cfêmea	Centro Feminista de Estudos e Assessoria
Cetreino	Centro de Treinamento
CGT	Central Geral dos Trabalhadores
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
Contag	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação
Fetape	Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Pernambuco
Fibge	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Fidem	Fundação de Desenvolvimento Municipal
Fundaj	Fundação Joaquim Nabuco
Geran	Grupo Executivo de Racionalização da Agroindústria Açucareira do Nordeste
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano

Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPA	Instituto de Pesquisas Agronômicas
Mirad	Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
Peti	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PFL	Partido da Frente Liberal
Planalsucar	Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-açúcar
RMR	Região Metropolitana do Recife
PNAD	Pesquisa por Amostragem de Domicílio
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
Procera	Programa de Crédito para a Reforma Agrária
Pro-álcool	Programa Nacional do Álcool
Proterra	Programa de Redistribuição de Terras
PSB	Partido Socialista Brasileiro
SOR	Serviço de Orientação Rural
Sorpe	Serviço de Orientação Rural de Pernambuco
Sudene	Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
Ultab	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Mapa de localização da área pesquisada	122
Figura 2	O acampamento Prado núcleo 1	133
Figura 3	Reunião de mulheres do Engenho Prado.....	141

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Estrutura fundiária do município de Tracunhaém em 2002.	126
Tabela 2	Pessoal ocupado por setor de atividade – Tracunhém.	128
Tabela 3	Candidatos a parceiros por sexo: Acampamento Engenho Prado.	134
Tabela 4-	Comissão responsável pela administração dos núcleos do acampamento, segundo o sexo.	136

RESUMO

Este estudo versa sobre a situação da mulher rural. Tem o objetivo de analisar a construção/(re)construção da identidade feminina no acampamento rural do Engenho Prado, na Zona da Mata em Pernambuco. A população investigada é constituída por 140 mulheres, responsáveis ou co-responsáveis pelas respectivas famílias, que convivem no acampamento com o problema da dominação/subordinação e lutam por sua inserção e visibilidade no espaço público. Os resultados da pesquisa mostram que, embora a relação de dominação/subordinação se manifeste como um fenômeno histórico ainda presente na sociedade atual, as mulheres do acampamento conquistam espaço no contexto de hegemonia masculina, na medida em que se constituem em sujeitos na luta política pela terra. O processo de socialização e a convivência com procedimentos democráticos no acampamento despertam sua capacidade crítica, o que implica uma nova concepção de mundo, em contraposição aos valores dominantes. Sobressaem como conclusões do estudo: a) o poder de organização dos grupos subalternos e seu potencial de luta no processo hegemônico; b) a (re)construção da identidade de gênero no meio rural, a participação e a ocupação de espaços políticos pelas trabalhadoras rurais engajadas no movimento de luta pelo acesso à terra.

Palavras chave: Luta política, mulher rural, relação de gênero, identidade gênero.

ABSTRACT

This study focuses on peasant women's condition. It aims to analyze female identity's building/(re)building in the *Engenho Prado* rural settlement, in the *Zona da Mata* of Pernambuco state (Northeast Brazil). The researched population is composed by 140 women who are responsible or co-responsible for respective family as they face dominance/subjection inside the settlement and struggle for their own insertion and visibility in public sphere. The research results show that, although domination/subordination's relationship appears as a historical phenomenon which is found in current society, women in that settlement conquered some space in male hegemonic context as long as they become subjects in the frame of the struggle for land. Socialization process and the contact with democratic procedures inside the settlement awake their critical ability which allows them a new world conception in opposition to prevailing values. The main conclusions of the study can be pointed out as follows: a) the organizing capacity of subaltern groups and their struggle potential in hegemonic process; b) the (re)building of gender identity in rural area, the participation and achievement of political spaces by female peasant workers who take part in the struggle for land.

Key words: political struggle, rural woman, gender relations, gender identity.

INTRODUÇÃO.....	16
Capítulo 1 A situação da mulher na sociedade.....	26
1.1 Rastreado as relações de dominação/submissão.....	26
1.2 Em busca de explicações – principais matrizes teóricas.....	35
1.3 A mulher na trilha dos direitos e da cidadania.....	47
1.4 A condição feminina no meio rural.....	57
Capítulo 2 Ação política - condição de ruptura do código hegemônico de gênero.....	69
2.1 Os caminhos para uma nova concepção hegemônica de gênero.....	69
2.2 A condição de sujeito e a (re)construção da identidade de gênero.....	76
2.3 Uma reflexão sobre a (re)construção da identidade de gênero - modelo de Análise.....	89
Capítulo 3 O cenário do estudo.....	96
3.1 A questão agrária na zona canavieira.....	96
3.1.1 A lei de terras – o começo da especulação fundiária.....	96
3.1.2 A difícil modernização.....	103
3.1.3 A demanda recorrente - a reforma agrária.....	111
3.2 A área de estudo: Tracunaém.....	120
3.2.1 O acampamento do engenho Prado.....	131
Capítulo 4 Expressão e potencialidade da relação de gênero.....	143
4.1 A aproximação da mulher com o espaço político	143
4.1.1 O chamado do movimento social.....	143
4.1.2 Descobrimos a convivência democrática.....	150

4.2	Conceitos, valores e questionamentos.....	154
4.2.1	Repensando o processo de socialização.....	154
4.2.2	Os referenciais da vida familiar.....	163
4.3	Além da divisão sexual do trabalho	174
4.4	Ação política e compromisso com o coletivo.....	182
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....		192
REFERÊNCIAS.....		202
APÊNDICE.....		216
ANEXOS.....		221

INTRODUÇÃO

Este trabalho enfoca a situação da mulher do acampamento rural e traz a realidade de uma categoria que está questionando a tradicional condição feminina, particularmente do meio rural, ao participar da luta pela terra. Trata-se de um grupo de trabalhadores que está lutando pela conquista e defesa dos direitos e criando oportunidades para exercer a representação junto aos movimentos sociais e entidades associativas no meio rural.

Historicamente, a condição da mulher na sociedade sempre esteve associada à maternagem e ao matrimônio. Seu reconhecimento social teve, invariavelmente, como referência a casa, a família. Suas obrigações estavam associadas ao marido, aos filhos, à reprodução e ao processo de socialização familiar. Essa condição somente começa a mudar de forma significativa com o advento da industrialização, quando as mulheres são convocadas a participar do mercado de trabalho. A nova condição lhes possibilita ampliar a luta por direitos e promover mudanças nas regras socialmente estabelecidas. Barganham espaços no mercado de trabalho, reivindicam direitos reprodutivos e redefinem normas através de suas práticas.

Hoje, cada vez mais, homens e mulheres interagem e se complementam, desmontando a premissa de que o homem é o provedor da família e a mulher a rainha do lar. Independentemente de serem responsáveis pela família, muitas mulheres assumem obrigações financeiras da casa, e, ainda assim, o homem se mantém como

chefe da família porque essa condição está imbuída de reconhecimento político. Essa realidade se apresenta mais persistente no mundo rural, embora as mulheres do campo já lutem por mudanças nesse sentido.

A luta feminina é, nos dias atuais, uma temática recorrente que perpassa inúmeros os estudos, principalmente na área das ciências sociais e humanas, mas nem sempre privilegiando o meio rural. O foco no campo está mais centrado nos eixos do trabalho, a exemplo das pesquisas realizadas por Noronha (1986); Fischer (2000); do sindicalismo, com trabalhos produzidos por Giuliani (1988); Miele (1985); dos assentamentos rurais estudados por Ferrante (1997).

Neste estudo, a indagação central está relacionada à identidade de gênero gerada através das práticas de luta pela terra. O trabalho teve como objetivo principal analisar o processo de construção/(re)construção da identidade de gênero nesse processo. Os objetivos específicos buscaram apreender as formas de resistência e de luta da mulher rural pela conquista e defesa de seus direitos; analisar as oportunidades de representação da mulher do acampamento junto ao movimento social e às entidades associativas; observar a relação entre as práticas sociais das mulheres e a reconstrução de sua identidade. O estudo refere-se ao acampamento do Engenho Prado, no município de Tracunhaém, Peranbuco.

A idéia de trabalhar essa questão surgiu da convivência com mulheres rurais de Pernambuco e da Paraíba, ocasiões em que se levantavam dados para compor a pesquisa “*A política fundiária no Nordeste*”, realizada pela Fundação Joaquim Nabuco, na década de 90 do século XX. Foi possível então observar as mulheres de acampamentos rurais daqueles Estados participando de todas as atividades políticas no processo de luta pelo acesso à terra, mas sendo identificadas como donas-de-casa.

Sua prática extrapolava aquela representação. Elas implementavam mudanças na sua forma de agir e na própria realidade. A partir desse fato, partiu-se para realizar este trabalho, com a premissa de que a participação da mulher na luta pelo acesso à terra cria condições de ruptura com o código hegemônico da relação de gênero.

O trabalho mostra que as mulheres pensam e redefinem as regras sociais e refletem também sobre seu papel na sociedade, particularmente sobre quem são e para que vieram. Redefinir regras sociais a partir de suas práticas significa transportar-se à condição de sujeito para buscar reconhecimento político, o que implica, sobretudo, mudança de valores perpassados no código das regras que norteiam a sociedade.

Repensar essa condição quer dizer remeter-se à sua identidade, no contexto histórico, e aos limites que essa identidade cria. Atingir esse estágio é partir da própria consciência para fazer a crítica. Foram sempre mães e donas-de-casa, e descobrem que podem “navegar em outros mares”. Com tal perspectiva, introduzem mudanças na Identidade, gerando fissuras, contradições e ambigüidades com relação ao código hegemônico que rege a sociedade.

Sua identidade ganha corpo entre o plano simbólico e as práticas sociais, nutrindo-se na cultura. Somando valores do âmbito doméstico, social e comunitário, as mulheres constroem uma nova Identidade de gênero e adquirem potencial para promover mudanças na sociedade. Afinal, a ideologia que permeia a identidade conjuga elementos capazes de distorcer realidades ou legitimá-las.

A identidade de gênero tem como célula fundamental a dimensão ideológica de conteúdo prático alinhado a um conjunto de crenças, normas, valores e motivações. O uso desses mecanismos numa contra-perspectiva produz, reproduz e transforma identidades, e seus efeitos se manifestam nas profissões e nas atribuições de um modo

geral. Através de suas práticas, as mulheres (re)constroem sua Identidade, desenvolvendo novas perspectivas de si mesmas e do outro, e criam uma contra-perspectiva que lhes permite questionar sua condição de grupo subalterno na relação de gênero. Ao alinhar a identidade a novos valores, as mulheres afrontam normas sociais através de uma visão de mundo específica.

As mulheres do acampamento encontram terreno fértil para (re)construir sua identidade nas práticas coletivas do movimento social. Passam a referenciar-se por um conjunto de valores alinhados ao objetivo comum do acesso à terra, iniciam-se na prática da ação política, e aí constroem sua história. Criam e se recriam na ação coletiva numa relação constante. Posicionam-se como sujeitos, associadas a um projeto de mudança, mesmo que seus rumos não estejam plenamente delineados. Assim, aquelas mulheres elaboraram novos elementos da práxis e romperam a cortina do espaço privado, saindo da alienação política e integrando-se a um processo de luta.

Entram no movimento coletivo movidas pelas circunstâncias das tecnologias introduzidas no campo. A modernização da agricultura contribuiu para expulsar os trabalhadores rurais da terra, ferindo sobretudo o direito ao trabalho. Nesse contexto, homens e mulheres passam a perambular buscando a sobrevivência e tornam-se estorvos para a cidade e o campo. Acuados pelo desamparo, embarcaram na luta pelo acesso à terra porque, além da vida, nada mais tinham a perder. Na contradição desse processo, as mulheres chegam à luta pela terra. A partir de então, começam a construir uma identidade diferente da socialmente idealizada para elas. A participação no movimento coletivo dava-lhes condições para questionar regras e construir novos valores, que, através de um conjunto de idéias, questionassem a ideologia dominante.

O espaço privado em que as mulheres rurais viviam inviabilizava qualquer processo de luta. A esfera da produção, onde se engajavam, por si só não contribuía para alterar o seu nível de consciência porque faltava a diversidade do trabalho coletivo. Aí também não havia qualquer projeto de mudança. Até chegarem ao acampamento, participavam plenamente da produção agrícola, mas, sempre relegadas à invisibilidade política. Seu trabalho era anônimo, “sem valor”, e subsumido no trabalho masculino, embora fossem as responsáveis pelo provimento da maior parte do alimento consumido na família.

A situação daquelas mulheres somente começa a tomar novo rumo com a participação na luta pelo acesso à terra, quando se inserem no projeto da classe trabalhadora, de hegemonia masculina, e aí constroem o seu projeto de gênero com reivindicações delineadas. Tecem a crítica à socialização que fundamenta a divisão de papéis para cada sexo; asseguram, no processo de luta, a perspectiva de permanência na terra, caso a relação com o companheiro seja desfeita; estabelecem-se na convivência grupal onde praticam princípios democráticos e garantem, também, lugar no governo e nas representações políticas do acampamento; ocupam espaços na capacitação em assistência técnica, para responsabilizar-se por projetos agrícolas e ganham visibilidade no processo de produção e de administração do dinheiro; revêem as práticas do casamento e negociam a participação masculina nas atividades domésticas, a partir de sua contribuição no trabalho da roça.

Mesmo com essa margem de conquistas no seio do movimento, as mulheres rurais do acampamento enfrentam luta acirrada no campo dos valores e pagam um alto preço pela iniciativa de implementar mudanças nas regras sociais. Estão inseridas no conservadorismo do mundo rural em que romper os preconceitos pode custar perdas de

apoio, de afetividade, de amizades e de relacionamentos que antecederam sua própria existência, como a vinculação com os pais. As mulheres do acampamento confrontam-se e rompem relações com os parentes mais próximos, e recebem um tratamento diferenciado na sociedade.

Sem dúvida, aquelas mulheres vêm construindo um estilo de vida que implica mudanças nas relações de gênero entre os trabalhadores, com repercussões mais gerais no meio social dos acampamentos rurais. Essas mudanças, no entanto, ainda não foram suficientes para despertar o interesse de significativo número de pesquisadores sociais pela problemática. Até onde se tem conhecimento, são raros ou inexistentes os estudos disponíveis sobre a atuação política da mulher no acampamento rural.

A escassez de tais estudos talvez se explique pelas características da ocupação, geralmente vista como efêmera, com risco real de ser dissolvida a qualquer momento, seja através da expulsão dos trabalhadores da terra, sob o pretexto de que aquela é produtiva, seja pela conquista do pleito. Além disso, o acampamento é tido como lugar perigoso, onde pode explodir um confronto de classes a qualquer momento, trazendo riscos de vida para quem se encontre no local.

A situação de perigo, a efemeridade e a luta peculiar do acampamento, tem marcado a história das mulheres, levando-as a atuar de forma coletiva. Sendo assim, este estudo está centrado na construção da mulher como sujeito político na luta pelo acesso à terra. O sujeito a que refere o estudo *é aquele capaz de pensar a si como membro da coletividade e propor um objetivo de ação* (Gramsci, 1974). No processo de luta pela terra, as mulheres praticam ações coletivas norteadas por um objetivo comum e recriam um outro cotidiano. Re-elaboram as relações familiares, criam e recriam

cotidianamente suas ações a partir das necessidades objetivas e imediatas. Efetivam essas ações nas relações sociais permeadas por contradições, conflitos, ambigüidades e interesses, e, assim, promovem mudanças no percurso de suas vidas. Como diz Marx (2003, p.15),

Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha, mas sob aquelas circunstâncias com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado.

As mulheres acampadas promovem a ação numa relação articulada ao projeto da classe dos trabalhadores rurais. Ao tratar a relação de gênero, recuam diante dos limites, mas nesses mesmos limites, criam possibilidades. Na dinâmica das relações sociais, constroem seus espaços nas circunstâncias que se apresentam.

Visando apreender a dominação/submissão efetivada na realidade do acampamento, este estudo amparou-se nas idéias defendidas por Saffioti, que analisa a relação de dominação/subordinação como construção social, centrando sua análise no paradigma da igualdade, sem perder de vista a premissa de que a mulher só consegue a emancipação com a libertação da humanidade. Pensar os grupos humanos como estruturalmente dados é retirar da cena a personagem central da história, as relações sociais diz Saffioti (1992). A autora entende a construção de gênero como um processo infinito de modelagem-conquista dos seres humanos, que tem lugar na trama das relações sociais entre mulheres, entre homens e entre homens e mulheres.

Este trabalho foi construído com base em dados primários coletados no acampamento rural do Engenho Prado através de entrevista semi-estruturada e observação. O grupo selecionado para compor a unidade de observação constituiu-se de mulheres participantes da luta pelo acesso à terra, com prática justificável em termos

de tempo e atuação no movimento. Buscou-se apreender, através das falas e expressões dessas mulheres, a relação de gênero, priorizando entendimentos, interpretações e mudança nas ações desses sujeitos.

Ao tratar a condição das mulheres acampadas, esta pesquisa traz informações importantes para o entendimento das relações de gênero, do público/privado, sobretudo quanto ao desenvolvimento da capacidade crítica das mulheres e de sua participação política. As informações organizadas favorecem a compreensão de aspectos da relação de gênero que sofreram mudanças. Os resultados da pesquisa vão agregar conhecimento à questão de gênero que podem servir aos estudiosos do meio rural, da questão agrária, na perspectiva de firmar uma outra visão da realidade daquelas mulheres trabalhadoras. Os resultados podem também ser aplicados na formação das políticas sociais para o meio rural.

O trabalho pode ser útil, sobretudo, à sociedade científica, principalmente nos aspectos do ensino e da extensão. Como formadora de opinião, com mais informação, a academia tem possibilidades de contribuir para transformar a visão de mundo que norteia a relação de gênero, no sentido de fazer ver que a população está dividida segundo o sexo e que os comportamentos, prioridades e interesses são diferentes.

O sindicato de trabalhadores rurais pode se apoiar nos dados para orientar o trabalho político junto às mulheres sindicalizadas, inclusive alimentar essa discussão no sindicato considerando o saber político construído no acampamento rural.

Os movimentos sociais e ONGs comprometidos com a questão da cidadania poderão utilizar os dados da pesquisa para melhor se aparelharem para lidar com a problemática feminina no meio rural. O trabalho pode apontar nova perspectiva de atuação ou inclusão da categoria, uma vez que aborda um assunto ainda pouco estudado. Com mais informações, podem levar a mulher rural a ampliar seu espaço de cidadania.

Além desses, os legisladores podem se apropriar das informações levantadas pelo estudo para elaborar leis que beneficiem a mulher rural. As leis não mudam efetivamente a realidade, mas contribuem para tal. Como instrumento ambíguo, estabelecem limites de ação que tanto podem implicar ampliação de permissões quanto limitá-las.

Visando facilitar a leitura, que depende do conteúdo, da forma, mas também da estruturação das informações, dividiu-se o trabalho em quatro capítulos: o primeiro retrata a subordinação feminina no percurso da História. Mostra como essa condição está transversalizada no conjunto da sociedade, expressando-se com maior visibilidade nas regras vigentes. Enfoca também a luta das mulheres para abrir espaços de participação na sociedade, principalmente a partir da implantação da Revolução Industrial. Constrói o percurso da (in)visibilidade da mulher rural e vislumbra explicações para o fenômeno das desigualdades entre homens e mulheres na sociedade.

O segundo capítulo compõe o marco teórico do estudo, centrando a discussão na identidade de gênero como construção social e na perspectiva de sua (re)construção nos espaços coletivos dos movimentos sociais. A atuação do sujeito político reflete a tomada de consciência da mulher na (re)construção de sua identidade a partir das ações práticas. O processo se dá pela mudança nos valores, expressa na cultura, que possibilita a formação de uma nova visão de mundo. O capítulo contempla ainda o modelo de análise do estudo.

O terceiro capítulo apresenta a realidade da Zona da Mata de Pernambuco e do município onde se realizou a pesquisa. Aí apresenta-se um quadro contraditório e mesmo antagônico em que as classes sociais se enfrentam, e os trabalhadores rurais

tomam assento na correlação de forças que norteia os interesses das classes rurais, embora com poderes muito desiguais. Ao serem expulsos do campo, a partir da década de 50 do século XX, os trabalhadores rurais se organizaram em movimentos sociais e adotaram estratégias para pressionar os governantes a promover a reestruturação fundiária. As mulheres rurais participaram do movimento pela liberação das terras para os trabalhadores a partir da década de 70 daquela centúria, reivindicando o acesso à terra, que sempre lhes fora era vetado.

No último capítulo, enfoca-se o processo de luta pela terra, evidenciando a participação da mulher na ação coletiva. O saber adquirido na luta tem rebatimento nas relações de gênero manifestas nas relações familiares, na organização do trabalho e na socialização.

Nas considerações finais, mostra-se que as mulheres do acampamento (re)constróem sua identidade ao desempenharem a ação do sujeito político e, dessa forma, contribuem para construir de uma nova história daquele segmento de mulheres.

CAPÍTULO 1

A SITUAÇÃO DA MULHER NA SOCIEDADE

1 . 1 Rastreamento das relações de dominação/submissão

Historicamente, a dominação/submissão se apresenta como característica que permeia a relação homem/mulher. Aceita pela sociedade como natural, passa a fazer parte do cotidiano, transformando-se no real, concebido por Giles (1993) como aquilo que existe independentemente da percepção. Representa o pensar silenciado pela ideologia estribada no patriarcado, que alimenta o pensar e agir feminino na sociedade. É o silêncio regulado pelas leis que submetem o mundo das mulheres ao mundo dos homens (OLIVEIRA, 1999).

A História mostra, no entanto, que a condição da mulher foi estruturada de forma particular, no tempo e no espaço, em cada civilização, assumindo traços e peculiaridades segundo os valores, a cultura, a religião e a tradição de cada época.

No antigo Egito, por exemplo, o poder dos grandes reis coexistia com o das mulheres administradoras dos templos. Na estrutura social de algumas tribos, as mulheres constroem seu poder no harém, uma espécie de instituição simétrica às cortes masculinas¹. Além de exercerem o poder na corte, a mãe e a mulher do

¹ Em sua origem, o harém, ao invés de significar sinônimo de poligamia ou submissão da mulher, conforme é entendido no senso comum, constitui-se numa corte formada por mulheres que administram assuntos de ordem nacional e internacional na alta esfera da aristocracia (MICHEL, 1983).

imperador ou do califa tinham seu próprio primeiro ministro e comandavam uma comitiva composta por milhares de pessoas (MICHEL, 1983).

Contudo, se as mulheres conseguiram visibilidade no Egito, o mesmo não aconteceu na civilização grega, na qual foram condenadas ao silêncio. Em Atenas, a mulher tinha *status* de escravo, e, como este, realizava apenas atividades manuais, a exemplo da tecelagem, efetivamente desvalorizada pelo homem livre. Na divisão sexual do trabalho, além das tarefas socialmente inferiorizadas, cabia-lhe executar os serviços mais pesados, como a extração de minerais. Sua função principal consistia, no entanto, na reprodução da espécie, atribuição complementada pela produção de bens. É vetado seu acesso à educação formal, uma vez que o saber era considerado uma prerrogativa superior, à qual, apenas mulheres excepcionais, a exemplo de Safo², teriam direito. Prevalece o entendimento de que deuses teriam criado a mulher para as funções domésticas, e o homem para todas as outras. Desse modo, a mulher é excluída do pensar e do conhecer, qualidades tão valorizadas pela civilização grega. Na sua obra “A República” (livro V), Platão concebe as mulheres como a reencarnação dos homens que foram covardes e injustos durante a vida. De igual modo, Aristóteles, em “História animalium”, justifica que *a fêmea é fêmea em virtude de certa falta de qualidades*, e, no caso da mulher, certos atributos são destacados:

ela se apresenta mais vulnerável à piedade; chora com mais facilidade; é mais chegada à inveja, à lamúria, à injúria; tem menos pudor e menos ambição; é menos digna de confiança; é mais encabulada; facilmente se deixa abater pelo desespero; decide-se com mais dificuldade; e tem menos necessidade de alimentos (apud ALAMBERT, 1986, p. 4).

² Poetisa grega que, no século VI antes de Cristo, fundou um centro de educação para mulheres.

Na civilização romana, a instituição jurídica *Pater Familiae* atribuiu ao homem poder ilimitado sobre a mulher, do mesmo modo que o exercia sobre a criança, o servo e o escravo. Não só é fortalecida a base de domínio do homem na família, mas ampliada a subordinação feminina, que, além de regida pelo direito fundado nos costumes, passou a ser controlada pela lei coercitiva³. O *Pater Familiae* veta à mulher o exercício de profissões, a participação em assembléias, assim como o direito em sucessão e o acesso à propriedade de bens. Em poucas palavras, essa instituição jurídica legitima a inferioridade das mulheres.

Na modernidade, Rousseau (1978) vê a impossibilidade de o homem sobreviver regulado pelas leis naturais e, assim sendo, propõe um pacto social que assegure a igualdade de direitos e obrigações, reconhecendo o direito da sociedade acima de cada indivíduo. A educação ajudaria a formar o cidadão participante do *Contrato Social*. Desse contrato, porém, a mulher não faria parte, pois sua vontade estaria representada pelo homem, quer na figura do pai, quer do marido. Em função das diferenças sexuais, a mulher, como membro da sociedade, deveria ser preparada para ajudar o homem a exercer a liberdade, a cidadania e desfrutar da felicidade. O homem só poderia cumprir suas funções públicas de forma plena se a mulher garantisse seu equilíbrio psíquico e as tarefas “próprias” do espaço privado. Assim, essa mulher deveria receber educação direcionada para tal, conforme a representação de Sofia, personagem idealizada por Rousseau (1995).

³ Apesar dos rigores da lei, a História registra a resistência da mulher a esse domínio, mesmo sem chances de sucesso. No ano 195 D.C., por exemplo, mulheres romanas protestam no senado contra a obrigatoriedade de se locomoverem a pé e a proibição de usarem o transporte público, legalmente designado apenas ao homem.

Com base nas diferenças essenciais entre homens e mulheres, seriam estabelecidos comportamentos assimétricos, regulados por normas sociais. A educação ideal para a mulher, na opinião do autor, deveria ser aquela que a preparasse para viver na aparência, que lhe ensinasse a fingir e a ocultar suas opiniões, ou seja, a torná-la naquilo que o homem desejava. A educação política para a mulher poderia significar uma ameaça ao pacto social, razão pela qual ela deveria dedicar-se unicamente à família e ao esposo. Portanto, não necessitava de educação política para exercer essas atribuições. No dizer do próprio Rousseau (1995, p. 501), “*elas devem aprender muitas coisas, mas apenas aquelas que lhes convêm saber*”.

Nesse entendimento, os limites do domínio feminino se esgotam no espaço privado, onde não se criam direitos políticos nem cidadania, que são prerrogativas do âmbito público (COBO, 1995). Admite-se a distinção entre um e outro, ao reconhecer-lhes características próprias, mas ambos se fundem na visão hegemônica do mundo masculino. O homem comanda também o espaço privado, embora com o auxílio da mulher, que, na condição de gerente da casa, garante a reprodução biológica e o bem-estar do homem a fim de que ele possa atingir a plenitude democrática e atuar com equilíbrio e eficiência no âmbito público. Conforme o pacto, a mulher deve tornar-se uma boa doméstica, formadora de homens e mulheres e geradora de filhos. A igualdade política do pacto deve ser dirigida ao cidadão masculino.

Essa condição imposta à mulher, como mostram os documentos históricos e a literatura, foi adotada, também, nos novos espaços descobertos, colonizados ou invadidos, principalmente pelo homem europeu. A invasão das terras brasileiras pelos portugueses resultou na substituição da cultura dos nativos pela dos civilizados (FREYRE, 1995).

As mulheres indígenas que aqui se encontravam foram aprisionadas e postas a serviço do colonizador português, que, proibido de contrair matrimônio com a nativa, a usava como escrava na prestação de serviços, inclusive sexuais. Mas, os índios e as índias aprisionados não se permitiam ser escravizados por longo tempo. Segue-se a importação de negras e de negros africanos, que aqui chegaram para trabalhar como escravos na lavoura da cana-de-açúcar e foram submetidos a sacrifícios ainda maiores. As negras, radicalmente maltratadas, eram escravas também dos caprichos do senhor, que as mantinha como concubinas, e da esposa, que, movida por frustração e ciúme, as castigava com requintes de crueldade. De qualquer modo, em meio às turbulências, as escravas existiam para servir: tornavam-se amas de leite e criadoras dos filhos do senhor. Outras trabalhavam como domésticas e também na lavoura.

Até o fim do período colonial, as mulheres brancas trazidas de Portugal para o Brasil na condição de plebéias formavam um contingente socialmente diversificado, que exercia múltiplas atividades. Praticavam a fiação, a tecelagem, a costura, a feitura de rendas, o pequeno comércio, e labutavam na agricultura de sobrevivência (SILVA, 1995).

Com a abolição da escravatura, essa situação se torna comum a todas as outras mulheres. Sem legitimação e reconhecimento formal do seu trabalho, elas permaneceram como personagens do espaço doméstico, sujeitas à solidão política, a uma posição de desvantagem em relação à sua participação na sociedade e à negação de sua condição de trabalhadoras (BRUSCHINI, 1990).

No prenúncio da contemporaneidade, com o surgimento da industrialização, particularmente a inglesa, que lastreia o sistema burguês, as mulheres do mundo considerado civilizado dão passos regulares na direção do espaço público, ao serem

convocadas para desenvolver atividades remuneradas, principalmente no setor de tecelagem, do qual tinham o domínio, pois teciam as vestimentas e os agasalhos de forma artesanal (SAFFIOTI, 1981).

Os capitalistas não só modificaram o tear, instrumento de trabalho da mulher de origem rural mas, também se apropriaram de seu saber.

Ao convocar a força de trabalho feminina para operar na indústria têxtil, os capitalistas aproveitam a experiência acumulada pela mulher na produção do fio usado como matéria-prima e no trato com o próprio tecido. Em outras palavras, apropriam-se de seu saber, sem que isso jamais tenha significado, no entanto, valorização do trabalho feminino.

Com a industrialização do tear, a produção de fios, considerada labor feminino, ou “obrigação de casa”, migra para a fábrica⁴ e se transforma em trabalho/mercadoria com valor de troca. No novo processo de trabalho, a mulher é submetida à dinâmica do assalariamento⁵ e à exploração que lhe é própria. Nessa condição, triplica suas atribuições na sociedade ao ser responsabilizada pelo cuidado da família, pela reprodução da força de trabalho e, também, pela participação na chamada produção social na condição de assalariada. É o início de uma era em que ela passa a transitar em espaços que lhe são estranhos, a conviver com pessoas do outro sexo e ter acesso ao dinheiro, o que, ao longo dos séculos, fora um privilégio masculino (CORIA, 1996).

A industrialização, carro chefe do regime capitalista, é permeada, sobretudo, pelas idéias democráticas de Rousseau. Contraditoriamente, porém, a estrutura social

⁴ Inicialmente, os teares funcionavam na residência da mulher.

⁵ Com a industrialização, segundo Hunt (1982 p. 87), mulheres e crianças são inseridas no mercado de trabalho, onde vivenciam cruel servidão. Os capatazes, que ganhavam conforme a produção, forçavam-nas sem piedade. Em quase todas as fábricas, elas tinham apenas 20 minutos para a refeição. Além do trabalho árduo e monótono, o preço do

que se prenuncia abre espaços para a redefinição de valores políticos, culturais e econômicos que permitem modificações na condição da mulher.

Na malha da Revolução Francesa, cuja tônica é a proclamação da igualdade, e com a secularização da religião, as idéias assimétricas do Contrato Social, de Rousseau, são contestadas, principalmente pela feminista inglesa Mary Wollestonecraft (1759-1797), que tentou mostrar a cegueira daquele pensador em seu livro “Vindicación de los Derechos de la Mujer,” publicado em 1795. No bojo dessa Revolução, outras feministas fizeram incursões semelhantes, a exemplo de Olimpes de Gouges, condenada à guilhotina em 1803 por desvio de comportamento feminino. Como salienta Alambert (1986), Gouges enfrentou a oposição ferrenha do deputado revolucionário Robespierre e do jornalista e político Marat que a acusavam de esquecer a virtude de seu sexo e de tentar se transformar em “homem de Estado”. Na verdade, porém, junto com outras mulheres igualmente contestadoras, Gouges apenas reivindicava um contrato social sem distinção de sexo, fundado no interesse comum do direito à liberdade, à propriedade, à segurança e na resistência à opressão.

Historicamente, pensadores políticos como Schopenhauer, Balzac, Proudhon, Nietzsche e tantos outros continuaram a defender, entretanto, com veemência, a submissão feminina. Insistem, todos eles, em considerar a mulher como um ser inferior do qual nada se pode esperar. Seu único destino deveria ser o de servir ao marido, se ocupar dos trabalhos domésticos e procriar.

Para Nietzsche, famoso crítico do cristianismo e da moral tradicional,

emprego numa fábrica era, muitas vezes, a submissão ao assédio sexual dos empregadores e capatazes. “Nas minas, trabalhavam de 14-16 horas por dia, despidas até a cintura, ao lado de homens e executando trabalho de homem.”

na mulher tudo é enigma e tudo tem a sua solução: a gravidez. Para a mulher, o homem é instrumento, e o fim é sempre o filho. Mas, o que é a mulher para o homem? O brinquedo mais perigoso. O homem deve ser educado para a guerra, a mulher para a recreação do guerreiro. O resto é loucura. Apud Alambert, (1986, p. 4).

No mesmo sentido, Balzac defende que o destino da mulher é fazer pulsar o coração do homem: “*A mulher casada é uma escrava que devemos colocar num trono*”, apud Alambert (1984, p. 4). Contemporaneamente, o próprio Freud tende a reconhecer a inferioridade feminina ao salientar que “*problema insolúvel na psicologia é desvendar o que a mulher deseja, pois ela apresenta uma rigidez psicológica incurável, não demonstra esperança de progresso e age como se as influências não pudessem atingi-la*” (idem).

Como se observa, filósofos e intelectuais da classe dominante, em diferentes épocas, construíram argumentos para justificar a inferioridade da mulher como natural, sempre voltados para garantir a hegemonia masculina na relação de gênero. De acordo com Molina (1999), a desatenção atribuída à mulher na esfera dos direitos relaciona-se com a quebra de promessas da modernidade - a promessa da liberdade e humanidade, celebrando o poder da razão com o triunfo da ciência natural, que não se cumpriu em relação às mulheres. Assim, o pensamento liberal, depois da Revolução Francesa, trabalhou no sentido de redefinir o público e o privado, determinando esferas de atuação entre homens e mulheres. A Revolução Industrial e o capitalismo reafirmam a desigualdade entre os sexos.

Certamente, a modernidade abriu novos horizontes à mulher, que, na contradição das relações estabelecidas, vem empreendendo mudanças ao penetrar no

espaço público. Paralelamente à sua participação no mercado de trabalho, e juntamente com seus anseios de emancipação econômica, amplia-se a capacidade de mobilização feminina e intensifica-se a luta das mulheres pelo direito à cidadania. A rapidez em que vêm ocorrendo as mudanças econômicas na segunda metade do século XX tem provocado enorme impacto sobre o antigo modelo familiar e também nos padrões de convívio entre os dois sexos, diversificando-se o horizonte e a perspectiva das mulheres.

No bojo dos movimentos sociais comprometidos com a transformação das relações humanas, surge o movimento feminista, que vem se dedicando à luta contra a dominação masculina, contribuindo assim para o desmonte da cultura do patriarcado. Com atuação mais intensa na sociedade ocidental, esse movimento tem se manifestado igualmente no Brasil, influenciando mudanças significativas nas relações de gênero. A crescente presença feminina nas mobilizações e discussões em torno de questões diretamente ligadas às condições de vida, certamente promoveu implicações na qualidade da convivência entre homens e mulheres e reforçou os benefícios de uma implementação formal da cidadania feminina.

É importante considerar, no entanto, que a conquista dessa posição, atribuída a fatores sociais, culturais ou políticos, não é suficiente para a erradicação de uma sociabilidade fundamentada na hegemonia masculina e sujeita à mistificação das relações sociais. É forçoso reconhecer que a opressão de gênero ainda serve como meio de reorganizar a reprodução social, e, desse ponto de vista, essa opressão tem *status* privilegiado na estrutura capitalista. Por trás da opressão de gênero existe uma estrutura de relações sociais, favorecendo formas de expropriação, legitimando certos tipos de conflitos e inibindo outros pelos quais a dominação é sustentada. Essas

características existem nos relatos históricos, tendo como pano de fundo as *diferenças*, as *desigualdades* e a *hierarquia*.

No item a seguir, procura-se explorar as principais categorias que têm servido como referência à explicação da questão feminina, e, em particular, a construção social da relação de gênero, que coloca em destaque as práticas sociais sujeita à organização da vida material e da reprodução social.

1 . 2 Em busca de explicações – principais matrizes teóricas

O debate sobre a situação das mulheres tem sido objeto de diferentes abordagens, que se propõem a explicar sua subordinação/dominação e as contradições que permeiam tal relação segundo diferentes correntes de pensamento. As múltiplas tendências identificadas podem ser agrupadas em três principais matrizes teóricas que têm como respectivos pressupostos a teoria do patriarcado, a divisão sexual do trabalho e as relações de gênero.

- *O patriarcado*

No sentido literal, o patriarcado significa governo do pai ou direito paterno (PATEMAN, 1995). Mas, a dominação masculina, principalmente no sistema capitalista, vai além dessa forma de governo, diz Mies (1989). Inclui a dominação dos maridos, dos chefes, a preponderância do homem na maioria das instituições, na política e na economia. Weber (1977), defensor da sociedade hierarquizada, define o patriarcado como situação em que a dominação econômica e familiar é exercida normalmente por

uma só pessoa, de acordo com determinadas regras fixas. No seu entendimento, o patriarcado é a forma mais pura de dominação tradicional, fundamentada nas crenças, nas tradições, ou seja, na legitimidade de uma “autoridade que sempre existiu”. O patriarcado é identificado como uma ramificação do patrimônio, que reproduz o poder masculino e assegura a condição de dominação/submissão entre homens e mulheres através da cultura hereditária. Nessa perspectiva, a obediência se efetua pela tradição, de forma espontânea, e sem qualquer relação com os princípios jurídicos ou administrativos. A obediência é extensiva aos que têm a mesma linhagem, aos escravos e àqueles que têm a relação assegurada pelo matrimônio, sendo regressiva quando se trata do elemento masculino, que, ao formar família, obtém *status* para dominar, e progressiva para o feminino, que deve obediência àquele até a morte.

Saffioti (1987), estudiosa feminista centrada na sociedade de classes, elege como matriz explicativa de suas análises o tripé patriarcado/racismo/capitalismo, considerando essa simbiose substancial ao exercício do poder e à geração de lucro. Desse ponto de vista, a organização da sociedade, da produção e do consumo; a política, a legislação e a cultura; as relações interpessoais e, conseqüentemente, a personalidade são marcadas pela violência e pela dominação que têm sua origem na cultura e nas instituições do patriarcalismo. Além da dominação na família, o patriarcalismo se afirma, portanto, como sistema de exploração que se expressa essencialmente no terreno econômico.

Como um sistema de dominação de abrangência universal, o patriarcado assume um caráter histórico, sujeito às condições específicas em cada tempo e lugar. Sob a influência da revolução liberal, o patriarcado adquire um perfil diferente daquele predominante entre os romanos. Cristaliza-se a idéia de que a desigualdade individual e

coletiva não é um fato natural, e sim histórico, determinado pelas condições objetivas da realidade. Era, porém, importante, a delimitação das esferas de atuação de homens e mulheres, a distribuição e valorização dos papéis entre os sexos, que eram desiguais cabendo à mulher o pólo dominado.

A teoria do patriarcado se insere nesse quadro, cujas conseqüências são a divisão sexual do trabalho e o confinamento das mulheres no espaço privado, onde se confirma sua subordinação ao poder dos homens. Com o avanço da tecnologia e a expansão da industrialização, nos séculos XIX e XX, a realidade social assume novas características. As mulheres passam a vivenciar, direta e indiretamente, a exploração capitalista. A família, que era unidade de produção e consumo, aos poucos, passa por transformação, tornando-se unidade de consumo. As mulheres são convocadas a atuar no mercado de trabalho e, assim, começam a participar de outras instâncias no espaço público, ficando mais evidentes as desigualdades na distribuição das tarefas entre homens e mulheres, na medida em que elas assumem outros encargos e continuam, simultaneamente, com as mesmas responsabilidades no âmbito doméstico.

Tal realidade motiva, principalmente, as estudiosas e estudiosos do marxismo a retomarem a divisão sexual do trabalho, visando explicar a redefinição da subordinação feminina.

- A divisão sexual do trabalho

Como forma de dominação/submissão que antecede o capitalismo, e derivada da propriedade privada, a divisão sexual do trabalho se estabeleceu com o sistema de troca, no período pós-matriarcal (ENGELS, 1984), e continua sendo redimensionada

por esse sistema de produção (BANDEIRA, 1997). A divisão sexual do trabalho não apenas permanece, mas se torna evidente com a emergência do capitalismo, que desarticula a indústria doméstica, capitaliza a produção agrícola e submete o trabalho à condição de assalariamento. Essas transformações contribuíram para a incorporação do trabalho feminino à indústria, sobretudo a têxtil, onde se estabeleceu a base do assalariamento dessa categoria de trabalhadoras.

A feminização do trabalho coexiste com a reprodução da divisão sexual daquele: na realidade, as fronteiras se deslocam, mas a divisão do trabalho se mantém (HIRATA, 2002), servindo, assim, para indicar diferenças de posicionamento na estrutura ocupacional e para sinalizar que o trabalho doméstico é próprio da mulher.

Hirata (2002) destaca duas correntes metodológicas nas análises que privilegiam a divisão sexual do trabalho: a primeira remete a uma conceituação em termos de “vínculo social” (semelhanças com a prática da filantropia), que dilui as atividades femininas na generalização de trabalhos, como o solidário, o complementar (ajuda ao pai ou marido) e as realizações em parceria, o que, muitas vezes, descaracteriza sua condição de trabalho remunerado. A segunda situa-se em termos de “relação social”, na qual o assalariamento exercido no seio da classe dos trabalhadores implica divisão do trabalho, contradição, antagonismo, oposição, dominação, opressão, poder.

A divisão social do trabalho contém a divisão sexual do trabalho e nela está implícita a opressão/dominação, que se manifesta através de uma hierarquia de poder entre os sexos. Essa condição histórica está presente em todas as sociedades, mas sempre ligada a uma estrutura em que o trabalho masculino tem valor superior ao feminino. Está permeada, portanto, por relações desiguais, hierarquizadas entre

homens e mulheres, e aponta as formas de exploração/dominação conduzidas pelo capitalismo e suas contradições.

A relação de trabalho se modifica, porém, as mulheres não desenvolvem todas as atividades na produção, e podem ser substituídas pelo homem naquelas que realizam. A realidade não se baseia nas relações que se estabelecem mas numa relação ideal.

Hirata, citando Kergoat, afirma (2002, p. 275):

relações sociais sexuadas e divisão sexual do trabalho são duas expressões indissociáveis e que constituem um sistema. A reflexão em termos de relações sociais sexuadas é, ao mesmo tempo, anterior e posterior em termos de divisão do trabalho: ela lhe é preexistente como noção, mas posterior como problemática.

A divisão sexual do trabalho conjuga a subordinação feminina em termos de valor do trabalho e de permanência da mulher nas tarefas domésticas. As mulheres estariam entrando no mercado de trabalho para realizar tarefas secundárias, que dispensassem o uso da força física, razão suficiente para justificar a desvalorização de seu trabalho na esfera da produção. No manto desta justificativa lhes é atribuído salário mais baixo e tratamento diferenciado, inferior àquele dispensado aos trabalhadores masculinos, cujos encargos, em tese, exigem força física.

Além de serem absorvidas pela produção capitalista, em atividades semelhantes às que lhes eram secularmente atribuídas, as mulheres se prestavam à acumulação. O trabalho doméstico estava embutido no assalariamento da força de trabalho da mulher, criando as condições para maior exploração da classe trabalhadora. Como explica Saffioti (1987), o salário indispensável à sobrevivência dos trabalhadores pode ser

menor, uma vez que é complementado pelo provento pago à mulher, que também se encarrega do trabalho doméstico, sem incidir em outras despesas. Usa-se, também, o argumento da complementaridade para justificar a inferioridade do salário da mulher em relação ao do homem. Nessa perspectiva, a exploração coexiste na relação classe/sexo. Esses são conceitos que se sobrepõem e são norteados por mecanismos de dominação, diz Saffioti (1987).

As relações entre homens e mulheres transcorrem em contextos sociais sujeitos a permanentes mutações, próprios das relações sociais, que o cientista social, como crítico, deve estar apto a captar. À medida que ocorrem transformações na sociedade, essas afetam todas as relações, inclusive a de gênero, como se percebe nos anos 70/80 do século passado, quando ocorre a mundialização do capital. Vislumbra-se um novo horizonte que se caracteriza pelo agravamento da crise econômica mundial, o avanço do liberalismo econômico, as crises do Estado e das políticas sociais, que potencializam maior dimensão da desigualdade e a exclusão social. Desenha-se, portanto, um contexto que exige redução de direitos, desemprego, queda de salário, precarização do trabalho etc. Certamente, essa realidade afeta a todos os indivíduos da sociedade, mas, a mulher, por sua condição, é, naturalmente, a primeira a ser atingida por esse vendaval de mudanças.

Esse é, também, o momento em que a questão feminina se aguça e a Organização das Nações Unidas – ONU – chama a atenção para o reconhecimento do papel da mulher na sociedade, valorizando-o ao criar a Década da Mulher (1975/1985). Nesse período, também passam a se consolidar estudos de índole acadêmica sobre as mulheres.

As mudanças sociais também incentivaram o movimento feminista a buscar mais elementos para analisar a desigualdade entre homens e mulheres, que passa a ser compreendida como produto da organização e funcionamento da sociedade. Nesse contexto, abre-se a perspectiva de uma nova explicação da condição feminina com a formulação do conceito de gênero.

- *A relação social de gênero*

A noção de gênero surge a partir da idéia de que o feminino e o masculino não são apenas condições naturais ou biológicas, mas uma construção sócio-cultural. Isso quer dizer que o termo gênero tem significado diferente do conceito de gênero. Como termo, gênero refere-se a uma distinção por sexo desprovida do conteúdo de uma construção social complexa. Como conceito, traduz uma relação social entre homens e mulheres. Importa à sua compreensão que não são as características sexuais, mas a forma como são representadas e valorizadas que vai constituir o que é masculino e o que é feminino numa dada sociedade e num dado momento histórico.

O conceito de gênero parece derivar-se da afirmação de Simone de Beauvoir: *não se nasce mulher, torna-se mulher* divulgada em seu livro “O segundo sexo”, lançado em 1949, frase que levanta indícios de interpretação do sexo como construção social. Não se trata de negar que o gênero se constrói sobre o sexo, mas de ressaltar a construção social sobre as características biológicas. O enfoque centra-se no campo social, pois é no ambiente das relações sociais que se constrói o gênero. Assim, utilizar gênero como categoria de análise é estudar aspectos da vida das mulheres e dos

homens, buscando o sentido do comportamento de ambos como seres socialmente sexuados, diz Barbieri (1993).

A relação de gênero se apresenta como o conjunto de disposições pelo qual uma sociedade hierarquiza a sexualidade biológica nas relações sociais.

O gênero é o sexo socialmente construído [...] os sistemas de gênero /sexo são os conjuntos de práticas, símbolos, normas, valores sociais e ações que as sociedades elaboram a partir da diferença sexual anatômico-fisiológica que dão sentido à satisfação dos impulsos sexuais, à reprodução da espécie humana, e, em geral, ao relacionamento entre as pessoas (BARBIERI, 1993, p. 4).

Saffioti (1992) explica que o conceito de gênero está linguisticamente, impregnado do social. O gênero é relacional como categoria analítica e como processo social. É capaz de captar a trama das relações sociais, bem como as transformações históricas sofridas através dos processos da mesma índole.

Ao justificar o gênero como categoria analítica, Souza-Lobo (1991) chama a atenção para o fato de que essa característica relacional exige sua contextualização e a pluralidade do conceito ao pensar as representações sobre as mulheres e os homens respeitando as diversidades. O lugar das mulheres é um produto do significado que suas ações adquirem nas relações sociais. As relações de gênero permeiam as várias esferas da sociedade, têm demarcações fluidas, historicamente situadas e culturalmente diferenciadas.

Na sua utilização mais recente, o gênero deixa de ser sinônimo de “mulher” e enfatiza o aspecto relacional, no qual as mulheres e os homens são definidos em

termos recíprocos e nenhuma compreensão deles pode ser alcançada por estudos separados (SCOTT, 1991).

A partir desse caminho, são apontadas diferentes justificativas na abordagem sobre gênero que se alinham ainda ao patriarcado, reconhecendo a necessidade masculina de dominar; ao marxismo, defendendo que a esfera doméstica está determinada por seu lugar na produção de bens e serviços; às teorias psicanalíticas, que apontam a vida afetiva, a maternagem e a sexualidade como condicionantes de forma de uso e controle da força de trabalho feminina. E ainda, há aquelas que centram a análise nos sistemas de poder estabelecendo múltipla influência entre produção e reprodução.

Nas várias abordagens metodológicas dos estudos de gênero, distinguem-se, porém, dois eixos na explicação da desigualdade. O da *igualdade*, articulando a teoria da comparação, e o da *diferença*. O primeiro esteia-se na premissa de que homens e mulheres são indivíduos iguais, independentemente do sexo, e, assim sendo, devem gozar os mesmos direitos civis, sociais e políticos. Inspirada na concepção iluminista da liberdade e igualdade entre todos os indivíduos, inclusive as mulheres, a abordagem da igualdade propõe abrir caminhos para o acesso da mulher às políticas públicas, principalmente aquelas que servem à criação de recursos que representam suporte à atuação feminina no espaço público. A fundamentação do conceito de gênero na igualdade visa romper barreiras formais, sobretudo na esfera do Estado, e elevar a mulher à categoria de cidadã.

A abordagem da diferença surgiu da crítica ao conceito de igualdade de gênero. Uma das primeiras autoras a manifestar a idéia de estudar o feminino enaltecendo as diferenças foi Michelle Rosaldo (1995). Ao elaborar uma autocrítica a seus escritos, em

1980, a autora diz que se sabe pouco sobre a realidade das mulheres, e levanta a necessidade de discutir a questão feminina numa perspectiva diferente da vitoriana, vinculada ao que as mulheres “devem ser”, ao invés do que “realmente são”. Ressalta a necessidade de se conhecer historicamente a diferença da posição das mulheres nas sociedades para usar adequadamente o termo mulheres.

Na perspectiva da diferença, o gênero tem como princípio básico eliminar a hierarquização entre homens e mulheres e separar sexualidade e poder. Essa proposta, alinhada à pós-modernidade, tem como meta fundamental o re-direcionamento da análise de gênero, de forma a abandonar o universalismo do século das Luzes, em nome do qual se procurava atribuir “valores universais” aos excluídos, ou seja, àqueles que estavam à margem dos padrões institucionalizados, como mulheres, negros, índios, homossexuais e velhos.

Ressalta-se, no entanto, como problema nas teorias da igualdade e da diferença, a institucionalização dos procedimentos diante da ambigüidade que essas teorias absorvem (BOURDIEU, 1999). No aspecto da igualdade, a institucionalização pode conduzir à criação de *locus* de prestígio, poder e privilégios, haja vista as desigualdades de classe, de formação, de qualificação, que geram oportunidades extremamente desiguais entre os que competem. Na perspectiva da diferença, a institucionalização pode contribuir para perpetuar situações de desigualdade que se atropelam em seus próprios limites, a exemplo do sistema de cotas⁶ para negros na educação superior e para mulheres na política.

⁶A cota estabelecida para mulheres, visando possibilitar a sua participação na política representativa, no Brasil, foi inicialmente instituída pelo Partido dos Trabalhadores, que previa 30% da representação do Partido para as mulheres, exemplo que foi seguido por entidades da sociedade civil, como CUT, CGT, Contag, etc. Atualmente, essa cota foi adequada ao termo “gênero”, de forma que nem homens nem mulheres devem ocupar mais de 70% dos cargos de representação. O sistema de cotas tropeça em seu próprio limite. Se, por exemplo, destinados 20% de vagas para

Centrada no princípio da diferença, Scott (1991) explica a desigualdade entre homens e mulheres através do conceito de gênero articulado às diferenças *percebidas* entre os sexos e às relações de poder que as permeiam. Busca observar como o gênero funciona nas relações sociais e como dá sentido à organização e à percepção do conhecimento histórico.

Na definição de gênero de Scott (1991, p.14), é possível distinguir duas proposições: “o gênero é elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder”. Nesse sentido, as relações de gênero remetem ao espaço das relações familiares e implicam a construção de uma subjetividade sexuada e de identidade de gênero.

Os elementos constitutivos em relação ao primeiro termo da definição implicam quatro características relacionadas entre si:

I) os símbolos culturais colocados à disposição das pessoas, os quais evocam representações simbólicas múltiplas (e freqüentemente contraditórias); ii) os conceitos normativos, que expressam a interpretação dos símbolos, determinando-lhes significados dominantes, levando a que a religião, a educação, a ciência, a política expressem esses conceitos na forma típica de oposição dualista, categorizando o masculino e o feminino; iii) os complexos institucionais nos quais tais símbolos são enunciados, fazendo referência às instituições e à organização social; iv) e, finalmente, a maneira como símbolos, normas e instituições pertinentes estão envolvidos na construção subjetiva da identidade de gênero (SCOTT, 1991).

negros em determinada universidade, essa cifra será freada pela inconstitucionalidade quando as conquistas superarem a cifra.

Os *símbolos* criam hierarquias impregnadas das representações a respeito do que é pertinente a homens e mulheres, estendendo-se ao que fazem, como vivem e onde vivem. O *normativo* permite aprofundar os significados que mulheres e homens atribuem a esses símbolos para, através da ideologia, legitimar hierarquias. O *institucional* não só ampara as normas sociais que hierarquizam os sexos, mas as institucionaliza e responde pelo seu cumprimento, minimizando a condição da mulher no campo dos direitos e da cidadania. As normas historicamente legitimadas e reproduzidas na sociedade criam *identidades* nas hierarquias.

A categoria gênero trabalhada por Scott apresenta-se bastante elucidativa, mas acredita-se que o elemento hierarquia por ela apontado pode ser melhor representado pela relação de dominação, pois hierarquia refere-se a uma graduação de poderes e dominação inclui fatores como dependência, inferioridade, subalternidade e obediência. Trabalha-se aqui com o distintivo diferenças percebidas, que se referem à visão socialmente modelada nas relações sociais, ao invés da diferença anatômica.

A dominação na relação de gênero, como defende Saffioti (1992, p.184), se constitui fenômeno antagônico em que

A relação de dominação-exploração não presume total esmagamento da personagem que figura no pólo de dominada-explorada. Ao contrário, integra esta relação de maneira constitutiva a necessidade de preservação da figura subalterna. Sua subalternidade, contudo, não significa ausência absoluta de poder. Com efeito, nos dois pólos da relação existe poder, ainda que em doses tremendamente desiguais.

O poder da mulher se efetiva especialmente no plano micro. As relações de gênero comportam a exploração dos subordinados e a dominação dos explorados, ambas faces do mesmo fenômeno. Essa condição, diz Saffioti (1992), pode ser

compreendida como um processo infinito de modelagem-conquista dos seres humanos que tem lugar na trama das relações sociais. Pensar esses argumentos como instrumento dado, quando a estrutura é apenas uma possibilidade, significa congelá-los retirando da cena o personagem central da história: as relações sociais. Se as desigualdades são uma construção social não fazem parte intrínseca da mulher nem do homem. Sendo socialmente construída, pode ser, da mesma forma, socialmente destruída na dinâmica das relações sociais.

Compreender o mecanismo da dinâmica das relações sociais como elemento potencial de mudança dessas próprias relações constitui, assim, peça fundamental no projeto empreendido pelos ensinamentos feministas que propõem uma experiência de cidadania forjada na conscientização dos direitos, seguindo a orientação política de tornar a mulher sujeito de seus atos.

1 . 3 A mulher na trilha dos direitos e da cidadania

Os debates em torno da cidadania surgiram no interior dos estados nacionais sob o impacto das transformações introduzidas pelo capitalismo. A influência do iluminismo do final do século XVIII tornou possível uma nova abordagem da esfera pública quando um conjunto de suposições filosóficas afirmava a igualdade entre os indivíduos e as vantagens de reformar e aperfeiçoar a sociedade por meio da aplicação de princípios fundados mais na razão do que nos costumes. Entretanto, foram relativamente poucos os pensadores da época a defender a ampliação dos papéis femininos.

O processo de luta pelos direitos da mulher vem sendo assumido pelos movimentos sociais feministas, cujas idéias e práticas nem sempre são homogêneas no enfrentamento das dificuldades que se estabelecem nas relações entre homens e mulheres, embora seja unânime a convicção de que a opressão a elas deve acabar no pressuposto da criação de um mundo melhor para todos. Com exceção dos marxistas dogmáticos, todas as tendências feministas têm em comum a identificação das discriminações contra a mulher na misoginia presente na sociedade (SAFFIOTI, 1987).

No início do século XIX, a politização das diferenças entre homens e mulheres ganhou força, justificando a discriminação pela incapacidade feminina e a natural superioridade masculina. Por sua vez, a participação das mulheres nas revoluções americana e francesa sinalizou possibilidades de romper as tradições e a subordinação/submissão estabelecida⁷. Apesar disso, as conquistas então obtidas foram logo esquecidas.

Com o fomento da industrialização, passou a ser considerada bem sucedida a família em que a mulher não precisasse trabalhar fora. O ideal tradicional das mulheres como seres domésticos é sustentado e reforçado. Intensifica-se o peso sentimental conferido ao lar. A submissão feminina é fortalecida nos códigos da lei, na produção literária, no discurso educacional, nos meios de comunicação e no uso da roupa (PINSKY, 2003).

A lei regulamentou papéis sociais e relações entre sexos de maneira geralmente desfavorável às mulheres, considerando a dependência e a submissão feminina como fatos naturais, e formalizou a dominação masculina ao delegar ao homem, por exemplo,

⁷ Na esteira da Revolução de 1848, Louise Otto postulava como direito das mulheres a “independência da maior idade no Estado”, dando voz ao primeiro movimento feminista.

a prerrogativa de representar a chefia do lar, de decidir questões familiares relativas à educação familiar e até às relações sexuais. A mulher casada ficou excluída da vida jurídica, carecendo de representação à semelhança dos menores e incapazes.

As mulheres estavam cientes de que, nessa condição, só o acesso à educação poderia ajudá-las a reverter o quadro. Esse era, então, o ponto de partida para chegar ao espaço público e à conseqüente emancipação feminina. Com a recomposição do movimento feminista, em meados do século XIX, as mulheres travaram batalha importante pelo direito à educação. Antes de lutar pelo voto, as feministas batalharam pelo ingresso das meninas na escola secundária, na certeza de que o acesso à cultura poderia ampliar seus horizontes⁸. Seguiu-se a luta pelo ingresso na universidade, sendo as francesas as primeiras a entrar na escola superior, apesar da resistência nas faculdades de medicina. Em nome da ciência e da moral, os estudantes masculinos rejeitaram veementemente a participação feminina na profissão médica. As americanas abriram suas próprias universidades, antes da Europa, criando a Escola de Medicina em New York, em 1865 (MICHEL, 1983). No Brasil, só a partir de 1879 foi permitido que as mulheres freqüentassem as escolas superiores. No entanto, as que ensaiavam fazê-lo eram vítimas de censuras⁹, veladas ou abertas, no meio social.

Nos primórdios do movimento feminista, o que estava em jogo para a grande maioria das mulheres não era, de modo algum, a plena igualdade dos direitos. A maternidade já fora internalizada como uma “vocação natural”; as supostas diferenças entre os sexos não deveriam ser violadas. O objetivo social desses primeiros

⁸ Isso custou uma luta árdua, sobretudo para conseguir educação igual para moças e rapazes, que permitisse o ingresso feminino na universidade.

⁹ A história registra a entrada de uma pernambucana, em 1881, na Escola de Medicina do Rio de Janeiro, e, em 1899, a advogada Myrthes de Campos terminou sendo admitida no Tribunal de Justiça para defender um cliente (RODRIGUES, 1993).

movimentos, que tinha caráter essencialista, consistia da feminização doméstica: o mundo frio e exclusivo dos homens devia ser humanizado pelo “natural sentimento materno” da mulher. Havia, porém,

Uma minoria radical, liderada por Helena Stocker com sua ‘nova ética’, que contestava a domesticação patriarcal, exigia um direito próprio às mulheres em relação à sexualidade, voltava-se contra a estigmatização jurídica e social de filhos ilegítimos e reclamava o sufrágio feminino (SCHOLZ, 1996, p. 26).

As feministas socialistas concentravam-se nas questões econômicas, reivindicando melhores condições de trabalho, direitos para as mulheres nesses locais, pagamentos justos pelo que realizavam, diminuição da jornada, bem como o fim da exploração às prostitutas, criadas e trabalhadoras em geral.

Como movimento sujeito a condições históricas, o feminismo expandiu-se no mundo ocidental, assumindo perfis diferenciados no tempo e no espaço, segundo as prioridades apontadas pela população no meio social. Como afirma Castells (1999), aquele movimento teve de criar uma polifonia em torno de uma plataforma de luta pelos direitos da mulher que contemplasse posições ideológicas de feministas conservadoras, liberais, marxistas e socialistas.

As primeiras feministas basearam-se nos ideais da melhoria individual e da educação remanescente do humanismo renascentista, para reclamar sua aplicação às mulheres. A partir do século XIX, passaram a lutar pela cidadania e a demandar direitos políticos e sociais, apostando na capacidade do Estado democrático de promover mudança na vida das mulheres, reformar as relações familiares e ampliar sua participação na sociedade mediante o consenso das leis.

Com o avanço das idéias liberais e a afirmação da democracia como ideal político, a consciência e a circulação das idéias feministas atravessaram mais facilmente as fronteiras locais e nacionais (PINSKY, 2003). Na Inglaterra, o movimento, que serviu de modelo a outros países europeus, implementou luta pelo fim das leis que subordinavam as mulheres, pela ampliação da educação e pela participação política. Ainda no século XIX, as inglesas conquistaram o direito de freqüentar cursos universitários, e as mulheres casadas conseguiram controlar seus ganhos e suas propriedades. Nesse “movimento por direitos iguais”, fundaram a “International Woman Suffrage Alliance” (IWA), em 1904, com o objetivo de lutar pelo voto feminino, não apenas na Inglaterra, mas também em outros países do Ocidente. Concebiam que a negação desse direito bloqueava o avanço de todos os movimentos de luta pelos direitos das mulheres. Na época, contaram com o apoio de Stuart Mill então defensor dos direitos femininos no Parlamento.

Na França, o feminismo cresceu durante as revoluções, mas declinou nos períodos de repressão que se seguiram a esses movimentos. As disparidades políticas e econômicas provocaram a formação de um movimento de mulheres de classe média, que defendia o sufrágio e os direitos civis, e outro, composto pelas operárias e simpatizantes socialistas, que privilegiava a luta contra o capitalismo.

Na verdade, duas tendências coexistiam nesses movimentos de feministas francesas. Uma acreditava que o sufrágio melhoraria as condições de trabalho, outra apostava na mudança econômica, e não o voto, como conquista básica para melhorar as condições de vida das mulheres. O socialismo feminista, que se desenvolveu a partir da segunda metade do século XIX, defendia a transformação do sistema capitalista em socialista como condição para libertar a mulher.

Nos Estados Unidos, a luta das feministas foi associada à abolição da escravidão, que lhes permitiu repensar a condição das mulheres. Data de 1848 a primeira convenção pelos direitos das mulheres (New York), que deu lugar a manifestações e criação de outras associações e resultou no atendimento às reivindicações feministas, como o direito da mulher administrar livremente seus bens.

Na Alemanha, as socialistas se destacaram ao organizar o maior movimento de trabalhadoras da Europa, defendendo melhores condições de trabalho para as mulheres e, também, o sufrágio feminino. Na União Soviética, após a revolução comunista, as mulheres tentaram dar visibilidade à participação feminina na luta, e já em dezembro de 1917, uma série de leis promove transformação profunda nas relações familiares: o divórcio foi facilitado; o poder marital abolido; foi concedida a licença-maternidade às trabalhadoras, representando a equiparação dos direitos das mulheres aos dos homens.

Contudo, as conquistas e direitos das mulheres aparecem na Alemanha e União soviética como decisão da política global e dádiva do Estado Socialista. Embora represente um avanço, a legislação sobre os direitos da mulher na União Soviética continua destacando a importância da mulher como mãe heroína e glorificando a maternidade (SILVA, 1992).

No Brasil, as reivindicações pelos direitos das mulheres ganharam visibilidade no começo do século XX, com a expansão capitalista, destacando-se a luta da mulher brasileira pelo direito ao voto e ao trabalho. Embora tivessem acesso a este último, as mulheres somente puderam exercer o direito de trabalhar sem autorização do pai ou marido em 1940. Esse avanço não as eximiu, entretanto, de enfrentar outras discriminações no mercado de trabalho, no qual, se inseriram acumulando as atividades

domésticas e demais encargos familiares. Por isso mesmo, eram sempre as primeiras a encabeçar as listas de demissão, desde que seu trabalho era considerado complementar no orçamento doméstico. Em geral, recebiam salários mais baixos, desenvolviam tarefas consideradas secundárias, em posições subordinadas, sem ter a quem recorrer porque, até então, a maioria dos sindicatos se colocava contra a sindicalização feminina e o trabalho das mulheres nas fábricas.

Não obstante a conquista desses direitos, continuou o incentivo ao retorno da mulher ao lar para desempenhar os papéis tradicionais e preservar a maternidade e a natalidade. O direito político permaneceu monopólio legítimo de grupos masculinos. Era negado à mulher a participar da política, em nome da defesa e da ordem na sociedade. Em última análise, significava uma negação aos princípios democráticos do Estado representativo, em que os direitos políticos constituem a garantia da liberdade ativa e da participação dos cidadãos na direção política do país (BOBBIO et al, 1992). É através dos direitos políticos que os indivíduos podem participar de decisões na sociedade envolvendo poder, privilégios e interesses. Ainda conservando traços básicos, a esfera desses direitos persiste como o reduto masculino mais resistente à inserção da mulher.

Nas batalhas pela reivindicação do voto feminino, principalmente, as defensoras dessa causa chegaram a lançar mão de expedientes que não lhes eram usuais. As inglesas, por exemplo, promoveram incêndios, explodiram bombas, interromperam reuniões parlamentares e até cometeram suicídio para conseguir adesão política à causa.

Depois de prolongado processo de luta, com batalhas em vários países do mundo ocidental, as mulheres tiveram acesso ao voto na Finlândia, nos primeiros anos

do século XX. No Brasil, onde a luta foi igualmente difícil, somente no governo Vargas, o novo Código Eleitoral garantiu o direito de a mulher votar e ser votada.

Abria-se a porta para a conquista dos direitos de cidadania, porque, até então, as mulheres eram tratadas como “semi-cidadãs”. Na verdade, os avanços na luta pela emancipação aconteceram, até aquele momento, mais por saltos do que em continuidade, mas foram sementes que germinaram, sobretudo na segunda metade do século XX. Ao longo da história, porém, as mulheres não permaneceram omissas ou passivas. Na América Latina, o Brasil foi o primeiro país a conhecer uma imprensa feita por mulheres. Note-se, aliás, que o livro de Mary Wollstonecraft – “Vindicación de los derechos de la mujer” – já fora traduzido, em 1832, por Nísia Floresta, com o título “Direito das mulheres e injustiça dos homens”, e publicado no Recife antes mesmo de ser editado em Porto Alegre (1833), Rio de Janeiro e São Paulo (1839).

Em 1922, constituiu-se a Federação Brasileira para o Progresso Feminino, liderada por Bertha Lutz, e desde então, intensificou-se em todo o país a campanha pelo direito da mulher ao voto, finalmente assegurado em 1932. A história também registra a participação das mulheres no movimento abolicionista, integrando a Sociedade da Libertação (RJ, 1870) e a Sociedade Redentora (São Paulo, 1870), articuladas às lutas sociais de seu tempo.

Desde o início, a luta pelos direitos da mulher, entre nós, aparece relacionada às liberdades democráticas. Uma das dimensões mais significativas desse movimento no Brasil foi sua contribuição para a construção da cidadania, alinhada à prática da reivindicação na arena pública (PINSKY, 2003)

À semelhança do que ocorreu no governo Vargas, o movimento de mulheres liderou mobilizações públicas, como a da anistia, lutando simultaneamente por

questões específicas, como aborto, divórcio, igualdade social etc. Com a redemocratização do País, importantes conquistas foram asseguradas à mulher na Constituição de 1988, que se desdobram no direito ao trabalho, à igualdade de salário entre homens e mulheres, à aposentadoria, à proteção ao trabalho e à maternidade, à creche e à seguridade social, a terra (VERUCCI; TABAK, 1994).

Discriminadas e oprimidas, as mulheres destacaram-se, entretanto, como um dos segmentos que mais lutaram pela universalização dos direitos. Além de mudanças importantes incorporadas à Constituição, as mulheres têm, hoje, os mesmos direitos que os homens no interior da família, com o reconhecimento, por exemplo, das uniões conjugais de fato. Por sua vez, a vigência de um novo Código Civil reconhece a titularidade da mulher no direito de sucessão, na administração do patrimônio familiar, entre outros direitos (CÓDIGO CIVIL, 2004). No plano internacional, a questão da mulher não saiu mais da pauta de prioridades.

Embora os direitos tenham amplitude extensiva a todas as mulheres, o exercício desses direitos fica sujeito a condições históricas, sofre injunções de características e condições do ambiente e das relações que aí se estabelecem. Os direitos são históricos, portanto, priorizados e qualificados de forma diferenciada no tempo e no espaço em cada continente. Por sua vez, a conquista desses direitos assume uma conotação singular para o homem e para a mulher. Para ele, essa conquista significa mais um problema de redistribuição¹⁰, uma vez que o indivíduo do sexo masculino já exercia vários privilégios. Nesse entendimento, o homem necessitava ampliar os direitos para que todos pudessem ter acesso à cidadania burguesa. Para a mulher, no

¹⁰ A redistribuição, no entendimento de Fraser (2001), significa concessão linear dos direitos para todos, em todos os campos de participação.

entanto, representa essencialmente o reconhecimento,¹¹ pois, até então, o acesso do feminino aos direitos cidadãos era vetado e vigiado pela sociedade. Independentemente de sua cor, raça e classe, as mulheres eram impedidas de exercê-los, e aquelas que se arvoravam a usufruí-los, ficavam sujeitas a punições sob pretexto moral ou legal.

Além disso, esses direitos não foram efetivados linearmente, nem ao mesmo tempo, em todas as sociedades. No mundo inteiro, as mulheres empreendem, ainda hoje, grandes batalhas pela prática da cidadania, da redistribuição e também do reconhecimento de seus direitos. A partir da última década do século XX, as mulheres seguem conquistando legitimação no espaço público e participando do debate político e da luta por transformação na estrutura da sociedade. Estão presentes como liderança, como representação e como força de trabalho. Têm ocupado espaços importantes em momentos decisivos na conjuntura política nacional, a exemplo da participação nos movimentos contra a alta do custo de vida, na demanda por creches, na luta pelos direitos humanos, pela democracia, além de incitar o debate sobre a dupla jornada de trabalho, a saúde, a sexualidade, a violência etc. (ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS - AMB, 2000).

Certamente, os direitos femininos se propunham a ser gerais, mas não se efetivaram da mesma forma. Na verdade, foram sendo absorvidos na relação de domínio masculino já existente, de modo que continuam submetidos aos crivos sociais, culturais, econômicos e políticos característicos de cada contexto. Assim, as mulheres

¹¹ Segundo Fraser (2001), o reconhecimento significa a legitimação de desigualdades em vista das diferenças biológicas. O reconhecimento é reivindicado, por exemplo, no campo dos direitos políticos, onde o acesso da mulher é totalmente dificultado. O reconhecimento pode ser considerado na distribuição de quotas para homens e mulheres no Parlamento. No caso, pede-se a diferenciação para a mulher.

brancas, de *status* e classe mais elevados, de um modo geral, passaram a ter os direitos mais respeitados do que as negras de classes populares. De igual modo, o exercício desses direitos fica sujeito aos valores culturais vigentes.

No meio rural, onde predominam hábitos mais tradicionais, o acesso à cidadania é, sem dúvida, motivo de preocupação quando se trata, sobretudo, da categoria feminina. São freqüentes os estudos centrados na atuação da mulher na agricultura familiar, nos quais fica evidenciado seu aporte na economia rural, mas nem sempre destacando o valor do trabalho e sua participação na esfera pública. No contexto da dominação masculina, a mulher é quase sempre associada à privacidade, como se estivesse excluída do espaço público, alheia às decisões de interesse coletivo.

Neste estudo, essa é a questão central, que se desdobra em indagações a respeito dos avanços que a mulher vem conquistando no meio rural e sua importância para substituir a concepção hegemônica masculina, que lhe tem negado a visibilidade no espaço público e o exercício da cidadania.

1 . 4 A condição feminina no meio rural

- *Entre o público e o privado*

A mulher rural, mesmo sem visibilidade (MELO, 2000), sempre participou do espaço público, especialmente na produção de sobrevivência, como histórica guardiã da cadeia alimentar. Conforme E. Boulding a própria agricultura foi uma invenção da mulher no período pré-histórico (MICHEL, 1983). Trata-se de uma longa convivência,

uma vez que as mulheres não só descobriram a agricultura, mas também promoveram a primeira revolução técnica ao criarem o moinho para triturar os grãos.

Essa prerrogativa de participar do espaço público estendeu-se posteriormente à mulher rural do feudo. Na Idade Média, foram as mulheres que abriram caminhos para a participação feminina na esfera pública ao substituírem seus cônjuges, que saíam para guerrear, com a finalidade de aumentar seus espaços de poder. Elas assumiram a administração dos bens e não mais retornaram ao enclausuramento do lar. Algumas fundaram instituições filantrópicas e se dedicaram a esse trabalho como meio de continuar no espaço público enquanto outras prestavam serviços em colônias conquistadas (MICHEL, 1983).

Universalmente, as mulheres rurais se dedicaram - e se dedicam ainda hoje - aos trabalhos agrícolas, principalmente na produção de bens para a sobrevivência¹². Devido a sua maior sensibilidade à privação, à carência de condições e ao que isso representa para a família, elas se tornam personagens mais resistentes e dispostas a possibilitar a harmonia familiar, servindo como matriz cultural e âncora do equilíbrio.

Sua trajetória de vida retrata a vanguarda da produção alimentar, na condição de subordinada ao homem e sem a representação social de sua participação efetiva. Conforme as regras morais, tem como obrigação social cuidar dos filhos, dos animais de pequeno porte, da lavoura em pequena escala e administrar a casa, sem acesso a qualquer recurso financeiro. Por outro lado, as atividades que envolvem decisão e dinheiro são tradicionalmente assumidas pelo homem. Resta à mulher desenvolver o

¹² A sobrevivência é um componente que aparece muito forte na representação das mulheres, talvez por elas sentirem mais de perto o peso da manutenção da família, já que são as administradoras da esfera doméstica. (NORONHA, 1986).

chamado trabalho (in)visível¹³, pois se constitui prática no meio rural a subsunção do trabalho doméstico às atividades agrícolas que, juntas, contribuem definitivamente para o abastecimento da produção alimentar e o bem-estar da família.

Pesquisas desenvolvidas no eixo temático de gênero e trabalho contemplam análises das transformações gestadas no mundo do trabalho e suas repercussões sobre a condição feminina (HIRATA, 2002; BRUSCHINI, 1990; KERGOAT, 1986) que têm sido observadas também no meio rural. Chamam a atenção, para a inserção da mulher no mercado de trabalho, que se dá em termos de uma divisão sexual do trabalho, através da qual o capital incorpora, para seus fins, saberes e funções femininas, histórica e culturalmente construídos, tornando precária a condição nesse mercado, a partir de construções seculares.

Antes da industrialização, o trabalho das mulheres se concentrava no espaço privado, onde a família representava uma unidade produtiva. Após o desabrochar industrial, apesar da segregação entre o trabalho doméstico e o da fábrica, que inaugura relações de trabalho assalariado e redefine novas relações de gênero, a participação feminina continua a ser cadenciada pelas necessidades da família (PERROT, 1998).

No cotidiano rural, as mulheres estão nas duas pontas da cadeia alimentar: na produção agrícola e na transformação desses produtos em alimento. O processo envolve os âmbitos da roça e da casa, que se configuram, em princípio, como espaços público e privado, respectivamente. Embora interdependentes, a convivência entre essas esferas, se efetiva, numa relação de dominação/subordinação. O âmbito privado

¹³ “A problemática da invisibilidade pode ser vislumbrada pelo elevado número de pessoas do sexo feminino caracterizadas como trabalhadoras sem remuneração no meio rural” (MELO, 2000).

se constitui sustentáculo do espaço público, legitimado como lugar de supremacia masculina.

A análise da condição feminina no meio rural remete à compreensão desses espaços que se configuram como *locus* sexuados. Para Arendt (1993), as esferas pública e privada se consolidam a partir do modelo grego de democracia em que a esfera pública corresponde ao universo da *polis*, do bem comum, da política e da liberdade (espaço de ação), e o marco privado concerne ao âmbito da família, destinado à manutenção da vida e da propriedade (espaço de labor), visão também partilhada por Habermas (Costa, 1998). Na esfera pública grega, o homem se manifestava como *bios politikos*, mas o exercício dessa condição era assegurado pelo labor das mulheres na esfera, privada que garantia o suprimento de necessidades e carências humanas.

A condição da mulher no meio rural se constitui numa configuração muito peculiar dos espaços público e privado de produção e reprodução, em que um diz respeito à produção de bens materiais, e o outro, à reprodução de indivíduos sociais. Na divisão sexual do trabalho, cabe ao homem o exercício da produção, da mesma forma que toca à mulher o da reprodução.

Se, ideologicamente, esses espaços são separados, a prática das mulheres rurais se manifesta de forma diferente, uma vez que elas se inserem freqüentemente no âmbito da produção. Historicamente, os estudos sobre produção e reprodução se davam separadamente, sem considerar as inter-relações do público-privado. O caso das trabalhadoras rurais evidencia uma configuração em que a associação dualista público/produção e privado/reprodução não se presta como modelo explicativo. A experiência mostra que o caminho percorrido pela mulher rural do privado ao público - e

vice-versa - não constitui a imagem de uma forma que se bifurca para continuar o trajeto.

Embora simbólicos e ideologicamente separados, os espaços público e privado são tão imbricados em cumplicidades que, no nível da aparência, não se pode ver nem estabelecer fronteiras (COSTA, 1998). Na verdade, esses âmbitos existem na realidade específica de cada sujeito, sendo, portanto, explicado de diferentes formas. São atividades e departamentos distintos, classificados a partir de valores guiados por interesses sociais reproduzidos na sociedade.

Na prática das mulheres rurais, essas fronteiras existem apenas no nível abstrato, pois participam desde tenra idade da labuta na agricultura, que, para o homem, é o espaço público político, mas para ela, é apenas o público. A partir dos sete anos, as meninas são introduzidas na atividade agrícola, e lá permanecem até a velhice (FUKUI, 1979), sem o devido reconhecimento dessa participação.

- *A desvalorização do trabalho*

A jornada cotidiana da mulher no campo é, geralmente, subestimada, uma vez que o trabalho da roça fica subsumido no doméstico, considerado não trabalho, visto como extensão de suas atribuições de mãe/esposa/dona-de-casa, naturalmente considerada parte das relações afetivas. A jornada de trabalho da mulher rural inclui o cuidado das crianças, dos doentes, dos velhos, o apoio psicológico para manter a família unida, o abastecimento d'água, que, muitas vezes, supõe seu deslocamento diário até 3, 4 quilômetros, e o da lenha, que, além de exigir o esforço físico para cortar a madeira, requer a condução dos feixes pesados até a casa. Tudo isso faz parte do

seu trabalho familiar, que, somado ao da roça, perfaz uma superjornada que se inicia geralmente às 4 horas da manhã e só termina com a chegada dos filhos da escola noturna. A mulher é a última a deitar-se e a primeira a acordar.

Essas são atividades invisíveis e não consideradas como trabalho porque prevalece no âmbito rural a concepção de que: a jornada de trabalho feminina é flexível, e, sendo assim, as mulheres podem estabelecer seu próprio horário; a labuta da roça ocorre sempre ao lado dos demais membros da família, sob a administração de um chefe, um patriarca (SAFFIOTI, 1996), o que a exime da responsabilidade pela produção; e, ainda, porque as mulheres podem conciliar o tempo entre as tarefas domésticas e agrícolas, o que, em tese, reduz o número de horas na roça e descaracteriza a sua participação na produção.

Essas justificativas, principalmente a última, constituem elemento de contestação das feministas, pois a mulher rural tem jornada de trabalho maior do que a oficialmente estabelecida para a classe trabalhadora (FISCHER; MELO, 1996, MELO, 2000). Além disso, o volume de trabalho realizado pela mulher rural e embutido no doméstico, considerado ajuda, foi tradicionalmente contabilizado como tarefa familiar, apesar da sua inegável importância na produção de alimentos. Segundo dados da PNAD (2002), do total da população ocupada na agricultura nordestina, as mulheres representam 37,3% da mão-de-obra alocada diretamente na produção, significando que a maior parte dessas mulheres são empregadas através de “fios invisíveis” uma vez que não se estabelecem vínculos na relação de trabalho.

Na realidade, a ideologia que sustenta a tese do trabalho feminino rural como ajuda ampara-se principalmente na premissa da diferença da força muscular entre homens e mulheres, reproduzindo até certo ponto o patriarcado. Supostamente, as

mulheres não seriam capazes de realizar tarefas pesadas e, por isso, se limitariam a ajudar o homem na agricultura, realizando as atividades mais leves, como sementeio, colheita etc. Com base nessa afirmativa, a ideologia patriarcal sacramentou a invisibilidade do trabalho da mulher rural na produção agrícola e, conseqüentemente, a desvalorização desse trabalho do ponto de vista monetário e social. O que a mulher realiza na agricultura familiar não é computado em termos de valor e quantidade, conforme observa Arriagada (1991). A produção para a sobrevivência, que chega a alcançar até 80% do que se produz no campo em alguns países, é ignorada pelas estatísticas oficiais. Conforme o senso comum, *as mulheres rurais não trabalham porque as tarefas se circunscrevem ao domínio do lar*. Trata-se de uma afirmativa, no mínimo, incoerente desde que a família constitui unidade de produção e consumo.

A desvalorização do trabalho da mulher na produção agrícola familiar dificulta o reconhecimento do valor do trabalho agregado nas atividades que ela realiza¹⁴. Desse modo, passa a ser natural a idéia de que a renda por ela produzida na roça, sob a administração do pai, do marido ou do filho, deve ficar com o suposto provedor, que a utiliza como se a tivesse obtido sozinho¹⁵. E ainda, o trabalho da mulher rural somente ganha evidência em momento de crise¹⁶, a exemplo das que ocorrem no Nordeste em períodos de estiagem, quando o homem migra em busca de sustento para os familiares e, por vezes, jamais retorna. Sem o mantenedor, cabe à mulher assegurar a

¹⁴ A FAO indica que as mulheres teriam produzido mais de 50% do alimento cultivado no mundo (KARL, 2004). Disponível em: "O papel crucial das mulheres na segurança alimentar". <http://www.aleitamento.org.br/marilee2.htm> Acesso em: 14 mai 2003

¹⁵ No Nordeste do Brasil, a força de trabalho da mulher rural se afirma, portanto, como se fosse mão-de-obra de reserva a ser mobilizada em épocas de piques de trabalho, como a colheita do feijão, do milho, e o plantio da mandioca. Nesse plano, identifica-se com as crianças e os velhos na agricultura familiar.

¹⁶ Nessa trajetória, as mulheres vão mudando de comportamento e valores, principalmente em termos de expectativas da sociedade pensada para elas. Evitam aceitar os modelos tradicionais de comportamento, quer na família, quer na vida pública.

sobrevivência da família durante as crises na produção e a responsabilidade pela atividade agrícola nos períodos de cultivos normais, caso não disponha de uma referência masculina na casa.

Porém, a consequência maior da invisibilidade do trabalho da mulher rural se expressa no exercício da cidadania. A junção das tarefas agrícolas às domésticas rege sua caracterização como trabalhadora, reunindo as condições para que direitos como os da sindicalização, da posse da terra, da aposentadoria, da capacitação e da participação em programas de desenvolvimento rural (DEERE, 2002) lhes sejam negados sob o pretexto de que ela, como não trabalhadora, é dependente¹⁷ do homem e, como tal, está contemplada no conjunto dos direitos, como defendia Rousseau. Essa condição tem um reflexo em cadeia em termos de cidadania. A mulher fica excluída, principalmente da organização da classe trabalhadora, e impedida de usufruir direitos como sujeito - cidadã - do sistema capitalista.

A (in)visibilidade da mulher rural na produção agrícola é parte de um processo cultural que geralmente apresenta manifestações diferenciadas, além de ocorrer de acordo com as especificidades da época, da região, da cultura e do desenvolvimento social, político e econômico de cada sociedade. A esse conjunto comparecem igualdade e nível de tecnologia, o que tem rebatimento na força de trabalho e nas relações de gênero. Nas áreas onde predomina a tecnologia tradicional, como o Nordeste brasileiro, a produção se destina prioritariamente à sobrevivência da população local. Nessa condição encontra-se grande parte dos projetos de reforma

¹⁷ A dependência se expressa na ausência da mulher dos foros de representação política, das políticas sociais, dos direitos individuais, dos projetos de desenvolvimento etc.

agrária implantados no Brasil, em que a mulher permanece dividida entre as tarefas doméstica e a roça numa relação de trabalho (in)visível e ambígua.

A implementação da modernização do cultivo exige também novas tecnologias, que, por sua vez, implicam mudanças nas relações de trabalho. A força de trabalho passa a ser regida pela legislação, alinhada aos direitos trabalhistas, que funcionam como passaporte para chegar a outros direitos. Na prática, esse é um marco importante para a mulher do campo, que deixa o trabalho não remunerado e a relação patriarcal, e passa a conhecer e participar de outras relações sociais.

Nas áreas nordestinas em que têm sido adotadas tecnologias modernas, também foram implantadas empresas rurais que vêm absorvendo força de trabalho feminina (FISCHER, 2000). Conforme assinala Graziano (2000), o rural vem incorporando, cada vez mais, atividades concentradas numa agropecuária moderna ligadas às agroindústrias; num conjunto de atividades não agrícolas relacionadas à moradia, ao lazer e às várias atividades industriais e de prestação de serviços; e atividades agropecuárias localizadas em nichos especiais de mercados, como horticultura, criação de pequenos animais, fabricação de doces, conservas, artesanato, geralmente desempenhadas pelas mulheres.

Nesse quadro, a mulher deixa de ser apenas trabalhadora do campo para alugar sua força de trabalho também nas pousadas, nos centros de treinamento e outras atividades, ampliando, inclusive, seu horizonte de informação, sua participação em redes sociais e, conseqüentemente, elaborando um projeto de vida diferente daquele até então conhecido.

Na agroindústria, as mulheres rurais avançam também no assalariamento e, conforme as leis vigentes, são contempladas pelos direitos trabalhistas, que funcionam

como escada para os outros direitos cidadãos. Nessa condição, criam-se situações que permitem à mulher rural lutar pelos direitos sociais e políticos que se afiguram como oportunidades para que ela exija, inclusive, direitos condizentes com sua condição feminina, creche, por exemplo, (MMT, 1086). Na prática coletiva e na relação com outros trabalhadores e trabalhadoras, a mulher cria novas expectativas, desperta para o anseio de mudanças nas suas relações cotidianas, na família, na sociedade, no mercado. Através do assalariamento, a mulher também deixa o enclausuramento do lar, embora permaneça com o fardo das obrigações domésticas.

Não só as assalariadas rurais, mas também aquelas que se incluem no segmento dos pequenos produtores, vêm questionando mais intensamente a condição feminina na perspectiva da cidadania, principalmente a partir dos anos 80 do século XX. Grupos de mulheres foram criados em vários Estados do país, particularmente no Nordeste, com o objetivo de discutir a condição feminina no meio rural, despertando o interesse do movimento feminista, que empreendia, então, um processo de luta direcionado ao mundo rural, enfocando a androginia que permeava a estrutura fundiária (DEERE, 2002). Esses grupos discutem especialmente a condição da mulher e seu direito a terra como parceira (a mulher casada figurava como dependente do homem) e como solteira, a quem era vedada a posse da terra. Paralelamente, as mulheres rurais buscam formas de organização no órgão da classe e aderem a movimentos sociais para reivindicar o direito ao acesso aos meios de produção terra e capital. O engajamento nos movimentos sociais lhes abre um processo de (re)significação da sua posição no lar e na família, voltado sobretudo para transformações dos direitos familiares e civis, com a preocupação de participar da administração do patrimônio familiar. Na esteira dos

direitos, essas mulheres abrem, assim, um caminho rumo às mudanças nas relações matrimoniais, familiares, bem como com o Estado e o mercado.

É possível afirmar que as mulheres rurais buscam ser reconhecidas como agentes do espaço público, principalmente na sua condição de trabalhadora. Esse reconhecimento aponta caminho para seu engajamento na luta pela terra, pela aposentadoria e, sobretudo, pelo acesso aos programas de desenvolvimento rural, como qualquer cidadã. Embora se movimentem no contexto da dominação masculina, as mulheres reivindicam seu espaço na sociedade, definindo o que consideram seus direitos, quer no trabalho, quer no lar.

Vale dizer, no entanto, que a condição da mulher está imbricada numa rede de relações mais complexa e vai além de sua identificação com a esfera doméstica ou sua participação no mercado de trabalho. As desigualdades entre mulheres e homens se criam tanto no espaço público como no privado, e se sustentam em interesses e privilégios, alinhadas a um projeto hegemônico de dominação masculina.

As constantes discussões e reivindicações dos direitos das mulheres, nos últimos anos, representam um avanço significativo e favorecem o rompimento de muitos tabus e preconceitos. Entende-se que essas conquistas também estão presentes no meio rural, apesar da exploração que submete as mulheres no espaço privado e que tem continuidade no âmbito público, onde suas atividades são ainda consideradas inerentes à vida doméstica.

Com a aceleração da modernização e a formalização dos direitos no campo, observa-se uma significativa alteração nos valores e comportamentos que embasam as relações de poder e colocam novas questões quanto à estrutura social da relação homem/mulher e a construção da cidadania do feminino na região. Neste estudo, essa

questão é desafiadora, exigindo que se considerem entraves enfrentados e avanços conseguidos e, sobretudo, efeitos que vêm tendo esses fatos no jogo de interesses liderado pela hegemonia masculina nas relações de gênero.

É inegável que as mulheres têm conquistado avanços em termos de participação no espaço público, até mesmo nos nichos mais resistentes à sua penetração. É curioso que esse processo tem ocorrido no centro das forças de dominação masculina, apesar de a mulher não contar com uma experiência política histórica nesse campo de luta. Pensando a partir desses fatos, parte-se do pressuposto de que é possível minar a dominação masculina no seio do próprio processo através do engajamento político. À medida que esse processo avança, admite-se que o movimento de luta pela terra, alinhado a uma base política, percorre as vertentes de classe e gênero, fornecendo aprendizado político para que as mulheres pratiquem ações na perspectiva de minar a subordinação de gênero que lhe foi imposta como natural à sua condição.

Desse modo, cabe indagar: Como as mulheres rurais se criam e se constroem politicamente através do movimento de luta pela terra? Como se tornam sujeitos políticos para conduzir as ações? Como estão convivendo com o domínio masculino em suas práticas? Como estão minando a cultura patriarcal? Como estão redefinindo valores no seio da família e no espaço público? Como o movimento de luta pela terra contribui no enfrentamento da luta patriarcal? Como as mulheres são aceitas pelos companheiros no movimento de luta pela terra?

CAPÍTULO 2

AÇÃO POLÍTICA – CONDIÇÃO DE RUPTURA DO CÓDIGO HEGEMÔNICO DE GÊNERO

2 . 1 Os caminhos para uma nova concepção hegemônica de gênero

A visibilidade da mulher no espaço público, assim como seu acesso à reivindicação pela igualdade de direitos, constitui, sem dúvida, uma alteração significativa em relação ao passado patriarcal de nossa sociedade. Mas não se pode dizer que essa condição signifique efetivamente uma mudança nas relações sociais de poder que percorrem as relações de gênero.

Embora as estratégias e movimentos feministas revelem a “mulher com direitos”, observa-se que o acesso das mulheres àqueles, na conjuntura atual, ainda é balizado por normas e discursos que as situam em papéis delimitados por uma lógica de subordinação, ou seja, os direitos das mulheres passam pelo *status* que lhes confere a sociedade androcática. As evidências de discriminação se expressam no mercado de trabalho, nas formas de acesso e ocupação do espaço político, ficando a mulher sujeita aos múltiplos constrangimentos de um quadro normativo que ainda lhe define competências com base na tradição, apesar de significativa parte da sociedade Ocidental já reconhecer a necessidade da presença institucional da mulher nos movimentos de afirmação política.

Na situação concreta do Nordeste rural, as mudanças na legislação têm contribuído para reduzir a dependência feminina. Por sua vez, a continuada presença das mulheres na esfera pública tem potencializado a redefinição das relações sociais de gênero. O movimento feminista tem procurado refletir sobre a importância da participação da mulher no espaço público, considerando sua capacidade de transformar ou influir nas políticas governamentais, apesar do modelo dominante. Uma das correntes que abordam essa questão nega-lhe, entretanto, qualquer capacidade de transformação, considerando que o espaço onde as mulheres atuam é estruturalmente justificado pela androcracia que alicerça o modelo social. A participação das mulheres no espaço público apenas ocultaria a permanência da desigualdade, servindo, sim, ao esvaziamento do movimento feminista.

Desse ponto de vista, o *empowerment* do feminino aparece fundamentalmente como forma de legitimar o modelo de ação política, consolidando as regras do jogo político desde que as políticas e outros mecanismos de ação não cheguem a questionar a estrutura, as hierarquias e os sistemas de valores que organizam a posição da mulher nas instituições.

Uma outra corrente defende a ocupação do poder político pela mulher, destacando a necessidade de sua participação em espaços de decisão política, apostando na premissa de que somente assim, a mulher pode alterar aqueles mecanismos que determinam a subalternidade feminina. Para alcançar tal propósito, importa não apenas alterar dispositivos legais, mas, fundamentalmente, os padrões de reconhecimento no campo político, historicamente estruturado como um terreno masculino, no qual a mulher é aceita, mas não incluída.

A presença das mulheres no espaço público se apresenta hoje como uma realidade, embora ainda se verifiquem mulheres desempenhando funções de direção adotando postura masculina. Do ponto de vista do movimento feminista, criam-se estratégias que chegam a aumentar a eficácia das instituições, sem que os *padrões do pensar e do agir sejam alterados*. Desse modo, a atuação feminina pode até registrar importantes conquistas no campo legal, mas o fato *inviabilizaria a revitalização* das propostas do movimento.

É nesse contexto que, a partir dos anos 90 da centúria anterior, procura-se refletir de maneira mais aprofundada sobre a participação das mulheres na sociedade, procurando analisar as condições que a tornam possível e os limites que, ao mesmo tempo, se estabelecem no exercício dessa participação, ou seja, no exercício do poder. As considerações aqui levantadas, sobretudo em relação à condição da mulher no campo, deixam claro que sua contestação da dominação ainda é encarada como desvio de identidade, e a ocupação de novos espaços pela mulher na chamada esfera pública se inscreve numa lógica orientada pelas relações de dominação masculina.

Como lembra Saffioti (1992), na sociologia brasileira, essas relações devem ser vistas como relações de poder, ficando claro que, da maneira como estão configuradas, não estimulam a inclusão da mulher como sujeito na vida social. Mas, o acesso da mulher ao campo político pode configurar uma situação alternativa que não se enquadre na hegemonia masculina prevalecente na sociedade. Se, por um lado, a ocupação do campo político pela mulher se faz em conformidade com as estratégias de dominação masculina, por outro lado, abre espaços de afirmação que a transformam em sujeito político. Nas relações de poder estabelecidas no contexto do partido político, da organização sindical ou do movimento social organizado, emerge uma nova maneira

de *ser* e de *fazer política*, uma prática integradora e inovadora que pode produzir efeitos de emancipação sobre o modelo político. Ou seja, a participação política da mulher no espaço coletivo pode contribuir para criar uma nova hegemonia na relação de gênero, na medida que ela se torna sujeito de sua própria história.

Este trabalho analisa, através da composição de papéis e das ações desenvolvidas pelas mulheres que participam de movimentos de luta pela terra, o *modo como se inscrevem na sua organização e nela se expressam*, operando um novo arranjo das significações instituídas, suscitando novos significados e valores no contexto das relações de gênero. Entende-se que, no seio do movimento, a mulher (re)constrói sua identidade no confronto das forças sociais e ao construir novos valores através de um conjunto de práticas questionadoras da ideologia da relação de gênero na sociedade.

Fatos como a penetração maciça da mulher no mercado de trabalho, a legalização de direitos para o feminino, o estabelecimento do divórcio, as mudanças na concepção do casamento e a opção sexual são práticas que se concebem como crítica às regras dominantes na sociedade e apontam possibilidades de alternativas na sua organização. No processo hegemônico, essas práticas sinalizam uma luta de idéias que se contrapõem à cultura vigente e permitem fazer suposições sobre possibilidades de mudanças na sociedade, apesar das determinações hegemônicas, na medida em que representam fissuras na continuidade do modelo político masculino e dão lugar ao questionamento da legitimidade das formas de exercício desse poder.

Ao analisar as práticas e condições de existência das mulheres entre nós, é fácil perceber uma significativa diferença entre as representações elaboradas no início da década de 1970 e aquelas do final dos anos 90 do mesmo século.

Antes, as mulheres se mostravam completamente submetidas à lógica da dominação masculina e assim eram vistas. Divididas pela concorrência no mercado de trabalho e pelas estratégias de exploração vigentes na sociedade, como migrantes rurais que perdem suas referências na cidade ou são simplesmente ignorantes e despolitizadas, até mesmo suas estratégias de sobrevivência parecem reafirmar seus limites de ação no espaço privado da família. É a partir da década de 1980 que se colocam de forma diferente, com a irrupção dos movimentos populares, com as mobilizações de bairros, que se constituíram num processo de auto-organização, reivindicando direitos. Observa-se nos registros e depoimentos de Mulheres dos movimentos que daí emergem reivindicações com a marca de contestação à relação de gênero estabelecida com a conivência do Estado (SILVA, 1992). Em nome dos valores de solidariedade e de auto-ajuda, esses movimentos politizam espaços ocupados pela mulher, antes silenciados na esfera privada, diz Paoli (1984). E acrescenta Silva (1992, p. 364) :

[...] a mobilização e participação das mulheres nessa luta propiciam um espaço para interação e quebra de isolamento, especialmente das donas-de-casa em tempo integral, além de permitir ampliar sua percepção sobre determinadas questões sociais, abrindo também um espaço de possibilidade para percepção do gênero na sua condição de classe.

Pelos lugares onde esses movimentos de mulheres passam a atuar, pela sua linguagem, seus temas e valores, pelas características das ações sociais em que se movem, constata-se uma redefinição de interesses, apesar da legitimação da ordem e dos mecanismos de reprodução social da dependência. É indiscutível que os processos

sociais concretos estão relacionados a condições estruturais e podem ser vistos como expressão das contradições da própria sociedade, particularmente a brasileira, como resposta às necessidades ditadas pelos padrões de desenvolvimento vigentes, mas não apenas isso.

Se, por um lado, é possível falar de necessidades comuns que impulsionavam essas mulheres referenciadas pela mesma posição de classe à luta pelas condições de vida, o *modo* como o fazem certamente depende de uma constelação de significados que orientam suas ações, do significado daquilo que define um determinado grupo como tal, ou seja, sua *identidade*. Não uma identidade essencialista, preexistente, mas derivada da posição que se assume na sociedade.

Assim, não basta dizer que a mulher pode ou não questionar a relação de gênero, se poderá ou não contribuir para uma nova concepção hegemônica de gênero ao atuar no espaço público. É preciso indagar *quem são os sujeitos em questão? Como articulam ideologicamente* sua luta ou suas reivindicações, sem perder de vista que sua atuação não depende apenas das condições objetivas, mas também das *experiências vividas* por essas mulheres, experiências que ficaram plasmadas em suas representações e se converteram em sua visão de mundo.

As relações de gênero acontecem na medida em que *homens e mulheres vivem* essas relações na sociedade de classes e *experimentam* situações determinantes, no conjunto de relações sociais, com uma cultura e expectativas herdadas, e ao modelar essas experiências em outras formas de cultura. É na elaboração dessas experiências que se identificam *interesses* e se constituem sujeitos no espaço coletivo. Homens e mulheres, como sujeitos, estão implicados nas estruturas objetivas da realidade, mas, por outro lado, essa realidade está impregnada de suas elaborações subjetivas, do

significado de suas ações. E é no *fazer_histórico*, através de novas experiências, que se constroem as alterações nas práticas coletivas e nos significados que constituem a dimensão político-ideológica das relações sociais.

Os movimentos pela reforma agrária, no Nordeste, principalmente nas duas últimas décadas, trouxeram novas possibilidades de expressão social, valorização da organização dos trabalhadores e da luta no campo, possibilitando também a afirmação política da mulher. No percurso desses movimentos, a ação das mulheres se expressa como uma forma de resistência e luta que tem raízes na sua experiência cotidiana, constituída como algo construído no real e que se desdobra na ação coletiva com o enfoque de gênero.

Ao participar das lutas no campo, a mulher ganha espaço que lhe permite questionar as relações de dominação, especialmente no espaço público. *A ação política das mulheres rompe a cortina de sua invisibilidade pública* (SILVA, 1992, p. 282) graças a uma nova trama de relações sociais que pressupõe interações e novos saberes que, por sua vez, redefinem relações de poder também ao nível do privado. Cria-se, portanto, um novo espaço propício à reconstrução das relações de gênero.

Para caracterizar esse potencial feminino capaz de provocar ruptura nos padrões de legitimação da ordem androcêntrica, importa considerar e avocar desde logo a questão da mediação entre as condições estruturais e ações desenvolvidas pelos sujeitos sociais. Entende-se, no entanto, que a existência na sociedade é uma condição vivida e continuamente reelaborada, alterada pelo modo como é vivenciada. A reprodução social implica representações simbólicas pelas quais os agentes se reconhecem, identificam os demais e a si mesmos, criando uma outra identidade social, uma nova forma de representação coletiva. Isso quer dizer que, não obstante o cenário

das “condições objetivas”, outra identidade é progressivamente construída pelas mulheres através da ação política, ao enfrentarem problemas, defenderem interesses comuns, partilhando valores e desenvolvendo a consciência de seu destino histórico. Nessa perspectiva, coloca-se em primeiro plano a articulação que se estabelece entre as condições objetivas da realidade atual e a tomada de consciência dessa realidade pelos sujeitos implicados.

Neste estudo, a ação política desenvolvida pelas mulheres no movimento organizado de luta pela terra, em Pernambuco, é entendida como *locus* de redefinição das relações de gênero, na medida em que constrói uma coletividade e promove sua constituição como sujeito coletivo, capaz de expressar demandas e reivindicar intervenções públicas visando à ampliação da cidadania.

2 . 2 A condição de sujeito e a (re)construção da identidade de gênero

A noção de sujeito tem sido uma das mais discutidas, da filosofia à lingüística, admitindo diferentes significados, segundo o modelo de análise da realidade social. Carregado de sutilezas e mal-entendidos, o conceito de sujeito ora se refere à capacidade de expressão no plano da política, ora está relacionado à idéia de autonomia, como elaboração da identidade e construção da realidade através das próprias experiências (SADER, 1988). Carrega também significados diferentes, como o de ator/agente, embora, conceitualmente, estes termos não sejam intercambiáveis com o de sujeito, uma vez que as tradições teóricas distintas levam a conclusões diferentes.

O termo sujeito centrado na ação difere do conceito de ator em sua origem e utilização (GOVEIA, 1993).

O termo ator/agente fundamenta-se no individualismo metodológico presente no pensamento de Weber. Seu pressuposto alinha-se ao conceito de ação social e racionalidade, centrada na questão da escolha, que é uma função direta do bem-estar individual, derivando daí a racionalidade. Os estudiosos que seguem essa corrente metodológica evitam usar a terminologia sujeito (TOURAINÉ, 1977; SHERER-WARREN 1993; e muitos outros). O ator tem como referência primordial o individualismo, e inclusive o ator coletivo é criado a partir de ações individuais. Até mesmo a luta entre capital e trabalho é considerada, nessa perspectiva, como jogo entre duas pessoas. O indivíduo representa um microssomo das relações sociais e, dessa forma, o sujeito atuante desaparece. No individualismo metodológico, a autonomia relaciona-se mais diretamente com os aspectos do conhecimento, visando a objetivos que norteiam as ações.

Os objetivos da ação, no individualismo, não implicam necessariamente criação nem postula transformação. O conceito de ator não comporta a dimensão de criação, elaboração do mundo a partir das próprias experiências. A liberdade refere-se ao livre arbítrio de escolher os fins estabelecidos. O que define o ator é a capacidade de fazer escolhas, e escolhem-se estratégias postas, sem preocupação com a criação. O ator social e livre é capaz de escolher e estabelecer prioridades nos limites das condições postas, trazendo em si uma forma histórica de ser imutável. O indivíduo se torna ator quando escolhe algo em função de suas preferências, desprovido da preocupação de questioná-las ou reformulá-las. Por sua ênfase no indivíduo e tendo como categoria de análise o plano micro alinhado ao grupo ou classe, o uso do termo relaciona-se ao pós-

modernismo. Preserva a herança do pensamento liberal que ressurgiu com o neoliberalismo, cuja ênfase está focada no mercado.

Na teoria dialética, o termo sujeito alinha-se à ação realizada nas condições de existência em um dado momento histórico. Apresenta-se como potencialidade a ser desenvolvida na práxis humana, constituída numa relação mesclada da atividade prática com a História. Aponta para criação, para atividade. Nessa perspectiva, o sujeito aparece como energia humana mutável, surgindo da relação do homem com a natureza, fundamentando-se na liberdade, autonomia, ação e vontade. Não está livre de determinações externas, mas é capaz de reelaborá-las a partir de sua vontade. Para que a autonomia se estabeleça, é necessário que haja uma dimensão para além do real, sem criar uma ruptura com este, mas superando-o em função dos interesses. A autonomia significa, assim, a criação de espaços em que todos têm o direito à palavra, mas nada é absoluto. O sujeito não comporta em sua definição um ponto de chegada fixo e imutável, porque esse lugar é criação, invenção que vai se edificando, tomando forma no próprio processo da ação. O sujeito se define pela liberdade e pelo reconhecimento da carência que vai impulsionar a busca pela transformação do estado de coisas. Os elementos básicos do ser sujeito são projeto e autonomia.

Para Marx (2003), o proletariado, enquanto sujeito, não só age, mas re-elabora o seu estado de ação. Constitui o agente revolucionário por excelência, capaz de promover a transformação da sociedade, tendo como potencial de criação as experiências compartilhadas na produção. O sujeito se constitui a partir das condições de existência num determinado momento histórico, numa relação ativa de criação e recriação constante com a natureza. Ainda no campo do marxismo, sob a orientação leninista, Althusser (1984) considera que a noção de sujeito é a forma como os

indivíduos se pensam. Esse pensar refere-se às condições dadas, frente às quais o indivíduo tem de se conformar. Defende uma idéia de “sujeito subjetivado”, pautada na premissa de que as relações de produção determinam todas as ações sociais. No seu entender, a ideologia cria o sujeito, e este funciona segundo e através da ideologia. Descarta, portanto, a existência de um sujeito que constrói a ação.

A constituição do sujeito não só implica a autonomia, mas um traço comum é o fato de o sujeito ser associado a um projeto que traz a intenção de transformar o real, como diz Gramsci (1974). Ter um projeto significa a possibilidade de um futuro diferente, como também a antecipação desse futuro, pela imaginação, para o presente. A imaginação, além de uma construção da mente, é um meio de os homens agirem sobre si mesmos antes de realizar a ação transformadora. A elaboração de um projeto implica reflexão crítica a partir da experiência de quem o elabora. O conhecimento da realidade conduz à identificação da insatisfação com ela.

Projetar é estabelecer um tempo futuro gestado no presente. Criar não significa ruptura com todas as significações, mas outra significação, outra interpretação. O sujeito se institui ao ingressar na esfera política com um projeto que se opõe a posições estabelecidas, defendendo mudança nas regras do jogo político que conjuga os interesses sociais. O sujeito é o que cria, inova, constrói um *novo*, e não apenas o descobre ou apropria, e criar supõe elaborar novos elementos da práxis, orientados para a consciência de classe e a efetiva ação política.

No entendimento de Gramsci, uma sociedade não se forma “pelo alto” e por intervenções externas, e sim pela ação dos indivíduos. Sujeito é aquele

capaz de pensar a si mesmo como membro de uma coletividade e de se propor a um objetivo geral de ação e de persegui-lo com perseverança e luta sistemática” (GRAMSCI, 1974, p. 287).

Ao referir-se aos camponeses do sul da Itália, em 1926, Gramsci considerava que as forças motrizes da revolução italiana seriam, além da classe operária e do proletariado agrícola, os próprios camponeses na medida em que identificassem a burguesia como opressora (PORTELLI, 1977). Com esse entendimento, admite que grupos subalternos recebem o essencial de sua cultura daqueles que são hegemônicos, mas eles a convertem em sua própria cultura, impregnando-a de valores não hegemônicos, selecionando alguns e rejeitando outros. E essa cultura vai servir de quadro de referência para sua atividade política. A cultura subalterna perpassa a hegemonia das classes dirigentes e confere uma base para a ação coletiva entre os subalternos.

Gramsci (2001) utiliza o termo cultura em três sentidos com significados diferentes. A primeira acepção é literária e lembra que, para analisar a obra de um escritor, a investigação deve começar pela sua biografia, pelas suas atividades práticas, pela sua concepção de mundo. A segunda acepção tem viés antropológico e enfoca a diversidade da cultura sob a influência das crenças, da religião, dos valores, distinguindo, por exemplo, a cultura ocidental da oriental. Na terceira acepção, traz um entendimento de cultura como pensamento humano, graças ao esquema formado pelo conceito de intelectual e de concepção de mundo quando o produto cultural é uma ideologia. Com essa perspectiva, demonstra que a revolução social depende não somente das forças organizadas das massas, mas, ainda mais, das massas

organizadas pela força crítica que cada indivíduo adota em uníssono, assumindo assim a cultura como um resultado da máxima “conhece-te a ti mesmo”.

Tanto o processo de objetivação como a formação social dos indivíduos encontra condições ideais de desenvolvimento na sociedade civil. Desse ponto de vista, Gramsci acredita no sujeito cuja prática se dá no espaço coletivo da população, mas reconhece que no contexto da sociedade civil, ocorre a transformação das idéias, criam-se novos valores que poderão balizar um novo ordenamento social. Afinal, a sociedade civil é um espaço de disputa e de ação política, no qual se manifestam os conflitos, as tensões e as resistências, criam-se as normas e as instituições, e também as identidades. Além das relações subjetivas, culturais, econômicas, nela surgem as raízes dos projetos políticos, daí derivando o grau de autoconsciência e de socialização que os grupos chegam a alcançar nesse universo.

Sob a inspiração desses ideais, as expectativas de mudança na sociedade têm se voltado à ação política dos movimentos sociais, associando a noção de *sujeito* a conteúdos de participação política alinhados à idéia dos múltiplos sujeitos que se expressam e definem interesses no espaço coletivo. Dessa forma, considera-se, neste trabalho, que o sujeito se constrói e alcança seu momento de superação na esfera cotidiana e no ingresso na esfera pública.

Quando se trata, nesta pesquisa, das mudanças nas relações de gênero no contexto da luta pelo acesso à terra, segue-se o pressuposto que as ações concretas aí desenvolvidas se fazem acompanhar de uma reinterpretação da realidade, de novas concepções e valores, justamente porque essa luta é gestada no contexto dinâmico da sociedade na qual se estabelecem múltiplas determinações econômicas, políticas, culturais e diferentes visões de mundo.

A partir desse referencial, tornar-se sujeito confere à mulher possibilidades de desvendar a dominação masculina e, por extensão, a redefinição de sua posição na sociedade.

- *O potencial dos grupos subalternos*

As observações de Gramsci sobre a hegemonia aplicadas à análise das relações de gênero permitem compreender melhor a dominação ideológica e os espaços que se apresentam à reelaboração da cultura androcêntrica na sociedade. Na sua concepção, a dominação e a hegemonia não são absolutas e se defrontam com pressões que se opõem no jogo das forças políticas. À luz dessa perspectiva, dissolve-se a relação bipolar entre o hegemônico e o subalterno. Não se trata, portanto, de indagar quem sobrevive, desaparece ou se subordina à cultura hegemônica, mas, sim, de que modo interage com ela.

Na hegemonia da relação de gênero, as mulheres respondem como grupo subalterno à missão de transformar essa relação na sociedade. E como grupo subalterno, quais as possibilidades de implementar uma ação eficaz nesse sentido?

Muitas vezes, explica Canclini (1988), a negociação é um modo de obter certa reciprocidade no marco da subordinação. Essas transações constituem espaços onde subalternos e dominadores ensaiam novas relações, nos quais “resolvem” simbolicamente as contradições. Mas, a análise dos processos culturais na vida cotidiana mostra que a resistência é um árduo processo de re-elaboração. A força da dominação permite poucas eclosões: a astúcia da hegemonia exige que se

mantenham, todos os dias, as manobras para se contrapor às hierarquias e que recorra as pequenas táticas de sobrevivência (CANCLINI, 1982). Em última instância, o equilíbrio seria o ponto a alcançar nesse processo recorrente, amparado no exercício do poder.

As relações de gênero perpassam essa arena do poder, que se manifesta de várias formas, e quando exercido em contextos democráticos, enfrenta oposições e resistências. Porém, o subalterno sobre o qual é exercido o poder, particularmente na relação de gênero, também possui algum *quantum* de poder, até para legitimar a dominação, embora em doses reconhecidamente desiguais (SAFFIOTI, 1992).

A relação de gênero congrega um processo hegemônico de poder amparado nos valores, princípios e tradições que permeiam toda a dinâmica da sociedade. Homens e mulheres em posição de dominação/subordinação ou de poderes extremamente desiguais assumem papéis que correspondem à sua condição de sexo. Atrelados a um conjunto de interesses, lutam no terreno da correlação de forças pela posição hegemônica. Nesse processo, o poder masculino se efetiva de forma sutil, e às vezes, as próprias mulheres evitam acreditar na sua existência. Mas quando ocorre qualquer ameaça a esse poder, ele alcança visibilidade, e, ao mesmo tempo, todas as “armas” possíveis são acionadas para garantir sua posição hegemônica.

A questão de gênero se inscreve no processo hegemônico. Ao se reportar à mulher como indivíduo que mais sofria repressão na sociedade, Gramsci sinalizava com a possibilidade do avanço feminino na direção de uma outra relação ao colocar que a mais importante questão ético-civil, ligada à questão sexual, se expressava na formação de uma nova personalidade feminina:

enquanto a mulher não tiver alcançado não apenas uma real independência em face do homem, mas também um novo modo de conceber a si mesma e a seu papel nas relações sexuais, a questão sexual continuará repleta de aspectos mórbidos, e será preciso ter cautela em qualquer inovação legislativa. (GRAMSCI, 2001, p. 251 v.4)

Quanto às desigualdades entre homens e mulheres, Gramsci a chamava atenção para a necessidade de se criar uma regulamentação de comportamentos pautada numa nova ética:

a verdade é que não se pode desenvolver um novo tipo de homem exigido pela racionalização da produção e do trabalho enquanto o instinto sexual não for adequadamente regulamentado, não for também ele racionalizado. (GRAMSCI, 2001 p. 252 v. 4).

Gramsci concentra sua análise nas consequências do poder exercido sobre a mulher, no contexto da dominação masculina, e a relação de subordinação que se estrutura nas entranhas da sociedade através de um dos aspectos que lhes são mais caros: a cultura. No seu entendimento, através da cultura, produz-se e articula-se o modo de viver, de sentir e de pensar a realidade em diferentes épocas. A cultura constitui instrumento de manutenção ou mudança de contextos históricos (VIEIRA, 1999). É organização, disciplina e compreensão dos valores históricos em que o presente é o resultado do passado, a crítica desse passado e, também a sua superação.

Criar uma cultura significa difundir criticamente verdades já descobertas e socializadas, cujo principal expoente se expressa no modo de vida, constituído nas

relações sociais, articulado a regras e normas que se modificam através da crítica. É por meio da cultura que se consegue compreender o valor histórico da função da vida, dos deveres, dos direitos, uma vez que aquele agrega teoria e prática. Uma cultura que se pretende hegemônica é sempre criada a partir da crítica que os indivíduos exercem sobre si mesmos e sobre a sociedade. No permeio da teoria e da prática política, os indivíduos indagam-se a si mesmos, revendo seu modo de pensar e agir na sociedade, refletindo criticamente o seu modo de vida e repensando suas práticas sociais para transformar a sociedade. E segundo Puttini (1997), a crítica se inicia com a consciência daquilo que o sujeito é como produto do processo histórico.

Na perspectiva da unidade entre teoria e prática, Gramsci considera a *filosofia da praxis* como sendo capaz de realizar a síntese histórica contra a dogmática mecanicista do empírico, ou seja, levando a que coabitem teoria e prática. A filosofia da práxis é a metodologia a ser adotada pelos grupos subalternos numa revolução cultural. Supõe concepção de mundo ancorada a uma base formada por indivíduos organizados pela força crítica, que, por sua vez, implica aquisição de consciência e de conduta moral, podendo contribuir para modificar os valores e a maneira de pensar dominante na sociedade.

Essa visão de mundo, como ideologia, constitui, portanto, um mecanismo usado por grupos ou classes sociais que se contrapõem no ataque e na defesa, no jogo de interesses. Enquanto se mantém amparada em valores, a ideologia sustenta a hegemonia, tendo, inclusive, uma dimensão normativa como legitimação social. Permanece, porém, sob a ameaça de questionamentos que podem gerar uma nova ideologia dominante.

Os grupos subalternos constituem ameaça constante ao hegemônico. Adota mecanismos de luta que vão do enfrentamento direto a outros mais sutis, mas igualmente ameaçadores, como a “guerra de posição”. Segundo Gramsci (1991), a relação de forças sinaliza o preparo de um grupo (ou classe) para fazer frente ao grupo ou classe antagônica. A relação de força política¹⁸ traz implícitos o grau de homogeneidade, a auto-consciência e a organização que os grupos sociais conseguem alcançar.

Na composição da hegemonia da relação de gênero, as mulheres, como grupo subalterno, podem extrair de sua prática cotidiana uma nova concepção de si mesmas e da sociedade e fazer emergir, assim, um padrão de conduta social que se opõe à ordem dominante na relação de gênero (CASTELLANOS, 1995). Nessa perspectiva, a ideologia de gênero é potencialmente capaz de se contrapor ao bombardeio da ideologia dominante.

Na relação de dominação, as mulheres questionam as idéias vigentes¹⁹, inclusive as que sustentam suas experiências quando participam de funções políticas em órgãos oficiais ou de movimentos organizados, associações ou partidos políticos. Podem influir, portanto, na correlação de forças nessas organizações ou mesmo no meio em que se inserem²⁰. Nessa situação, a mulher tem condição de negar a posição idealizada para ela, o que significa negar a identidade que a referenciou na sociedade como indivíduo inferior.

¹⁸ Dessa relação de força fazem parte, ainda, o controle do Estado e a força militar em favor do grupo dirigente.

¹⁹ Na contestação aos paradigmas sociais expõem a estrutura social excludente do gênero.

²⁰ Como prenunciou Gramsci, cada concepção histórica de mundo quebra a solidez das crenças e recria um reordenamento social (DEBRUM, 2001);

- *A (re)construção da identidade de gênero*

Não se pode perder de vista que a primeira referência da identidade de gênero se assentava na anatomia, priorizada nos esquemas de percepção e de classificação dominantes, como critério para a interpretação da identidade, justificando, conseqüentemente a discriminação da mulher na sociedade (ARANGO; LEÓN; VIVEROS, 1995). De acordo com o pensamento feminista, a identidade de gênero foi por muitos séculos construída em torno de dois eixos ambíguos que legitimaram a condição feminina na sociedade tradicional: a maternagem e o matrimônio. “A identidade de mãe e esposa encarna a feminilidade ideal e representa a possibilidade de conservar a estabilidade da família e sua harmonia” (VIVEROS, 1995).

Essa identidade é construída num processo ideológico valorativo cosmovisionário que a endeusa como rainha do lar e dona-de-casa, numa posição que serve, sobretudo, para assegurar privilégios masculinos. Tal idéia, de fundamento funcionalista, é regida pelo desempenho dos papéis femininos na família, nos quais se incluem o sexual, o econômico, o reprodutivo, o educativo e o socializador.

A identidade de gênero constitui tema ainda pouco explorado, deflagrado pelos estudos baseados na relação de gênero, referenciada pela (des)hierarquização do sexo. O primeiro a tratar da identidade de gênero foi o psiquiatra Robert Stoller, que, sob esse título, se referiu mais precisamente à conceituação de gênero como construção social (CARSON, 1995). Ao lançar o tema, Stoller abre caminhos para a especulação de uma nova ramificação no campo do gênero, desafio que é amplamente aceito por estudiosos das ciências sociais.

A participação da mulher no espaço público político favorece o questionamento das leis que sustentam o domínio masculino, alimentador das desigualdades entre homens e mulheres e abre caminhos ao surgimento de uma nova identidade feminina.

Na esteira dessas mudanças, as mulheres tentam assumir o rumo de sua história, e outros referenciais começam a nortear a identidade de gênero ao somarem outras experiências que extrapolam as representações de mãe e esposa, alterando padrões culturais vigentes. Com essa perspectiva, o estudo admite que tais mudanças geram fissuras, contradições e ambigüidades no código hegemônico masculino que rege a sociedade, e novos horizontes emergem no cenário social, possibilitando às mulheres o questionamento da exclusividade daqueles papéis tradicionais e, principalmente, a ocupação de espaços de decisão política.

Considera-se que o protagonismo da mulher na sociedade atual traz à reflexão sua condição de sujeito e sinaliza para a construção de uma ideologia em que novos valores emergem no meio social, influenciando a relação de gênero. E, ainda, a prática política das mulheres nos movimentos sociais, em particular, na luta pela terra, constitui oportunidade de educação política e de orientação, elementos que podem contribuir para promover sua autodeterminação na medida em que viabilizam novas formas de consciência e a crítica às regras impostas pela dominação masculina.

A partir dessas premissas, foi realizado o presente estudo, que contempla a trajetória das mulheres participantes de um movimento organizado no campo, suas reivindicações “elementares”, suas formas de auto-expressão e de organização; e também, a introdução de mudanças no contexto das relações de gênero e sua articulação com o processo de hegemonia.

2.3 Uma reflexão sobre a (re)construção da identidade de gênero

– o modelo de análise

Com base na experiência acumulada por esta pesquisadora através de trabalhos já realizados sobre a condição da mulher no campo²¹, o presente estudo se insere no marco de referência da relação de gênero, delineado a partir da convivência com as mulheres de assentamentos e acampamentos rurais em Pernambuco e na Paraíba, por ocasião do levantamento de informações para compor o texto “A posição da mulher na reforma agrária”, inserido no livro “A política fundiária no Nordeste”. Essas mulheres se destacavam na esfera pública, participando da luta pela terra e atuando no campo político, mas continuavam referenciadas pela condição de dona-de-casa ou mãe exemplar. Sua práxis, no entanto, parecia extrapolar tais representações, indo na direção de uma participação como sujeito político.

Ao elaborar o projeto de pesquisa para o doutorado, havia certamente o desejo de prosseguir investigando a realidade da mulher no campo. Não se tratava mais de indagar sobre a possibilidade de sua participação na produção ou no movimento organizado pela reforma agrária. O interesse principal recaiu no potencial de sua nova condição de sujeito, passando a constituir objeto de estudo a construção/(re)construção da identidade feminina no contexto da dominação masculina.

²¹ São de autoria da pesquisadora: A trabalhadora rural: conscientização social e política na empresa agrícola moderna. Recife, Massangana, 2000; O trabalho feminino: efeitos da modernização agrícola. Recife: Massangana, 1996 (em parceria com Albuquerque, Lígia); A participação da mulher no processo de reforma agrária. In Política fundiária no Nordeste. Recife: Massangana, 1990 (em parceria com Albuquerque, Lígia); Assalariamento e conscientização: opostos que se atraem - o caso da assalariada rural. In: Anais do Encontro Nacional de pesquisadores em Serviço Social. Brasília, 2000.

A identidade de gênero é reconstruída nas práticas sociais que permeiam a relação entre homens e mulheres na sociedade. Nessas práticas, a mulher desenvolve hábitos, crenças e valores, ou seja, estabelece uma cultura. (Re)constrói sua identidade esteada e conjugada a uma dinâmica social que cria e, ao mesmo tempo, se recria através de sua intervenção no processo histórico. Isso quer dizer que, ao incorporar novos valores, tradições e formas de vida, a mulher se torna capaz de questionar princípios estabelecidos na sociedade e, ao fazê-lo, habilita-se a identificar as contradições no processo social, criticar a ordem estabelecida e, ao negar sua condição anterior, abre caminho para a formação de uma nova concepção de gênero .

Com essa orientação, importava particularizar a atuação da mulher no espaço político, e o movimento da luta pela terra mostrou-se um terreno privilegiado. Primeiro, pelo poder de organização das mulheres no campo, e ainda pela particularidade assumida por essa luta na reforma agrária. Nesse sentido, importava reconstruir suas práticas sociais no movimento e, ao mesmo tempo, sua atuação no cotidiano da família, do trabalho, e junto às associações e outras instâncias reivindicando ou representando interesses coletivos. Tratava-se de apreender as relações de gênero que aí se estabeleciam, bem como os limites e contradições geradas na construção da nova identidade feminina.

Em linhas gerais, o estudo faz uma releitura da atuação da mulher num acampamento rural sob a liderança da CPT e analisa, na perspectiva do pensamento gramsciano, como suas práticas se direcionam para um projeto de emancipação. São categorias centrais de análise:

- a) participação – considerou-se a intervenção das mulheres na gestão do processo de luta pela terra e encaminhamento de suas reivindicações, a partir das

condições objetivas do processo e da relação com o espaço público governamental e não governamental; a capacidade de influir nas áreas de decisão das associações/organizações onde atuam;

- b) representação – como as mulheres do acampamento expressam interesses e demandas presentes em sua comunidade (o sentido do direito coletivo); a relação que mantêm com o movimento de luta pela terra, com o acampamento e com a população, particularmente no diz respeito à organização da produção;
- c) construção/(re)construção da identidade da mulher acampada através das práticas cotidianas na luta política do acampamento rural.

Dada a complexidade da situação cotidiana do acampamento, considerou-se importante, antes do delineamento do modelo de pesquisa, conhecer algumas características da área e da população acampada, abrangendo as relações com os dirigentes da CPT, condições de trabalho e, sobretudo, as relações das famílias acampadas com o poder local. Nesse estudo exploratório, foi privilegiada a observação sistemática, mas igualmente significativos se mostraram os contatos informais com as lideranças do acampamento, e também com agentes do meio externo, inclusive policiais encarregados de controlar o movimento dos acampados e atravessadores interessados na aquisição de sua produção. Procurou-se também identificar as famílias acampadas com base nos registros existentes na CPT e sua distribuição por núcleo. Esse cadastro foi usado como ponto de partida para delimitar o universo e definir as

categorias adotadas na pesquisa. Serviu ainda para localizar as famílias acampadas com as quais se pretendia manter uma aproximação.

Tentando facilitar o entrosamento com o grupo de acampados, inicialmente, procurou-se conduzir a abordagem com espontaneidade, e, com o apoio de um dirigente da CPT, estabeleceu-se um clima favorável ao relacionamento. Tratava-se de pessoas ameaçadas, inseguras e, por isso mesmo, os primeiros contatos foram feitos sem uso do gravador, evitando-se também anotações ou registros que suscitariam dúvidas a respeito de seu uso.

O aprofundamento da observação se processou com a participação da pesquisadora no cotidiano das famílias nos diversos núcleos. A leitura da realidade local se impunha também como um dos objetivos a alcançar nessa etapa, tendo em vista a caracterização da população a ser investigada. No total, eram 140 mulheres integrantes das famílias cadastradas, conforme o registro da CPT.

Por falta de maiores indicações que permitissem localizar essas famílias nos barracos em cada núcleo, adotou-se um procedimento aleatório, assemelhado à técnica “Bola de Neve”: cada entrevistada indicava duas famílias, que, por sua vez, sugeria mais duas, e assim sucessivamente. Seguindo essa sistemática, foram entrevistadas 38 famílias, que se constituíram em fonte valiosa de informação a respeito do cotidiano na área pesquisada. Verificou-se, no entanto, a necessidade de aprofundar aspectos relacionados à questão de gênero, manifestados no grupo familiar, na esfera da produção e da reprodução da força de trabalho, e no espaço político. Como dimensões constitutivas do conceito de gênero, cabia apreendê-las no cotidiano das mulheres acampadas a fim de atingir os objetivos do estudo, uma vez que essas dimensões se mostravam indispensáveis ao entendimento da problemática pesquisada.

Optou-se, então, pela realização de entrevistas em profundidade, escolhendo as respondentes com base nos seguintes critérios: a) ser responsável ou co-responsável pela família; b) ser membro do movimento de ocupação há mais de dois anos; c) expressar anuência e estar receptiva à pesquisa.

Buscou-se, com as entrevistas, levantar informações sobre a socialização da mulher acampada, a divisão sexual do trabalho, os referenciais familiar e a participação política. Tentava-se desvendar a participação, a representação e as manifestações da identidade feminina na perspectiva de gênero. Constituiu também propósito da pesquisa aprofundar a questão investigada até atingir o objetivo do estudo, evitando-se, portanto, determinar previamente o número de entrevistas a ser realizado. A indagação deveria prosseguir chegando ao nível de saturação com a repetição das informações.

Com essa perspectiva, foram realizadas 13 entrevistas em profundidade junto às mulheres dos núcleos Penedinho, Prado I e Taquara, distribuídas proporcionalmente (as mulheres do núcleo Prado II não foram entrevistadas porque estavam sob o controle de policiais que vigiavam uma coordenadora por eles considerada perigosa).

Durante as entrevistas, que, em geral, tiveram duração aproximada de uma hora, as mulheres ficavam à vontade para falar de seus problemas e das dificuldades enfrentadas no acampamento. A tensão, a angústia e o medo nunca eram esquecidos. Aquela era uma oportunidade que lhes permitia serem ouvidas. Seus depoimentos se confundiam com suas histórias de vida.

O trabalho de campo se constituiu numa das fases mais ricas da investigação. A tensão e o medo, provenientes do acirramento do conflito que ocorria naquele exato momento, tomavam conta de todos os envolvidos naquela fase da pesquisa. Cabe dizer, entretanto, que essa tensão e esse medo, ao invés de prejudicar a qualidade do

trabalho, contribuiu para aprimorá-lo. O momento se mostrava propício à tomada de iniciativa, e as mulheres puderam expressar sua capacidade de resistir, tomar decisão, propor novos caminhos de luta, enfrentar o poder discriminatório, inclusive dos companheiros, mostrando, assim, plena atuação como sujeito político.

O acampamento encontrava-se em conflito envolvendo os “Sem Terra”, o proprietário rural, os jagunços e os policiais militares encarregados de “proteger” as partes envolvidas. Duas viaturas da polícia permaneciam no local durante 24 horas. A cada possibilidade de confronto, dezenas de militares eram enviadas ao local e lá permaneciam durante semanas. O clima estava tenso, as mulheres e os homens acampados aguardavam a qualquer momento o chamado da sineta (sino usado para anunciar ameaça de perigo aos acampados) para entrar em confronto direto. As mulheres se diziam de plantão para agir face a qualquer emergência, colocando-se em posição de igualdade com o homem frente às obrigações de defender o acampamento e lutar pela terra.

Qualquer estranho que entrasse no acampamento era considerado suspeito de insuflar a resistência. Nessa perspectiva, a pesquisadora era vista por aqueles policiais como suspeita potencial, pois, diariamente, não só mantinha contatos com os acampados, mas permanecia o dia inteiro realizando entrevistas e observando o cotidiano do acampamento. Desse modo, além das dificuldades peculiares ao desenvolvimento do trabalho (como a de abordar a vida particular das mulheres e, da parte delas, a de expor seus problemas a um estranho), as entrevistas estão permeadas por problemas próprios da situação, que envolveram também a pesquisadora. Esta, a cada entrada e saída de um núcleo, era minuciosamente revistada, convocada a apresentar documentos e justificar o que estava fazendo no

local. Os objetos conduzidos, tais como bolsa, material de trabalho, pastas, automóvel (documentos, porta mala, porta-luva, bancos, motor) passavam por criteriosa vistoria da polícia. Apesar de toda a revista, o veículo da pesquisadora foi perseguido e duas vezes interceptado na estrada pela escolta policial, sob suspeita de estar conduzindo armas para os acampados. Esse comportamento dos policiais dispensado à pesquisadora, interferia na entrevista, levando as mulheres não só a abominar aquela atitude, como também relembrar passagens semelhantes vivenciadas e a forma como eram freqüentemente abordadas pela polícia.

Certamente, a situação por que passam essas trabalhadoras é extensiva a milhares e homens de outros recantos da Zona da Mata, expulsos do meio rural, principalmente a partir da modernização que se estendeu ao campo e deu lugar ao surgimento da questão social que hoje atinge a sociedade brasileira. A massa de trabalhadores sem terra torna visíveis o desemprego, a insegurança, a falta de infraestrutura e as mazelas sociais que a população enfrenta.

O problema tem raízes na concentração da terra e se expressa de forma diferenciada nos vários recantos do país. Na Zona da Mata de Pernambuco, a cultura própria do latifúndio dá nitidez às desigualdades sociais e ao antagonismo de classes, que estimulam o surgimento de movimentos sociais como manifestação de resistência dos grupos subalternos no processo hegemônico.

CAPÍTULO 3

O CENÁRIO DO ESTUDO

3 . 1 A questão agrária na zona canavieira

3 . 1 . 1 A lei de terras – o começo da especulação fundiária

Na Zona da Mata de Pernambuco, a primeira lei de terras, a Sesmaria, não somente representou o berço da formação do latifúndio no país, mas serviu também de modelo à formação do patriarcado na sociedade brasileira como um todo. A posse da terra era vetada ao feminino, e os proprietários que se beneficiaram dessa lei vieram para o Brasil geralmente sem família e não consideravam as mulheres nativas como membros da sociedade que estavam fundando. Essas mulheres eram usadas para trabalhar nos afazeres domésticos nos engenhos e para proporcionar uma vida mais prazerosa e agradável aos colonizadores. No primeiro século de colonização, apenas mulheres degradadas ou de condição nobre, esposas de donatários e de administradores coloniais, pisaram o solo brasileiro (SILVA, 1995).

A ocupação do espaço do então Brasil colônia teve início nos estados de Pernambuco e da Bahia, com a implantação e o desenvolvimento da cana-de-açúcar em propriedades que estabeleceram sistemas patriarcais. A atraente condição natural do solo e do clima da área costeira desses estados favoreceu a escolha do colonizador,

levando-o a plantar as primeiras mudas dessa cultura que respondeu de modo preponderante pela economia dessa região da colônia.

No contexto de leis de hereditariedade, as terras eram repassadas a indivíduos do sexo masculino que desejassem cultivá-las, principalmente produzindo cana-de-açúcar, prioridade na era do Brasil colonial. Os chamados donatários recebiam capitanias com extensão de 50 léguas de costa, e tinham cinco anos para torná-las produtivas ou devolvê-las ao rei, caso não cumprissem tal meta (MEDEIROS, 1998). Uma norma que visava dificultar a formação do latifúndio no Brasil, mas que resultou ser de baixa efetividade, como se verifica na História. No período colonial, os proprietários de engenhos de açúcar não cumpriam a lei vigente, mantinham os feudos improdutivos ou os alugavam a terceiros que não possuíam terras, favorecendo, desse modo, o surgimento de posseiros, que se instalavam às margens dos engenhos, garantindo a cultura de subsistência, além da mão-de-obra, inclusive feminina, para os engenhos.

De acordo com Andrade (1986), a cultura da cana-de-açúcar foi iniciada pela Mata Sul, através do Vale do rio Beberibe, expandindo-se na direção dos rios Capibaribe, Pirapama, Jaboatão, Ipojuca e Una. A Mata Norte foi ocupada posteriormente e com menor intensidade, seguindo os vales dos rios Botafogo e Goiana (ANDRADE NETO, 1990). Sigaud (1979) acrescenta que essa parte foi ocupada principalmente com a cana, ao contrário da Mata Sul, onde foram implantados engenhos de moendas e, posteriormente, as usinas.

A cultura da cana-de-açúcar gerou uma civilização própria, baseada na exploração da grande propriedade e num sistema de organização patriarcal que funcionava como um mundo em miniatura, concentrando e resumindo a vida de uma

parcela da humanidade²² (PRADO JÚNIOR, 1986). Essa estrutura agrária, esteada no modelo de grande empresa colonial, que obedecia à primeira lei de terras estabelecida no Brasil - a sesmaria -, deu lugar ao padrão de sociedade baseado no latifúndio concentrador de poder masculino e cuja viabilidade depende de mão-de-obra abundante e barata, e da cultura extensiva.

Na organização da propriedade, além dos canaviais, as terras eram distribuídas entre reserva de pastagens, criatório de animais de trabalho, culturas de subsistência e matas que serviam para fazer carvão e também atendiam ao fornecimento de madeira de construção. A exploração da cana era a atividade econômica principal, complementada pela cultura de subsistência (quase sempre milho e feijão em sistema de consórcio), atividade realizada com a participação das mulheres, especialmente das escravas. No engenho, o trabalho era diversificado, comportando mão-de-obra de ambos os sexos. Ao lado do pessoal ocupado nas atividades agrícolas, a extração da sacarose exigia o conhecimento do mestre de açúcar, do destilador, do purgador, do caixeiro e do destilador, além do trabalho braçal, reservado ao escravo (ANDRADE, 1986). As mulheres encontravam-se nesta condição, até mesmo porque lhes faltava preparo para outras ocupações, a não ser quando permaneciam na casa grande, a serviço do senhor. A organização das propriedades açucareiras mantinha o caráter patrimonial, reunindo a grande unidade produtora e o conjunto de trabalhadores que moravam com a família no mesmo estabelecimento sob a administração rígida do proprietário, plenamente identificado como patriarca (PRADO JÚNIOR, 1986).

²² Essas fazendas, cujo centro era o engenho, tinham um determinado padrão de organização, de forma que todas as propriedades possuíam uma casa grande, onde habitavam o senhor do engenho e sua família; e a senzala, onde os negros escravizados eram mantidos; a capela, que centrava a atividade religiosa da população; e instalações acessórias, como olaria e casa de farinha (FREYRE, 1995; ANDRADE, 1982).

No fim do período colonial, a população feminina já se mostrava expressiva na região, registrando-se um contingente de mulheres brancas relativamente numeroso e socialmente diversificado. Havia as mulheres “nobres”, donas-de-casa nos engenhos e, também, filhas ou esposas de “moradores”, que se ocupavam de atividades como a fiação, a tecelagem, o cultivo do roçado, além da costura e do fabrico de renda. O “senhor de engenho” era dono absoluto da terra. Em caso de viuvez, poucas mulheres assumiam o comando da propriedade e do patrimônio, apesar do direito de sucessão.

A exploração de origem patriarcal na zona canavieira não recaía apenas sobre as mulheres pobres, mas atingia também as pertencentes à classe dos proprietários. A literatura é pródiga ao relatar as agressões físicas e morais a que ficavam submetidas, principalmente quando o esposo seviciava as escravas ou empregadas domésticas e as obrigava a conviver em promiscuidade - esposa e escravas - sob o mesmo teto, exercendo domínio sobre ambas.

As primeiras transformações na estrutura fundiária e também na organização social brasileira ocorreram na segunda metade do século XIX, no prenúncio da formação da Lei de Terras de 1850, e sob as determinações do estabelecimento do livre comércio, da Revolução Industrial na Inglaterra, da independência nacional e da abolição do tráfico de escravos (WANDERLEY, 1979). O país é, então, pressionado pelas grandes potências mundiais, interessadas em abrir novos mercados de consumo e, ao mesmo tempo, é levado a buscar o ajuste de sua economia à conjuntura capitalista em meio às contradições políticas internas e às pressões dos movimentos libertários pela independência e, mais tarde, pela abolição da escravatura, que acarretava instabilidade e ameaçava a economia emergente.

Particularmente significativo mostrava-se o veto à importação de escravos, dos quais dependia fundamentalmente o setor açucareiro. Com o movimento abolicionista, cria-se uma expectativa acerca da propriedade da terra, com possíveis implicações na ordem social, advindas do acesso de ex-escravos àquela.

A Lei de Terras de 1850 vem, então, regularizar a terra como objeto de compra e venda, consagrando sua privatização e, dessa forma, a concentração fundiária (SILVA, 1997), responsável em grande parte pelas manifestações da questão social no campo e na cidade.

Em si, a Lei de Terras não trouxe surpresa ao continuísmo da classe dominante rural e do patriarcado. Cuidadosamente trabalhada por representantes da aludida classe envolvida na questão, a proposta foi encaminhada ao Congresso Nacional pelo então senador Nicolau Vergueiros de Campos, latifundiário tradicional que visava antes de tudo impedir que trabalhadores, na condição de ex-escravos ou colonos, se tornassem donos de terras. Embora não constasse do dispositivo legal, o acesso à terra, assim regulado, ficava também, automaticamente, vetado às mulheres, pela condição de dependente, financeiramente, do pai ou do marido. Aliás, sua exclusão já estava implícita nos princípios sociais e leis morais.

A Lei constituiu, assim, instrumento de ampliação do latifúndio ao reconhecer, por exemplo, o usucapião, que permitia ao próprio posseiro a demarcação de suas terras. Além disso, assegurava a ampliação de domínios dos proprietários rurais ao recompensá-los com fartos subsídios para melhoramentos na infra-estrutura e modernização dos engenhos.

Os usineiros, no Nordeste, foram especialmente beneficiados ao ganharem a preferência na aquisição de terras devolutas e receberem permissão para transferência

de propriedade e expropriação de terras. Reforçados pelo poder econômico, conquistam força política, mantida à custa do coronelismo que lhes assegurava o controle de “corações e mentes” no município, reproduzindo a ideologia do patriarcado.

Como salienta Freyre (1995), ao longo dos séculos, o “coronel” acumulou poder político e manteve o privilégio de mandar e desmandar sem admitir discórdias, divergências políticas ou religiosas. Para se fazer obedecer dentro e fora de casa, utiliza a violência física, a coerção e o aliciamento através de uma suposta proteção a seus subalternos. Mascara também o seu mando, através da relação de compadrio que disfarça a dependência do trabalhador e sua família à “Casa Grande”.

Com a implantação das usinas, cria-se uma estrutura social de caráter patriarcal, aristocrático e autoritário talvez mais acentuada do que a do período do engenho tradicional (SUÁREZ, 1975). A partir da década de 30 do século XX, o usineiro reforça o caráter monocultor exportador da economia, agravando os desequilíbrios regionais. Centrados nos mesmos interesses, os donos de usinas mudam a organização e os mecanismos da produção. Contudo, sua contribuição ao progresso econômico e político da região é reduzida, ao impor o domínio do setor industrial sobre a agricultura. Na contramão da modernização, não chegaram a implantar uma base tecnológica avançada no campo. Na verdade, em nome dessa modernização, ocorre a expulsão dos moradores dos engenhos, cresce o movimento migratório para os centros urbanos, enquanto as usinas lutam para recuperar as terras utilizadas na produção de subsistência.

A década 50 da passada centúria constitui momento de efervescência no Nordeste do Brasil. Com o forte impulso à expansão do modo de produção capitalista no campo, ocorre a ruptura com as formas tradicionais de relações sociais no sistema

canavieiro, o que levou à expulsão do trabalhador rural do seu lugar e sua expropriação completa e definitiva. Em paralelo, a valorização dos preços do açúcar no mercado internacional fez com que os proprietários que haviam reduzido suas atividades industriais (arrendando seus engenhos a foreiros para lavouras de subsistência ou cedendo a terra aos moradores em troca de serviço) retomassem as atividades ligadas à cultura da cana. Desse modo, dirigidos pela busca de lucro, os donos de terra passaram a expulsar os trabalhadores ou obrigá-los a permanecer na propriedade, porém destruindo suas lavouras e forçando-os a plantar cana.

Em face da tendência à concentração fundiária, a expropriação e a proletarianização no campo eram as alternativas que restavam ao trabalhador do campo, que não contavam com possibilidades legais para enfrentar as pressões dos donos de terra.

A nova situação inviabiliza a vida da mulher no engenho, que, até então, trabalhava na roça, conjugando esse serviço com as atividades da casa. Vê-se ela sem perspectiva de ocupação, pois, no assalariamento adotado pela usina, o contrato de trabalho é individualizado, e como conciliar essa condição com a ordem patriarcal? Em princípio, se fosse incluída no assalariamento, sua participação mostrava a impotência do chefe da família como provedor²³; por outro lado, se a mulher passasse a ajudar o marido no eito, criaria também uma situação constrangedora à luz dos padrões morais, ao juntar-se a outros trabalhadores masculinos estranhos à sua família.

A situação acaba reforçando o movimento migratório. As famílias não absorvidas pelo novo sistema de produção saem do meio rural para a periferia das cidades em

²³A perda da posição de provedor do chefe da família se reflete na autoridade doméstica e no sistema de mediação entre a família e o espaço público (SIGAUD, 1979).

busca de trabalho, mas, devido à falta de qualificação profissional, também não conseguem colocação na indústria. Para subsistir, o homem passa a fazer biscates na rua, e a mulher, por sua vez, a desenvolver as atividades urbanas, ampliando suas relações no espaço público ao colocar-se em contato com estranhos que o mundo patriarcal rural lhe vetava.

Assim é a modernização que se anuncia no campo pela via da exclusão social.

3 . 1 . 2 *A difícil modernização*

Sob inspiração da Constituição alemã de Weimar, o acesso à terra como justiça social foi legitimado pela Constituição Brasileira em 1934, no governo de Getúlio Vargas. Pode-se dizer, no entanto, que o dispositivo constitucional somente ganha visibilidade social no Brasil com a organização dos trabalhadores, principalmente dos canavieiros nordestinos, a partir do final da década de 1950. Pela primeira vez é consagrado no direito positivo atrelar a posse da terra ao interesse social, conforme dispor o art. 133 item 17:

É garantido o direito de propriedade, que não poderá ser exercido contra o interesse social ou coletivo, na forma que a lei determinar. A desapropriação por necessidade ou utilidade pública far-se-á nos termos da lei, mediante prévia e justa indenização. Em caso de perigo iminente, como guerra ou comoção intestina, poderão as autoridades competentes usar da propriedade particular até onde o bem público o exija, ressaltando o direito a indenização ulterior.

O dispositivo constitucional reconhece o direito de propriedade, porém, o seu exercício em favor do interesse coletivo fica na dependência da indenização, o que limita profundamente o alcance da lei. Faz-se necessário, portanto, o aceite do proprietário, a condição do Estado para garantir a indenização, e, nesses termos, o interesse social recebe uma conotação relativa.

Em 1946, a lei passa por reforma no que se refere à indenização de terras, e em 1953, com a grande mobilização em torno das reformas de base, o então presidente Getúlio Vargas encaminha projeto de lei ao Congresso Nacional definindo o imóvel improdutivo e os casos passíveis de desapropriação por interesse social. O projeto acabou engavetado no Senado por quase dez anos, e quando retomado em 1962, passou por tamanha desconfiguração que a lei tornou-se inócua para fins de reforma agrária.

Como salienta Martins (1997), a questão agrária é, essencialmente, de caráter histórico e integra o elenco de contradições e gestões que têm mediatizado a dinâmica social. Como resultado da redefinição de correlação de forças políticas, a conjuntura nacional nas décadas de 50/60 do século passado favorece o debate sobre os problemas regionais, com significativa participação dos trabalhadores.

No campo e na cidade, eles se organizam, promovem debates sobre as condições de vida da classe trabalhadora, apresentam demandas e exercem pressão sobre o poder hegemônico (CARVALHO FILHO, 1997). No meio rural nordestino, verificou-se um crescimento significativo na organização dos trabalhadores, com o ressurgimento²⁴ das Ligas Camponesas em Pernambuco (BASTOS, 1984).

²⁴ Na década de 1940, o Partido Comunista Brasileiro organizou uma rede de ligas camponesas que atuava no Brasil. Essa rede tinha procedimentos diferentes das Ligas Camponesas dos anos 50 do século passado.

Na Zona da Mata, os trabalhadores se organizaram nas Ligas Camponesas²⁵, que reivindicavam a desapropriação de terras e a formação de cooperativas autônomas, em substituição ao antigo barracão da usina. Originária da Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco, criada em 1955, o desenvolvimento das Ligas Camponesas se processou numa fase em que os problemas da região eram discutidos tendo como eixo o Congresso de Salvação do Nordeste²⁶.

Com atuação centrada na área da cana-de-açúcar, as Ligas sensibilizaram amplos segmentos da sociedade para a situação social dos canavieiros e camponeses de modo geral, ao reivindicarem e direcionarem sua luta contra o monopólio da terra, o cambão, o barracão e o pagamento do foro. A concentração da terra era apontada como a causadora da pobreza da área e criadora de legiões de famintos. A condição básica para mudar a situação encontrava-se na organização política dos camponeses para promulgar a reforma agrária.

Paralelamente, surgiu na mesma região o movimento liderado por membros da Igreja Católica que tinha como meta organizar os trabalhadores em sindicatos para lutar contra o comunismo, que tinha como representante maior, segundo essa Igreja, as Ligas Camponesas.

²⁵ Em Pernambuco, a atividade organizacional dos trabalhadores ressurgiu no engenho Galiléia, no município de Vitória de Santo Antão, primeiro, com a criação da Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco, liderada pelo ex-membro do Partido Comunista, José dos Prazeres, e depois, com a formação da sociedade de direitos civis e legais das Ligas Camponesas, que rapidamente se expandiram em todo o Nordeste, sob a liderança do advogado Francisco Julião (DREIFUSS, 1987). O movimento ficou conhecido como a luta dos foreiros contra o aumento do foro e a expulsão dos trabalhadores das terras em que habitavam e desenvolviam o trabalho familiar, medida que desarticulava as relações de gênero no campo. As Ligas foram fundamentais para o reconhecimento nacional dos problemas decorrentes da concentração da terra na região Nordeste (ANDRADE, 1997).

²⁶ Ao referir-se ao Congresso de Salvação do Nordeste, Medeiros (1989) reconhece que nele deslocou-se o diagnóstico dos problemas da região, tradicionalmente vistos como resultado das secas. A carta aprovada no Congresso procurou analisar os problemas nordestinos como consequência da miséria decorrente de uma estrutura altamente concentradora de riquezas e incluía a reivindicação por reforma agrária.

Os sindicatos rurais foram gerados na esteira da Igreja Católica, que concorria com a União dos Lavradores e Trabalhadores do Brasil - Ultab e as Ligas Camponesas pela hegemonia da organização dos trabalhadores rurais. Discordando da linha ideológica dessas organizações, os chamados setores conservadores da Igreja fundaram o Serviço de Orientação Rural – SOR -, com a finalidade de treinar camponeses para combater as organizações político- revolucionárias, leia-se: as Ligas Camponesas. Em Pernambuco, o Serviço de Orientação Rural ganhou a sigla Sorpe, sendo orientada pelos Padres Crêspo e Antônio Melo, o último dos quais era filho de senhor de engenho (DREIFUSS, 1987). Alinhada à ideologia do Sorpe, foi criada a Federação dos Trabalhadores Rurais da Agricultura de Pernambuco – Fetape - que conduziu os sindicatos rurais, principalmente os da Zona da Mata, mantendo uma postura conservadora. A organização política no sindicato, indispensável à luta, era posta, porém, em plano secundário e se processava desarticulada dos movimentos sociais, inclusive dos que iam surgindo, como a Comissão Pastoral da Terra – CPT - e as Comunidades Eclesiais de Base - CEBs.

Pressionado por essas organizações de trabalhadores rurais, que defendiam propostas específicas, mas não antagônicas, o governo busca formas de administração dos conflitos que se desenhavam naquela conjuntura. Entre a reforma agrária com a extinção do cambão e a unificação dos direitos trabalhistas urbanos e rurais, o Estado opta por desarticular o movimento das Ligas Camponesas, reconhecendo o sindicato rural, a Contag, criando o Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963, (Lei 4221 de 2/3/63), que estendeu a legislação trabalhista aos trabalhadores rurais. Viabiliza-se

assim a interpretação legal dos conflitos no campo como trabalhistas em vez de fundiários²⁷.

Com a criação do Estatuto do Trabalhador Rural, a organização dos trabalhadores liderada pela Fetape e sindicatos rurais se fortificou, expandindo-se entre os homens do campo. Essa aparente vitória inviabilizou, no entanto, o projeto de reforma agrária anunciado pelo governo Goulart.

Desde então, justamente em face dos impasses políticos resultantes da questão agrária, que levaram ao golpe de Estado, deflagrado pelos militares em 1964 e que se arrastou por 21 anos, o governo criou um aparato institucional para administrar a questão fundiária de modo que não comprometesse os planos nacionais de desenvolvimento. Ainda em 64, o governo implementou o Estatuto da Terra através da Emenda Constitucional nº 10, de 9/11/64, tornando a reforma agrária uma possibilidade cada vez mais remota nas transformações históricas futuras. Conforme Stédile (1999), a Constituição de 1988 limitou ainda mais essa possibilidade.

No momento em que transcorria o Golpe, o latifúndio se encontrava estruturado por uma revolução tecnológica no campo, que fortalecia a questão agrária, sendo responsável pelo êxodo de uma legião de trabalhadores rurais. O governo militar absorve a política agrícola da modernização tecnológica e, em 1964, através do Estatuto da Terra, reconhece a legalidade da posse daquela como função social.

Na sua proposta de criar direitos para os trabalhadores do campo, o Estatuto da Terra contempla também a mulher com alguns direitos, como a proteção ao trabalho noturno, o descanso semanal, a proteção empregatícia relativa à gravidez, jornada de

²⁷ Lembra-se que os trabalhadores rurais já haviam adquirido, pela CLT, desde 1943, o direito ao salário mínimo, aviso prévio, férias anuais remuneradas, mas esses direitos permaneceram como letra morta.

trabalho durante aquele período, horário para amamentação etc. Apesar de contempladas pela lei, as mulheres, mesmo algumas com Carteira de Trabalho assinada, lutam até os dias atuais pelo respeito a esses direitos.

Na realidade, a preocupação central do Estatuto era com o desenvolvimento econômico no campo, precisamente em termos de produtividade. Sem se afastar da revolução tecnológica, o Estatuto estabelece mecanismos jurídicos para transformar o latifúndio e criar uma estrutura em que predominam a unidade familiar, a exploração associativa, a empresa rural abrindo caminho para a expansão capitalista no campo. Visando também concretizar sua intervenção no sentido de alicerçar uma aliança como saída para o desenvolvimento do campo, conciliando interesses entre terra e capital, o Estado implanta uma política oficial de subsídios e incentivos fiscais que leva à conversão dos empresários urbanos em proprietários de terra. A agricultura tornou-se campo de valorização, a fim de atender à demanda industrial e financeira. O Estado brasileiro aposta na elevação da produtividade para cumprir as exigências dos mercados interno e externo, unindo bancos, empresas multinacionais, grandes grupos econômicos, reforçando, ainda mais, o latifúndio.

Pesquisadores do meio rural, como Souza Martins (1997), Valle Júnior (1997) e muitos outros, defendem que o governo militar perdeu a oportunidade de fazer algum tipo de reforma agrária e usou o Estatuto da Terra como instrumento de repressão para sufocar conflitos e tensões sociais no campo.

Os resultados desses projetos, no entanto, mostram que a reforma agrária ainda permanece uma utopia, principalmente no Nordeste, onde a concentração fundiária se conjuga à desigualdade de renda.

A modernização contribuiu para a expulsar os trabalhadores do campo através da ocupação das terras de cultura de subsistência pela usina, reforçando a concentração da terra e o poder do latifundiário. Assumiu ainda um caráter concentrador e centralizador ao favorecer a permanência do latifúndio em regiões e a adoção de culturas específicas. A partir dos anos de 1960, com a dinamização das atividades da Sudene, o Nordeste passa por amplas transformações econômicas e sociais, particularmente no campo. O processo de modernização é acompanhado por uma política de crédito nacional que, na Região, propunha a modernizar as unidades produtivas, principalmente da zona açucareira. Programas governamentais de dimensões nacional e regional atrelados à liberação de créditos foram implantados no Nordeste em nome do desenvolvimento. Entre eles, Geran - o Grupo Executivo de Racionalização da Agroindústria Açucareira do Nordeste -, criado para viabilizar a proposta do Estatuto da Terra de promover mudanças na estrutura agrária da região canavieira. Com o aumento da produtividade da cana-de-açúcar, terras seriam liberadas e adquiridas pelo Estado, invocando-se a função social. Conforme Wanderley (1979), nenhum proprietário canavieiro de Pernambuco se dispôs, entretanto, a usar os recursos financeiros que implicassem a alienação de suas terras.

Além do Geran, créditos subsidiados da ordem de 140 milhões de dólares passam também a ser distribuídos pelo Programa de Redistribuição de Terra - Proterra -, que visava, dentre outros objetivos, desapropriar terras e repassá-las aos trabalhadores rurais. Segundo Andrade Neto (1990), o programa tampouco levou ao efeito esperado, mas, ao contrário, contribuiu para ampliar o latifúndio na Zona da Mata. Com resultados semelhantes, registra-se ainda o Programa de Melhoramento Genético da Cana-de-açúcar, Planasucar, e, na década de 1970, o Programa Nacional

do Álcool - Pro-álcool -, investindo cerca de 5 bilhões de dólares para subsidiar a produção do álcool (BUENO, 1981). Segundo Sampaio (1978, p. 287),

O crédito tem favorecido a concentração da terra e da riqueza na medida em que tem beneficiado prioritariamente os médios e grandes proprietários rurais. Se o crédito é distribuído em função da terra e os grandes proprietários têm uma participação maior no volume de crédito, este contribuirá para concentrar a desigualdade existente na distribuição da riqueza incorporada ao fator terra, distribuindo mais subsídio para aqueles que já detêm um maior volume de riqueza.

Com o estímulo do crédito estatal, a política da modernização agrícola agrava a crise social no campo, com a expulsão dos trabalhadores, inclusive na Zona da Mata de Pernambuco. Os governantes militares tentam conter o conflito apresentando arremedos de reforma agrária apoiados na referência da função social da terra.

No fim do regime militar, a questão social resultante da concentração da terra explode com enorme força em todo o território nacional. O modelo de desenvolvimento ligado à produção em si agrava a questão agrária. A organização nas relações de produção apresenta-se excludente em relação à classe trabalhadora, afetando o nível de emprego e renda no campo. A expansão do capital no meio rural dá lugar ao surgimento de uma problemática agrária com desdobramentos sociais incontrolláveis.

O campo brasileiro, tanto no Nordeste como no Sul, apareceria, então, como propulsor dos grandes problemas nacionais, cujos efeitos vinham a se apresentar com maior clareza nas áreas urbanas. Ali tinha início um processo de criação de excedente populacional que não seria absorvido nem no campo nem na cidade, tornando-se massa ambulante, sem lugar estável de trabalho e de vida. Era dado o ponto de partida

para a criação de um contingente de miseráveis sem perspectiva de politização e ascensão social, por tratar-se de mão-de-obra de baixa qualificação, portanto, sem preparo para trabalhar na indústria. A questão agrária se apresenta como fonte dos grandes problemas sociais do Brasil, com conseqüências materiais, sociais e morais, ganhando maior visibilidade à medida que escasseiam as alternativas de re-inclusão dos expulsos da terra. Os problemas resultantes não aparecem como pobreza rural, mas como problema social com os maiores reflexos no setor urbano.

3 . 1 . 3 A demanda recorrente – a reforma agrária

Com o fim da ditadura militar no Brasil, a chamada Nova República se defronta com uma elite fundiária revitalizada, modernizada em suas orientações econômicas e revigorada no arcaísmo de suas concepções (MARTINS, 1997). O então presidente civil José Sarney é pressionado pelos trabalhadores a fazer a reforma agrária, mas pouco consegue em termos de revisão do Estatuto da Terra e redução dos excedentes populacionais que estão além do mercado. Nesse governo, o que ocorreu de mais importante na distribuição de terras foi a discussão do Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República (1985-1989), que destacou a importância do referido Estatuto na implementação do acesso à terra como função social. Com essa perspectiva, estabelece o Plano: a função social da propriedade; a não desapropriação das empresas rurais e das pequenas e médias propriedades; a garantia de que a reforma agrária não atingiria as terras que estivessem produzindo e de que as desapropriações seriam pagas mediante indenizações (VALLE JÚNIOR, 1997).

O Plano nasce com a meta de assentar um milhão e quatrocentas mil famílias no prazo de quatro anos. Foram criados, no entanto, apenas 515 projetos com capacidade de assentamento para 83.625 famílias em 4,71 milhões de ha (VALLE JÚNIOR, 1997). No período, foram também instituídos o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Programa de Crédito para a Reforma Agrária - Procerá.

Em Pernambuco, a atuação do Programa teve maior concentração no Agreste e no Sertão porque os latifúndios da Zona da Mata estavam ocupados por empresas rurais, isentas de desapropriação pelas normas do Primeiro PNRA. O Programa contemplou alguns engenhos do Grande Recife e Zona da Mata, desapropriando 3.824 ha nos municípios de Abreu e Lima, Paulista, Igarassu, São Benedito do Sul e Cortez, com assentamento total de 343 famílias (Incra, 2003) no período de 1985 a 1989.

Objetivamente, pouco se fez no período do Primeiro PNRA. O Plano busca aliviar as tensões no campo, que poderiam ameaçar a consolidação da democracia em curso. Praticamente nenhuma mudança substancial aconteceu no latifúndio, ao contrário do patriarcado, que perdia força política à época da modernização.

As mulheres rurais, que sempre participaram da produção agrícola lutam nesse momento por terra, aposentadoria e outros direitos. Criam instâncias de reivindicação no centro de decisão do Estado, solicitam mudanças nas regras que as discriminam quanto à posse da terra, abrem espaços no então criado Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Mirad etc. (RUFINO; ALBUQUERQUE, 1990). A Constituição de 1988 reconhece o acesso a posse da terra²⁸ como direito da mulher,

²⁸ CF. Constituição: República Federativa do Brasil, 1988, Lei encontra-se no capítulo III, art. 189, parágrafo único – “DA POLÍTICA AGRÍCOLA E FUNDIÁRIA E DA REFORMA AGRÁRIA. O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil, nos termos e condições previstos em lei”.

embora, até o momento, a lei não tenha sido regulamentada. Funciona mediante pressão do movimento feminista, que levou o Incra a adotá-la como orientação interna.

Dando seqüência às ações oficiais, o governo de Fernando Henrique Cardoso cria o projeto de assentamentos rurais, o qual se apóia nos seguintes pressupostos:

- Executar a reforma agrária estabelecida na Constituição, com paz e estrito respeito à lei.
- Adotar uma política agrária realista e responsável, com o assentamento de 40 mil famílias no primeiro ano; 60 mil no segundo ano; 80 mil no terceiro ano e 100 mil famílias no quarto ano.
- Executar em articulação com estados e municípios, as obras e investimentos de infra-estrutura indispensáveis ao sucesso dos assentamentos (VALLE JÚNIOR, 1997).

As regras estabelecidas para realização do Programa criaram efetivas dificuldades no reconhecimento de ocupação de terras e na negociação com os proprietários rurais.

Como tem sido apontado na literatura, é grande a diversidade de situações que aparecem no discurso governamental sobre os “assentamentos de reforma agrária”. As desapropriações contemplando trabalhadores que, há muito, estavam na área como posseiros, visam, quase sempre pôr fim a antigos conflitos. A criação dos assentamentos também tem trazido sérios desafios à esfera local do poder público, à qual se dirigem as reivindicações ligadas principalmente à infra-estrutura e relacionadas a melhorias de estradas, saúde e educação, além de crédito de custeio para a produção. Criados para responder a pressões e sem um plano de localização, os assentamentos enfrentam situações bastante adversas. Na Zona da Mata em

Pernambuco, até o primeiro trimestre de 2004, segundo o cadastro do Incra-PE, registrava-se a existência de 118 assentamentos, com 7.297 famílias.

Os esforços até então implementados pela ação pública têm dado mostras de que a questão agrária continua indomada. Há cinquenta anos, o Estado tenta, sem sucesso, implementar políticas para resolver os problemas sociais originados no campo, particularmente o nordestino. Por outro lado, a elite do setor rural não tem mostrado desprendimento para renunciar a seus privilégios e criar alternativas para absorver os excedentes populacionais expulsos do campo, que os ameaça. Nessa situação, a miséria decorrente da questão agrária continua se multiplicando, e o excedente populacional cria problemas urbanos de difícil solução porque o país não tem como absorver esse contingente de trabalhadores expulsos do campo, que se constitui, no presente, em um problema social nacional. “Os empresários rurais optam pelo arcaísmo e fazem ‘vista grossa’ para a crise que eles próprios criaram”, asseguram líderes do movimento rural .

A fragilidade do Estado para resolver essa questão se mostrou patente e levou a população rural a se organizar para enfrentar os problemas que permeiam o setor agrário. Os trabalhadores rurais vêm, através dos movimentos sociais, criando nova dinâmica para enfrentar a crise que se abateu sobre a sociedade e que atualmente se mostra incontrolável. Nos momentos de abertura democrática, tentam pressionar o Estado a legalizar a proposta para o âmbito rural implementada pelos trabalhadores organizados.

- *A organização dos trabalhadores nos movimentos sociais*

Os movimentos sociais constituem tentativas fundadas em valores comuns e têm como objetivo influir na formação social e nos resultados de ações a serem implementadas. A análise dos movimentos sociais tem lugar nos estudos contemporâneos e clássicos, porém, até hoje, não se tem uma compreensão satisfatória dessa questão. Scherer-Warem (1999) vê o movimento social como uma rede de interações informais entre a pluralidade do indivíduo, grupos ou organizações, engajados num conflito político com base numa identidade coletiva comum.

Para Smelser (apud BOBBIO, 1992), os movimentos sociais surgem geralmente quando uma ação social encontra-se sob tensão e quando os meios institucionais para o domínio dessa tensão apresentam-se inadequados. Touraine (BOBBIO, idem) defende que os movimentos sociais pertencem aos processos pelos quais uma sociedade cria a sua organização a partir do sistema de ação histórica através dos conflitos de classes e de acordos políticos.

Conforme as idéias de Gramsci, o movimento social e a organização dos trabalhadores são produtos de um processo dialético, conflituoso e contraditório. Há um sistema de correlação de forças que se enfrentam. É uma luta em que se processa algum *quantum* de democratização na articulação das estruturas com as conjunturas com a mediação dos intelectuais.

Na América Latina, os movimentos sociais se formam voltados para a libertação e emancipação de grupos ou classes sociais. Na área rural brasileira, tais movimentos têm sido apropriados à luta por mudanças na estrutura fundiária, com se verifica na zona canavieira.

Na Zona da Mata, particularmente de Pernambuco, a luta pela terra atingiu grande amplitude em vista da própria origem do latifúndio que se desenvolveu na área. Os trabalhadores são organizados por movimentos sociais da região e também por outros que surgiram com objetivos afins em outros locais. Exemplo disso é a organização dos trabalhadores conduzida pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST -, que, através dos trabalhadores rurais, vem empreendendo uma atuação significativa na Região.

O MST vem marcando a trajetória da população sem terra da Zona da Mata de Pernambuco, no enfrentamento do poder econômico e político. Apesar do descompasso na correlação de forças, vem contribuindo para mudar a história da estrutura agrária dessa localidade.

Fundado no Sul do País, em 1984, o MST inicia suas atividades no Estado de Pernambuco nos anos 1990. Resulta de uma reflexão ampla sobre as linhas de ação dos movimentos sociais nacionais e estrangeiros que atuaram e atuam no campo da luta pela terra. Absorveu experiências, sobretudo das Ligas Camponesas²⁹, das quais, seus líderes se consideram herdeiros no aspecto da organização (STÉDILE,1997).

Desatento às principais causas da crise agrária, o MST tinha, inicialmente, o objetivo de organizar os trabalhadores para acabar com o latifúndio no Brasil e pressionar o governo brasileiro a distribuir a terra entre todos que quisessem nela trabalhar. No entanto, ao se dar conta da complexidade que envolve o problema, seus fundadores compreenderam que a questão da terra é uma luta de todos e que o

²⁹ As Ligas Camponesas mantinham como palavra de ordem “reforma agrária, na lei ou na marra”.

movimento tem o papel político de contribuir para alterar o padrão de propriedade da terra no Brasil (NAVARRO, 1997).

O movimento é o único agente social a proclamar todos os dias que a questão agrária não é só nem predominantemente uma questão econômica. Ela é uma questão política. Mesmo grupos atuantes, da maior relevância histórica e política, como a Comissão Pastoral da Terra ... já se equivocam na sua missão e no alcance de seu trabalho ao anunciarem, na prática, a precedência das questões econômicas e técnicas em relação às questões propriamente sociais e políticas (MARTINS, 1997 p. 64).

A organização dos trabalhadores conduzida por esse movimento vem crescendo na Zona da Mata de Pernambuco e no Estado como um todo de forma articulada com a luta relacionada a gênero (ARAÚJO, 1998), que foi por esse absorvido em função de pressões vindas do movimento feminista a níveis nacional e local. Afinal, as mulheres brasileiras são mais de 40% da força de trabalho rural e batalham por reconhecimento político nos Estados e municípios. Parece haver um entendimento dos movimentos sociais rurais de que a luta pela terra sem a participação da mulher torna-se incompleta e com representação limitada. Além disso, as mulheres também têm dado mostras de sua capacidade de liderar e de formar quadros, inclusive femininos, para atuar na arena política. Conforme informações circuladas no Diário de Pernambuco, edição de 12/6/98, 30% da liderança rural do MST no Estado é assumida por mulheres do campo. Elas lideram invasões, formam acampamentos, enfrentam despejos, escondem trabalhadores perseguidos etc., além de predominar na qualificação de quadros para atuar no movimento.

O MST se diferencia de outros movimentos quanto à formação e organização dos trabalhadores e lideranças. Além da ocupação da terra, adota como linhas de ação:

ocupações de prédios públicos, negociações, marchas, jejunos, atos públicos, lutas sociais, dentre outros. Defende como princípio a democratização das terras, em vez ao invés da redistribuição. Essa perspectiva abrange toda a complexidade da questão agrária e transborda a esfera da sobrevivência. A importância está no acesso à terra para trabalhar, ao contrário de sua posse formal.

Na Zona da Mata de Pernambuco, da década de 1990 ao ano de 2003, o MST comandou ocupações de terras em 21 municípios da Mata Norte e Sul. Segundo técnicos do Movimento entrevistados, mantém-se a orientação em 21 acampamentos e 39 assentamentos rurais distribuídos entre 2.620 famílias. O MST destaca-se dos demais movimentos que atuam na região pela audácia na prática da ação política.

Com destacada atuação em favor do homem do campo, a Igreja Católica se afasta do sindicato de trabalhadores rurais a partir de 1965 e organiza outra frente de luta contra a expulsão dos camponeses. A Associação de Cristãos no Meio Rural – ACR - defende o “movimento a serviço de todos os homens do campo” numa retomada da opção pelos pobres (ARAÚJO, 1990). Centra a luta dos trabalhadores na defesa da propriedade rural familiar ameaçada de extinção. Em 1975, amplia sua ação ao fundar a Comissão Pastoral da Terra – CPT -, movimento pastoral dedicado à luta no campo, inclusive com forte presença na área de monocultura da cana-de-açúcar em Pernambuco.

A Igreja progressista, alinhada aos princípios dos direitos humanos, organiza os trabalhadores rurais, assumindo compromisso de luta pela reforma agrária, e se propõe a acompanhar o desenvolvimento dos conflitos em torno da terra, orientando as práticas daqueles trabalhadores. Além disso, desempenha importante atribuição na produção de documentos e registros (Conflitos no campo, 1992; a mulher nas

diferentes sociedades, 1990) sobre as condições de vida das populações rurais carentes e de transgressão aos direitos humanos praticados no campo. Vem desenvolvendo ações pastorais na mobilização, organização e educação política dos trabalhadores, assessorando-os também quanto à assistência jurídica nos conflitos de terra. Segundo Machado (1987), esse movimento estimula os trabalhadores a exercer liderança, levando-os a refletir sobre a sua condição de sujeito e suas atribuições na sociedade.

Como movimento surgido com a retomada político-democrática do país, a CPT vem conduzindo a luta pela terra conjugando-a à de gênero. A mulher foi incorporada ao movimento para atender às necessidades postas pela conjuntura. Os técnicos da CPT responsáveis pelo trabalho relacionado à questão de gênero adotam nos acampamentos e assentamentos rurais determinações que afrontam a dominação masculina e criam condições para que se desenvolva uma relação alinhada à igualdade de sexo e aos direitos humanos. Estimula a participação feminina nos eventos, nas ações, nas capacitações, nas deliberações e representações. As mulheres são também convidadas a assumir comissões de representação no acampamento e candidatar-se a parceira principal para evitar que sejam prejudicadas em caso de separação.

Na da Zona da Mata, a CPT conduz 10 acampamentos e sete assentamentos em municípios da Mata Norte e Sul. Além de orientar a prática dos trabalhadores, procura agir de forma articulada aos movimentos sociais que lutam pela causa da terra para quem nela trabalha. Nessa localidade, a CPT organiza os trabalhadores para enfrentar o latifúndio, que tem raízes antigas e profundas na Região. Por seu estilo de trabalho pastoral, a equipe da CPT ora é louvada, ora criticada, mas sua atuação se destaca pelo apoio às reivindicações dos trabalhadores, capacitando-os para atuar de

forma responsável. Uma dessas ações vem ocorrendo no município de Tracunhaém, no Engenho Prado, onde os trabalhadores organizados pela CPT estão acampados desde 1997, tentando conseguir terra para assegurar sobrevivência.

3 . 2 A área do estudo: Tracunhaém

Na delimitação deste estudo, a escolha do município de Tracunhaém foi motivada principalmente pelo significado de luta pela terra envolvendo a participação da mulher, pela forma de atuação política dos trabalhadores naquele município e pelo caráter da organização desses trabalhadores conduzida pela CPT.

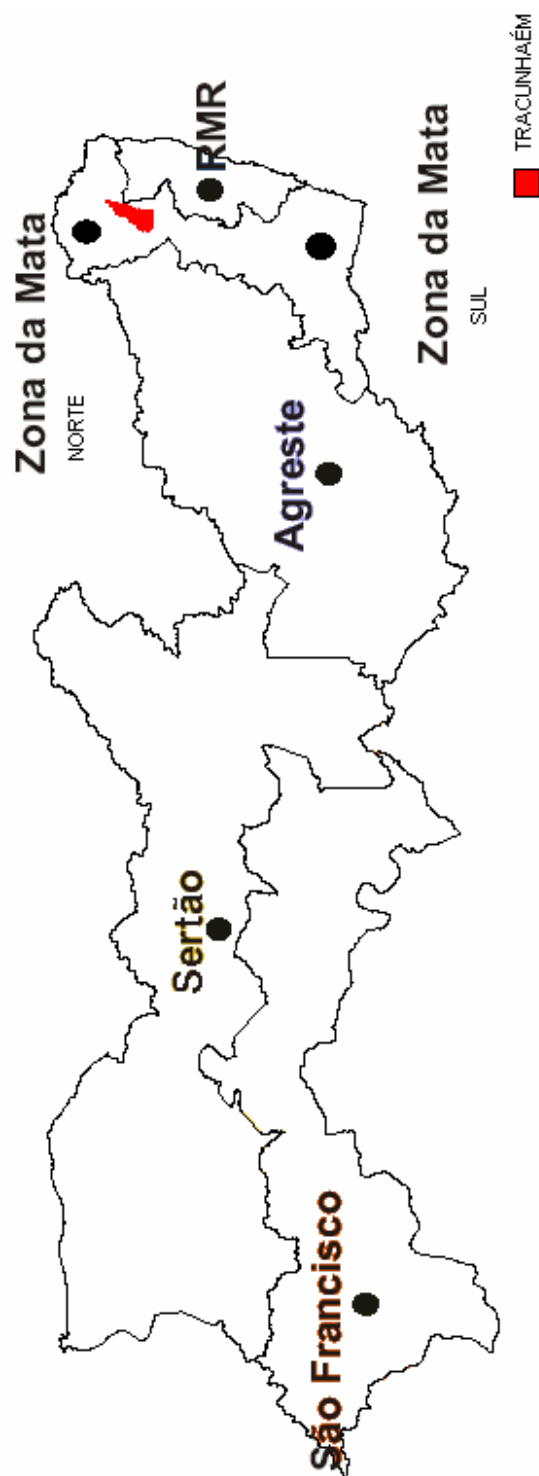
Situado na Mata Setentrional, conhecida como Mata Seca pernambucana, a 63 km da capital, Tracunhaém tem uma área de 141,6 km² e uma população de 12.379 habitantes (IBGE, 2000), tendo apresentado índice de crescimento populacional negativo (-0.40) no período de 1996-2000. Dessa população, 67% residem na área rural, sendo o município constituído unicamente pelo distrito.

Tracunhaém permaneceu até 1963 como distrito de Nazaré da Mata, ganhando autonomia política no governo militar, com a redefinição da correlação de forças políticas naquele momento. Ao ser elevado à categoria de cidade, o domínio político do município passou para o comando de três famílias de proprietários de olarias locais que têm, ainda hoje, maior expressão política na localidade. Partidário do PFL, esse grupo permaneceu no poder até os anos 1980. Com o fortalecimento do PSB na Zona da Mata de Pernambuco, o poder político do município foi conquistado, através do voto,

pela família Lapa, que reúne políticos tradicionais do município de Carpina, situado a 5 km de Tracunhaém. Atualmente, a disputa política em nesse município permanece entre os oleiros locais que têm representação política na Câmara Municipal e a família lapa. Tentando seu terceiro mandato, a atual prefeita diz centrar suas metas de governo no social, mas sem grandes possibilidades de realização, frente à limitada receita do município, de, aproximadamente, dois milhões de reais, segundo informação da secretária de finanças.

Como indica a figura 1, Tracunhaém está situado nos limites da Região Metropolitana do Recife. Povoador no século XX, o município herdou um patrimônio cultural formado por antigos engenhos de açúcar que exibem a beleza da arquitetura da época.

FIGURA 1 - LOCALIZAÇÃO DA ÁREA PESQUISADA:
TRACUNHAÉM



A cidade é reconhecida nacionalmente pelo artesanato em barro apesar de a população ser também celeiro de força de trabalho da cultura da cana-de-açúcar.

Contam os moradores interessados na história do município que o artesanato de barro surgiu como uma resistência ao domínio dos “senhores de engenho”, que remuneravam mal a mão-de-obra e a submetiam às oscilações do mercado do açúcar, uma vez que não mantinham vínculo empregatício com os trabalhadores. O artesanato surge, então, como alternativa real de trabalho remunerado, e, no início, chegou a despertar a preocupação dos produtores de cana-de-açúcar. Com o crescimento da produção do artesanato, foram surgindo as olarias e oficinas de cerâmica decorativa que absorviam a mão-de-obra empregada na cana. Da atividade, formou-se, então, outro pólo de poder econômico que se firma no município como poder político.

Mesmo permeado pelo capitalismo, o artesanato se mantém como produção familiar, os artesãos possuem os meios de produção e, por longo tempo, tiveram acesso à matéria prima gratuitamente. À medida que a arte se desenvolveu e os artesãos se tornaram conhecidos nacionalmente, o artesanato perdeu determinadas características, como a gratuidade da matéria prima e a realização da venda da produção, que passou para o atravessador, além da intermediação de instituições oficiais que passaram a participar da organização da produção. Apesar da expressão econômica que ganhou, a cerâmica de Tracunhaém ainda funciona de forma pouco ordenada e há, por parte das autoridades administradoras, um certo descuido com a infra-estrutura que garanta as condições da produção, como água, que constitui parte da matéria-prima, e estrutura para o escoamento dos produtos.

Sem perder o caráter de unidade familiar, a artesanania funciona atualmente numa associação onde a maioria dos artesãos cria e vende a sua arte. O artesanato se

apresenta como fonte de trabalho para cerca do 20% das famílias da cidade, estima a assessora da administração municipal. Além disso, os trabalhadores do comércio local e da agricultura costumam complementar sua renda produzindo artesanato. Segundo informações de moradores, a população vê com apreço a atividade na cerâmica, que representa para muitos uma forma de sobrevivência num trabalho diário pelo qual têm preferência e que realizam prazer. Como expressou uma artesã: “Sei costurar, bordar e trabalhar na agricultura. Trabalhar no barro é melhor do que cortar cana. Na cerâmica, a gente se esquece dos problemas e faz coisas bonitas enquanto trabalha”. Além disso, a atividade artesanal funciona como um canal de comunicação entre os moradores. A população de Tracunhaém conserva ainda o hábito de sentar na calçada para trocar idéias com os vizinhos, principalmente no fim da tarde, sem o medo que invade a maioria das cidades brasileiras.

Os ricos proprietários de terra que exploram a economia do município lá não residem, e a própria arquitetura da cidade exibe uma certa proporcionalidade no que tange à igualdade social, ao contrário do campo, onde impera o contraste entre a casa grande do engenho, ocupada por administradores, e a de taipa, dos trabalhadores rurais. Segundo moradores de Tracunhaém, há uma verdadeira divisão do espaço na cidade. Em volta das praças, encontra-se a comunidade que vive em função do barro e nas áreas mais afastadas concentram-se os que se dedicam à cana.

A cidade é ocupada por moradores de baixo poder aquisitivo. Segundo o IBGE (2002), 90,9% das famílias têm uma renda mensal de até dois salários mínimos, advindos da cerâmica e da agricultura. No município não há usina de açúcar nem outras fábricas, existindo apenas oito olarias e duas padarias, afirma um morador. A economia local esteia-se na cultura da cana, que mantém a tradição secular da

produção concentrada na dualidade miséria/riqueza, e 97% da área plantada (10.052 ha) estão ocupados pela cana-de-açúcar, chegando a 97% da produção total do município em 2002 (IBGE, 2002). A lavoura canavieira emprega temporariamente 90% do total de 1.134 trabalhadores do município.

A distribuição da terra em Tracunhaém reflete a disparidade riqueza/miséria da área canavieira do Nordeste, uma vez que 79,5% dos proprietários estão encurralados em 4,3% das terras do município, produzindo em sítios de até 50 ha, enquanto um único proprietário mantém a posse de 29% do chão rural de Tracunhém. Como indica a tabela 1, a concentração da terra parece justificar a ação dos trabalhadores de promover ocupações naquela localidade, pois o município se constitui num verdadeiro latifúndio em que 54% das terras pertencem a quatro proprietários rurais. Ressalta-se, ainda, que essa concentração pode ser ainda maior porque um mesmo proprietário possui vários estabelecimentos reunidos, porém, em nome de empresas rurais pertencentes a grupos consorciados.

TABELA 1
ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO MUNICÍPIO DE TRACUNHAÉM EM 2002

Intervalos de classes em ha	Frequência absoluta	Frequência relativa	Área total	Área média
0,5 a menos de 5	49	55,7	110,6	2,2
5 a menos de 10	12	13,6	82,1	6,8
10 a menos de 50	9	10,2	180,5	20,0
50 a menos de 200	4	4,5	568,2	142,0
200 a menos de 500	10	11,4	3.106,4	310,6
500 a menos de 1000	3	3,4	2.173,2	724,4
1000 a menos de 5000	1	1,1	2.526,2	2.526,2
Total	88	100,0	8.747,2	99,4

Fonte: Incra, Estatísticas Cadastrais, 1998

As terras de Tracunhaém estão cobertas pela cana-de-açúcar que ocupa, conforme dados do IBGE, 97,18% da superfície cultivada, com a mesma correspondência na produção agrícola gerada no município. A monocultura impossibilita a produção de alimentos de primeira necessidade, deixando os trabalhadores rurais totalmente dependentes da venda de sua força de trabalho para sobreviver. Além de não disporem de terra para produzir, eles convivem com a permanente ameaça do desemprego, uma vez que o mercado do açúcar enfrenta concorrência dentro e fora do país (HAMASAKI, 1997).

As relações que envolvem a produção da cana são capitalistas e, como tais, estão sempre acometidas por crises, motivadas principalmente pela queda de preços ou a retração da demanda. Essa dinâmica do mercado provoca baixa nos salários e queda na força de trabalho empregada. Tudo isso aumenta a vulnerabilidade da sobrevivência do trabalhador que, na lavoura canavieira, tem emprego sazonal e intermitente. A sazonalidade é perversa para qualquer trabalhador, e ainda mais para aqueles que não dispõem de outras alternativas de trabalho, como o canavieiro nordestino, no período da entressafra.

Como uma população que depende da produção da cana para sobreviver, os trabalhadores rurais de Tracunhaém são freqüentemente atingidos pelas crises intermitentes pelas quais passa o setor açucareiro, crises que são tão antigas quanto o pretexto dos usineiros ao solicitarem subsídios governamentais sob a falácia de manter o emprego dos trabalhadores e evitar o caos social. A ajuda oficial sempre se dá sob o manto da governabilidade e da paz na sociedade. A população, paradoxalmente, num círculo vicioso, serve de instrumento para manter a própria situação de miséria. É de lamentar-se que não haja interesse em atingir a raiz da problemática, que se encontra na estrutura agrária.

No cenário da agricultura da cana-de-açúcar, o desemprego ronda permanentemente o trabalhador rural, que tem enorme insegurança no que tange à sobrevivência por nada produzir para o autoconsumo. Cercado por incertezas, a saída que se lhe apresenta é a participação no setor informal da economia, que, além da desorganização e despolitização, quase nada garante àquele trabalhador.

O setor de serviços é o que mais absorve a força de trabalho do município, conforme tabela 2. Certamente, os trabalhadores desempregados desenvolvem

atividades ocasionais e, ao mesmo tempo, procuram emprego no pequeno comércio, única possibilidade de trabalho de acordo com a qualificação que possuem.

TABELA 2
PESSOAL OCUPADO POR SETOR DE ATIVIDADE –TRACUNHAÉM

SETOR DE OCUPAÇÃO	FREQÜÊNCIA ABSOLUTA	FREQÜÊNCIA RELATIVA
Trabalhadores do serviço, vendedores do comércio em lojas e mercados	1.621	45,4
Trabalhadores agropecuários, florestais da caça e da pesca	718	20, 1
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	662	18,6
Setor público	383	10,7
Ocupações mal especificadas	183	5,1
Total	3.567	100,0

Fonte: tabela organizada a partir de dados do IBGE 2002.

Muitos desses trabalhadores da cana, quando desempregados, agregam-se à atividade nas cerâmicas do município ou migram para cidades maiores do Estado ou do país, onde passam a morar nas periferias e se tornam biscateiros. Entre trabalhar um dia aqui e outro acolá, levam a vida sem esperança de ingresso no mercado. O município se constitui num celeiro de plantação de cana, não havendo ali, contudo,

uma única usina de açúcar, o que reduz ainda mais as possibilidades de emprego para a população.

As condições precárias em que vive a população reflete-se no Índice de Desenvolvimento Humano. O Pnud (2000) apresenta, para Tracunhaém o IDH³⁰ de 0,436, sinalizando que aquela população vive abaixo da linha de pobreza, segundo o código internacional dos direitos humanos.

Considerando que o cálculo desse índice tem como base a educação, a renda e a expectativa de vida, percebe-se que a situação do município apresenta-se crítica. A escolaridade, de 0,266, reflete o despreparo da população expulsa do campo para participar do mercado de trabalho urbano. Serve ainda para explicar a legião de trabalhadores incluídos no setor informal. A desigualdade social, com índice de 0,014, apresentado pelo Atlas de Exclusão Social (POCHMANN; AMORIM, 2003), reafirma o dualismo riqueza/miséria do município. O índice de pobreza, de 0,240, está associado ao desemprego, à renda e às reduzidas possibilidades de sobrevivência que o município oferece. A falta de alternativas para os trabalhadores cultivarem a terra, estabelecida pela monocultura da cana, produz e reproduz a pobreza na região, cujas manifestações se apresentam na estrutura do município e nas condições de vida e trabalho da população.

Tracunhaém exhibe deficiências estruturais que se manifestam na geração de emprego, de renda e, sobretudo, de saneamento básico. Apenas 57% da população possuem água encanada, e 30% do esgoto recebem algum tratamento. A escassez de saneamento provoca doenças endêmicas que acometem a população e encarecem o

³⁰ Quanto mais o IDH se distancia de 1, a situação da população é mais grave. O Índice de Condição de Vida CDV fundamenta-se no mobiliário e outros bens de que se dispõe na residência.

sistema de saúde do município. Conforme relatório da Secretaria da Saúde do Estado de Pernambuco (2004), no ano de 2002 a população local apresentou doenças como peste-rábica, dengue, esquistossomose, hepatite, dentre várias outras.

Há, no entanto, que se reconhecer uma certa base na infra-estrutura dos serviços de saúde oferecidos à população, o que tem evitado a mortalidade, principalmente a infantil. No ano de 2002, apenas três crianças do município chegaram a falecer, resultando num índice de mortalidade infantil de 2,5 para cada mil crianças. Apesar desse esforço, a população ainda vivencia uma situação desumana na questão da saúde.

O caos é igualmente grave na sobrevivência alimentar, particularmente da população rural, até porque a questão política da terra continua intocável. Os trabalhadores tentam alternativas para enfrentar a situação, inclusive através da ocupação de terras, transformando a questão fundiária em problema político, e com tal ação, tentam chamar a atenção para o problema da concentração da terra geradora da questão social que atinge a sociedade como um todo.

A massa de desempregados demonstra inquietação ao perambular pelos grandes centros, migrando de uma cidade para outra e sempre se defrontando com a mesma situação da exclusão social. A cidade de Tracunhaém não exhibe atrativos à migração porque a circulação do dinheiro na localidade é relativamente reduzida. O campo, porém, tem se mostrado atrativo para a ocupação, haja vista a inquestionável concentração da terra provocada pela monocultura. A ocupação, na visão dos trabalhadores, se constitui forma de pressão para que se efetive a lei do acesso à terra como justiça social, talvez a única possibilidade de reabsorver, na conjuntura atual, a população que de lá foi expulsa.

Conforme relata uma entrevistada, “mais forte do que a lei que ampara a propriedade privada é a necessidade de sobreviver”. A possibilidade de produzir, de fertilizar a terra para criar os filhos reforça a idéia da ocupação, rompendo com os padrões estabelecidos e estimulando a organização dos movimentos de luta pela terra. Afinal, essa é uma batalha pelo direito ao trabalho e à vida.

Em Tracunhaém, a luta começa no Engenho Prado, cujas terras se encontravam ociosas, desde sua aquisição pela Companhia Brasileira de Equipamentos - CBE - nos anos 70 do século passado, enquanto dezenas de trabalhadores rurais não tinham onde trabalhar.

3 . 2 . 1 O acampamento do Engenho Prado³¹

Em fevereiro de 1997, cerca de 300 famílias ocuparam as terras pertencentes à Companhia Brasileira de Equipamento – CBE - no município, numa estratégia de conquistar a terra e promover a reforma agrária. Assim teve início a luta pela terra no Engenho Prado, bem como nas terras contíguas dos engenhos Papicu, Taquara e Penedinho³², somando 2.800 ha. Esse latifúndio, tradicionalmente destinado à monocultura da cana-de-açúcar, faz parte de um complexo agroindustrial composto pela usina de açúcar Santa Tereza³³, localizada em município próximo, e uma fábrica de papel, além de terras agricultáveis em toda a área.

³¹ Esse acampamento tornou-se notícia em todos os jornais do país, a partir de março de 2003, em razão da ação de despejo movida pela justiça e da destruição das culturas adotadas pelos acampados.

³² As terras do engenho Penedinho foram adquiridas pelo Incra e encontram-se em processo de divisão.

³³ A família proprietária do complexo é parte da aristocracia rural pernambucana, reconhecida pelo poder econômico, e exerce influência política no Estado.

Segue-se o pedido de desapropriação ao Incra (MANDATO DE SEGURANÇA, 1998), que emite parecer atestando a ocupação e classificando aquelas terras como improdutivas. Tem início, desse modo, mais um conflito de terra na Zona da Mata Norte de Pernambuco, que se arrasta desde então, com sucessivas liminares e recursos. Hoje, aquelas famílias formam quatro núcleos, Prado I e II, Penedinho e Taquara, onde começam a construir sua vida e a de futuras gerações, possivelmente de agricultores. A mulher tem participação expressiva no encaminhamento e organização da comunidade. Como membro efetivo da luta, ela vem participando desde o primeiro momento, seja na economia, seja nos embates políticos. Montam seu próprio barraco, cuidam do roçado e se constroem assim como sujeito político.

Na última ação de despejo, em julho de 2003, as moradias simples dos trabalhadores foram destruídas pelos tratores da usina, graças a uma liminar obtida pelos antigos proprietários. A situação levou os trabalhadores a voltar à barraca de lona preta, característica dos acampamentos rurais, como se observa na figura adiante.

FIGURA 2 - O ACAMPAMENTO RURAL - NÚCLEO PRADO I



A população acampada é constituída de 140 famílias, procedentes de Tracunhaém e municípios vizinhos, como Igarassu, Itapissuma, Araçoiaba, Cruz de Rebouças, Abreu e Lima. Essas famílias tinham como principal fonte de sobrevivência o assalariamento na cana-de-açúcar, quase sempre intercalado na entressafra pela pesca e os biscates nas cidades.

Os núcleos que compõem a comunidade moradora dos engenhos ocupados trazem novos indícios de mudança na luta pela terra com uma presença significativa de mulheres, que irão fazer a diferença nessa luta. Dessa vez, várias delas se fazem representar no conjunto da luta, inclusive reivindicando a terra em seu nome. A composição dos ocupantes que se candidatam a parceleiro está assim distribuída:

TABELA 3
CANDIDATOS A PARCELEIRO POR SEXO

LOCALIDADES	CANDIDATOS A PARCELEIROS				
	Total de famílias	mulher		homem	
		absoluto	%	absoluto	%
Prado I	41	18	43,9	23	56,1
Prado II	29	11	37,9	18	62,1
Taquara	44	18	40,9	26	59,1
Penedinho	26	8	30,8	18	69,2
Total	140	55	39,3	85	60,7

Fonte : Cadastro dos acampados - CPT , 2003

As famílias no acampamento são compostas, em média, por 4,8 pessoas e 2,2 filhos por família. No aspecto educacional, a população adulta encontra-se na categoria reconhecida como analfabeto complementar, ou seja, lê e escreve precariamente. Apenas cinco mulheres cursaram a 5ª série primária³⁴, e um acampado afirma ter feito o curso de biologia na Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Todas as crianças na idade de 7-15 anos estão freqüentando a escola do município. O estímulo de mantê-las estudando é reforçado pelo Programa de

³⁴ Essas mulheres se encarregam da alfabetização dos adultos no acampamento.

Erradicação do Trabalho Infantil - Peti³⁵ - assumido pelo governo federal que oferece recompensa financeira aos pais para colocarem seus filhos de 7 a 15 anos na escola por mais um turno de quatro horas. Desse modo, as crianças permanecem na escola durante oito horas diárias.

Nos núcleos pesquisados, a chefia da família constitui motivo de disputa permanente entre os casais, e os dois se declaram chefes. Somente oito mulheres reconheceram a chefia masculina na família. Há quatorze famílias monoparentais, sendo quatro conduzidas por homens e dez por mulheres³⁶. O cargo de chefia confere mais visibilidade à mulher no espaço público, tornado-as reconhecidas no ônibus, nas feiras dos municípios e na representação da bolsa escolar dos filhos.

Na organização para sobreviver no acampamento, as famílias escolheram os locais para instalar suas barracas e, juntamente com a CPT, criaram princípios pelos quais devem se guiar, formando também a estrutura governamental em cada núcleo. Alinhados aos princípios democráticos, os núcleos decidiram por um governo colegiado composto por uma comissão constituída por treze acampados, que ocupam cargos de coordenador, tesoureiro, secretário, vices e suplentes, e um presidente³⁷. A delegação dos cargos é feita em assembléias, com votos declarados verbalmente. O tempo de permanência nos cargos é indeterminado, em vista do caráter provisório do acampamento. Porém, quando há insatisfações com o posicionamento de algum

³⁵ O recurso do Programa PETI auxilia na complementação da alimentação, na compra do vestuário e material escolar das crianças e na produção da lavoura. Também abre caminhos para compras a crédito no supermercado de Araçoiaba, que assume o transporte da feira até o acampamento.

³⁶ A família monoparental é uma situação intermitente no acampamento. Maridos e mulheres mudam de companheiro com certa frequência.

³⁷ O governo colegiado agrega forças para atuar frente aos representados e evita perseguições entre os membros do grupo, como afirma uma entrevistada: *Tem de tá de tua pra segurar, tem gente valentona e rebelde.*

membro da comissão, ele é destituído pelo mesmo processo democrático. Na fase da pesquisa, as comissões estavam constituídas nos núcleos da seguinte forma:

TABELA 4
COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA ADMINISTRAÇÃO DOS
NÚCLEOS DO ACAMPAMENTO SEGUNDO O SEXO.

NÚCLEOS	PRESIDENTE	COORDENADOR	TESOUREIRO	SECRETÁRIO
Prado I	F	M	F	F
Prado II	M	M	F	F
Penedinho	F	M	M	M
Taquara	F	M	F	F

Fonte: pesquisa direta

As mulheres ocupam cargos diretivos em vista do seu grau de escolaridade, de sua liderança e da comunicação estabelecida com os companheiros. No entanto, os cargos de secretária(o)s, como manda a tradição, são predominantemente preenchidos por mulheres. Além de que foi recentemente estabelecida, no núcleo de Penedinho, a regra segundo a qual um casal não deve fazer parte da comissão do acampamento. Frente a essa restrição, só uma mulher conseguiu compor a nova comissão criada. Esse fato compromete o caráter democrático da escolha de candidatos, uma vez que a mulher fica pouco representada.

As comissões devem governar de forma coletiva, mas cada cargo tem atribuições específicas. Assim, cabe à(o) secretária(o) listar os problemas do núcleo,

preparar pautas e fazer a ata de ocorrência nas assembleias, e formar sub-comissões quando necessário. O tesoureiro deve apontar necessidades do núcleo, realizar compras, receber donativos e distribuí-los entre companheiros, e cobrar as taxas deliberadas nas assembleias. O coordenador dirige as assembleias, os debates, e o presidente convoca a comissão para avaliar problemas do núcleo. Quando não se consegue consenso na comissão, a decisão é levada à assembleia. O presidente assume mais a atribuição de representar o grupo junto a CPT, Incra, Fetape, MST etc. No núcleo, a sua atuação é equivalente à dos outros membros da comissão, como avalia uma entrevistada:

O presidente sozinho não define nada. A gente faz a pauta do que vai conversar, do que vai ser feito. Aí o presidente vê a posição de cada membro. Dependendo do assunto, vai pra assembleia e o povo fica satisfeito. (Entrevistada n. 1)

A atuação colegiada é estabelecida nos núcleos para evitar a concentração de poder de um ocupante sobre os outros. É também uma forma mais democrática a ser adotada no futuro assentamento.

Nos núcleos pesquisados, o uso da terra tem se mostrado relevante para homens e mulheres. Revertendo a lógica da monocultura da cana-de-açúcar, as famílias acampadas adotam culturas de subsistência de baixo custo de produção e de ciclo de vida relativamente curto. A mulher tem um papel relevante na produção agrícola pois, muitas vezes, o homem sai para prestar serviços a terceiros, cabendo a ela a responsabilidade de “tocar o roçado”.

O estilo de vida primitivo faz parte do cotidiano no acampamento, a começar pela estrutura das casas de taipa ou de lona com chão batido. Consomem água de cacimba, sendo o abastecimento é feito pelas mulheres, que conduzem a “lata d’água na cabeça” ou no carrinho de mão. À noite, iluminam as casas com candeeiro a querosene ou com vela. O alimento é cozido no fogão a lenha, sendo o homem o responsável pelo fornecimento desse combustível. A higiene pessoal é feita no rio, e as necessidades fisiológicas são realizadas no canavial ou em vasos, em seguida despejados em covas próximas ao canavial.

- *A liderança no acampamento*

A liderança no acampamento está voltada para o fim específico da luta pela terra. Desenvolve-se num contexto em que se pretende transformar a estrutura fundiária e, conseqüentemente, a lei de propriedade que a legitima. Trata-se de um tipo de ação a ser praticada por um sujeito político com horizonte voltado para mudanças.

A CPT estimula os ocupantes a adotarem uma liderança situacional em que, dependendo da ocasião, cada membro possa assumir o comando da luta. Nessa liderança, há a possibilidade de surgirem, no interior do grupo, diferentes líderes que atuam em situações e projetos específicos, num determinado momento, e, em outro, torna-se novamente integrante da equipe liderada por outra pessoa. A rotatividade de liderança no interior de um grupo impulsiona as relações mais democráticas, evitando a formação de personalismos que criam laços de dependência, freia a criatividade da equipe e induz à perpetuação do poder. Para evitar esse centralismo, uns são estimulados a atuar na comissão de política, outros, na saúde, na educação, no

transporte etc., segundo suas habilidades, e, dessa forma, todos desenvolvem seu potencial para liderar³⁸.

A CPT orienta os acampados a formarem quadros para assumir postos de comando, possibilitando os deslocamentos e substituições sem descontinuidade das ações. Cada equipe deve acumular conhecimentos sobre a situação geral e particular do acampamento e manter todos os integrantes do grupo informados sobre as ações de cada um. A responsabilidade do que vier a ocorrer deve ser assumida por qualquer membro das equipes, que tem a responsabilidade de dissecar os problemas junto aos companheiros e discutir soluções possíveis em assembléias. A fala da entrevistada revela a percepção que o acampado deve ter sobre a liderança:

É, logo quando a gente chegou aqui no acampamento, todo mundo sentou, e eles [a CPT] falaram na assembléia que tinha que tirar algumas pessoas pra ficar responsável pelas comissões e subcomissões, juntando o que as pessoas gostam de fazer para aprender a comandar. Fez assembléia e cada um foi escolhendo o que queria fazer para tirar os grupos. Eu fiquei na comissão de alimento. Agora é a tesoureira que toma conta dessa área. Tem comissão de convivência, e o coordenador e o presidente ajudam a formar os grupos e ficam também em alguns. Pode ficar em mais de um grupo. Os representantes da CPT disseram lá a gente que não concordam com essa estória de líder. Explicaram que liderança era as pessoas que estão ali tomando as decisões junto com o povo. (Entrevistada n. 6)

³⁸ A CPT quer evitar a formação de um mito que conduza um grupo, mas formar vários membros para atuar juntos em qualquer situação que se apresente.

A CPT objetiva estimular a formação de grupos e, através da organização, assegurar condições para dar prosseguimento à luta. Incentivar o crescimento dos saberes é uma questão instrumental de modo a facilitar o exercício da crítica e a tomada de decisão. Ao colocar as mulheres no circuito do poder decisório, atribui-se importância ao que geralmente fazem no cotidiano, encorajando-as a assumir responsabilidades. Levam-nas a participar de assembléias, conferindo valorização a seus pontos de vista e aumentando sua auto-estima. Além disso, possibilita-se a essas mulheres lidar com questões públicas, assumir decisões e várias outras atribuições que lhes conferem ocupar alguma posição na esfera política. Com tal medida, abre-se espaço para que aprendam a defender seus pontos de vista na presença dos homens. A metodologia adotada pela CPT³⁹ impõe visibilidade, principalmente às subcomissões ocupadas pelas mulheres no acampamento. Visando prepará-las para ocupar espaços nas esferas de poder no acampamento, a CPT estimula as mulheres a se reunirem pelo menos três vezes por ano, fora desse espaço, para discutir metas de organização política permeada pelo gênero, exemplo que pode ser observado na figura 3.

³⁹ De um modo geral, a metodologia da CPT consiste em reuniões periódicas para discutir liderança colegiada, com ênfase no trabalho integrado a outros movimentos do campo. Estimula a participação da população, partindo sempre de problemas concretos, enfrentados pelas comunidades; busca aprofundar a discussão sobre problemas inserindo-os num contexto maior, procurando sempre interligá-los com a causa estrutural; tenta construir junto com os

FIGURA 3 – DISCUTINDO A QUESTÃO DE GÊNERO: REUNIÃO
REALIZADA NA CIDADE DE CARPINA



No entendimento das entrevistadas, a CPT quer evitar a institucionalização da figura do líder, ao substituí-la por *coordenação* ou *liderança colegiada*, preservando também a integridade física dos acampados que coordenam o movimento de luta pela terra. Em geral, aqueles reconhecidos como líderes têm sua vida ameaçada, passam a ser visados pelo latifundiário e pela polícia e, muitas vezes, terminam marcados para morrer.

A liderança situacional defendida pela CPT preserva o movimento e se forma na práxis dos sem terra. Nos recentes confrontos com a polícia, no Engenho Prado, a liderança foi assumida por uma acampada que se destacou pela energia na defesa do direito a terra e na garantia dos direitos da mulher, tornando-se, por isso mesmo, respeitada no grupo pela capacidade de representar o interesse coletivo.

trabalhadores os passos a serem dados para a busca da solução, despertando-os para a organização comunitária (MACHADO, 1987)

Na luta pela terra, as mulheres acampadas defendem uma liderança ofensiva, dizem as entrevistadas. Elas se queixam da atuação defensiva do movimento ao qual estão vinculadas, acreditando que o lado pastoral contribui para reduzir o ritmo da luta e deixar escapar momentos decisivos. O depoimento da entrevistada enfatiza esse aspecto:

Participei de duas ações do movimento que me deixaram indignada, revoltada. Na hora que foram destruir nossas roças tinha 300 trabalhadores juntos. Tinha só uns 12 soldados na área, que assistiam os homens do engenho cortarem nossas lavouras e naquele momento a gente não enfrentou. No meu poder, era pra ter empurrado eles, botado fogo no ônibus que trouxe os homens do engenho e na viatura da polícia. Eu gritei pra fazer isso, mas o pessoal abriu. Decidiram fechar a estrada. A gente tinha é que ter parado as máquinas naquela hora. Se tivesse agido, hoje a gente tava com a certeza na mão. Aquele foi o momento que a gente deixou passar e eu disse isso ao membro da CPT que estava conosco. Hoje estamos nessa situação porque não agimos naquela hora (Entrevistada n. 11).

Como se observa, as mulheres acampadas surpreendem e mostram, hoje, uma capacidade crítica que lhes permite avaliar a proposta da reforma agrária com ousadia e objetividade. Questionam permanentemente o movimento social e as comissões que coordenam os núcleos, além de avaliar suas estratégias de ação. Participam ativamente do processo decisório e ocupam posições na coordenação do acampamento. Nesse processo, vêm construindo uma nova identidade de gênero através de suas ações cotidianas.

CAPÍTULO 4

EXPRESSÃO E POTENCIALIDADE DA RELAÇÃO DE GÊNERO

4 . 1 A aproximação da mulher com o espaço público

4 . 1. 1 *O chamado do movimento social*

Ao relembrares seus primeiros passos na luta pela terra, contam as entrevistadas que apenas conheceram a CPT quando os líderes se dirigiram às áreas circunvizinhas do atual acampamento e convocaram os moradores a participar da ação.

Era início de 1997 quando o desemprego no campo se aprofundava, e se vislumbrava a possibilidade de trabalho através da ocupação de terras. Naquele momento, homens e mulheres atenderam ao chamado da CPT, na certeza de encontrar na terra sua fonte de sobrevivência.

Ressalte-se que o chamado inicial recebeu adesão, sobretudo das mulheres, que, depois de assistirem à primeira reunião, convocaram conhecidos e pessoas com os mesmos objetivos até formarem um grupo significativo capaz de efetivar a ocupação. Isto é, um grupo sensibilizado e comprometido com a luta pela reforma agrária.

Conforme depoimentos coletados, nas reuniões que se sucederam, a população tomou ciência dos perigos e dificuldades que a esperavam no processo de luta. Nessa fase preparatória, os líderes da CPT, em suas falas, procuravam explicar a função social da terra, chamando a atenção para a possibilidade de torná-la produtiva através do trabalho e, assim, “contribuir para acabar com o sofrimento de quem não tem como sobreviver”. Mas, ao mesmo tempo, anunciavam os perigos a serem enfrentados, os medos comuns às ocupações, os riscos e o sofrimento a serem vivenciados coletivamente. Ao alertar para os prováveis enfrentamentos, nas batalhas, nem sempre vitoriosas, aqueles dirigentes também chamavam a atenção dos participantes para o compromisso com os objetivos perseguidos, instituindo regras que deveriam ser obedecidas no acampamento sob pena de desligamento do movimento, como relata uma entrevistada:

Eles tinham umas folhas que liam nas reuniões. Diziam que a gente não podia beber [bebida alcoólica] no acampamento, devia respeitar os horários, dar plantões, respeitar os companheiros, estar sempre na luta, participar de tudo, respeitar o que fosse decidido pelo grupo. Tinha que ajudar uns aos outros. (Entrevistada n.2)

O testemunho de outros trabalhadores fazia parte dessas considerações, como refere este depoimento:

Um companheiro chegou lá [comunidade de Botafogo - Igarassu] pra chamar pra ocupar a terra, e que ia ter reunião. [na reunião] disseram que não era vida boa, mas tinham a esperança de

conseguir a terra. Não mentiram, disseram tudo. (Entrevistada n. 11)

Segundo a doutrina do movimento, a adesão exigia um posicionamento crítico do interessado, daí, a necessidade de esclarecer continuamente a situação. Como acrescenta uma das entrevistadas: *“quem veio, veio porque quis, veio sabendo de tudo.”*

As razões da participação feminina estão na necessidade de instauração de uma ordem social menos desigual e de sua capacidade de avançar nessa luta, em nome da sobrevivência da própria família. O acesso das mulheres ao movimento, a um espaço que lhes era estranho, supõe uma determinação particular, em que se percebe a prioridade atribuída às necessidades da família, uma referência dominante associada às vivências no espaço privado.

Para a mulher, a possibilidade da “terra de trabalho” abre, porém, novas oportunidades de afirmação: além do direito de produzir para alimentar os filhos, existe a chance de materializar suas aspirações emancipadoras. Mas, uma questão há que ser destacada: a influência das redes familiares na sua decisão, tanto do ponto de vista de seu engajamento no movimento, determinado por interesses do grupo familiar, como da sua motivação individual para participar da luta ao enfrentar a interferência da rede parental, em especial do pai, marido ou companheiro.

Segundo as entrevistadas, os principais questionamentos sobre a idéia de acampar partiram dos maridos, filhos, parentes e amigos, que discordavam da proposta apresentada. Na tentativa de fazê-las desistir, esses embasavam seus argumentos nos perigos que a ocupação envolve. Com tal propósito, misturavam realidade e ficção,

amparando-se na novela então recentemente exibida pela Rede Globo de televisão, “O Rei do Gado”, que mostrava o difícil cotidiano do ocupante de terra⁴⁰. Porém, a falta de alternativas de sobrevivência reforçou a idéia de ocupação, prevalecendo o ideal de reforma agrária, embora nem sempre esse fosse consciente.

Assim começa a luta pela terra no Engenho Prado. Naquele momento, homens e mulheres ensaiavam os primeiros passos na direção da organização política, com a filiação ao movimento da Pastoral para lutar pela terra, apostando nisso sua vida e a de suas famílias, confiantes na possibilidade de trabalho para seu sustento. Desse grupo faziam parte muitas mulheres que deixaram para trás marido e filhos, pressionadas pela carência.

Tratava-se de trabalhadoras movidas apenas pelas necessidades imediatas de sobrevivência. Sonhavam com um lugar onde pudessem trabalhar e criar seus filhos com dignidade e poder sair da situação insuportável que estavam enfrentando. Esse foi o motivo pelo qual aderiram à luta pela terra. “Não dava mais para agüentar. Era pobreza demais”, dizem as entrevistadas.

Com a experiência de quem foi preparada para desenvolver atividades da unidade doméstica, as mulheres desconheciam o movimento ao qual estavam se filiando, e poucas estavam conscientes do objetivo principal da luta. Mais do que ao homem, faltava-lhes vivência com o movimento social e com o mundo político. Praticamente nenhuma conhecia movimentos sociais ou deles participava quer fosse nas periferias das pequenas cidades interioranas onde residiam quer fosse na área rural.

⁴⁰ A novela encenava dramas em que os “sem terra” eram perseguidos e mortos, além de estarem submetidos ao nomadismo.

As mulheres agiam movidas pela pobreza que atingia todos os níveis da vida familiar. Nessa condição, enfrentavam, de um lado, o choro dos filhos, que tinham fome, e, de outro, a queixa do marido, que não encontrava a quem vender sua força de trabalho. Essa manifestação das necessidades mostrou ser um determinante forte da sua participação no movimento, como se poderá verificar mais adiante.

Em seus depoimentos, as situações são bastante ilustrativas:

Antes de vir pro acampamento, morava na casa da sogra. Fazia dois anos que morava lá. Sofri muito. Não tinha liberdade pra fazer nada. Todo mundo manda na gente. Ontem, eu tava falando que na casa da sogra eu sofri mais do que sovaco de aleijado. Vivi essa história aqui [no acampamento], mas nem se compara aos dois anos que passei lá [na casa da sogra]. Melhor que não tivesse nascido. (Entrevistada n. 4)

A submissão ou dependência criada pelo desemprego do marido é representada como um sofrimento a mais, prevalecendo, porém, o sentido emancipatório. Outra situação associada à pobreza é o desempenho de múltiplas jornadas de trabalho na família, sem reconhecimento, principalmente do marido. Se o casal mora em residência própria, por exemplo, o esposo cobra da mulher a participação no trabalho remunerado, como se ela permanecesse desocupada.

O meu marido era assim: “É, também, eu sozinho pra trabalhar!” Eu ficava só pensando no que podia trabalhar pra ajudar ele. Já trabalhava em casa e ajudava na roça, mas pra ele era nada (Entrevistada n. 2).

A invisibilidade do trabalho da mulher permanece nesse discurso como um desejo contido, condicionado pela pobreza e pelo modelo social que orienta as práticas dos sujeitos sociais através da desigualdade de gênero. Mesmo na pobreza, os privilégios masculinos são defendidos, e as mulheres são julgadas segundo padrões tradicionais.

A pesquisa realizada mostra, no entanto, que as necessidades geradas nesse contexto constituem determinações que impedem a ação e conferem uma nova qualidade ou novas formas a suas ações.

A crise da pobreza dá também transparência à desvalorização do trabalho doméstico, que sequer pode ser chamado de jornada “de sol a sol” porque começa antes de o sol aparecer e termina depois que ele desaparece. Encurraladas pelas circunstâncias que se apresentam, crescem as motivações para a libertação da mulher. Aderir à causa da terra passa a ser uma decisão orientada pelos seus “lugares” femininos na família, com a luta pela sobrevivência e a solução de outros problemas que se somavam à pobreza. A promessa da terra era irrecusável para aquelas mulheres porque poderia prover alimento farto e absorver inclusive sua força de trabalho. Elas poderiam também trabalhar na terra sem se afastar de suas obrigações morais no casamento, como as de criar os filhos, cuidar da casa e do marido, dando continuidade às relações familiares que vivenciavam. Mas, por outro lado, a ocupação do novo espaço gerado pelo movimento representava uma nova forma de intervenção feminina, uma nova prática guiada pelo desejo de emancipação.

Dessa forma, as mulheres não hesitaram em acampar, mesmo sem a companhia do marido, sem esperar dele o reconhecimento e o devido valor. Tomam a decisão de

trocar o próprio lar pelo acampamento rural, colocando-se em oposição ao modelo cultural dominante, como se verifica no depoimento da entrevistada:

Quando soube da terra, chamei meu esposo pra vir. Ele disse que não ia porque não conhecia essas coisas. Ele achava que não dava certo. Eu estava com muito medo de vir, mas disse: eu vou sozinha, depois você vai". O marido disse: "Não vai. Quem vai fazer minha comida?" Eu disse: "você come num bar, é o jeito. Já ta na rua, é só pegar um guisado e comer". Ele disse: "Mas o dinheiro não dá". Eu disse: É o jeito. O dinheiro que você ganha não dá pra gente viver". Ele ficou três dias com raiva e eu dizendo "Eu vou". (Entrevistada n. 2)

Objetivamente, as mulheres não estavam assumindo aquela atitude como ato de desobediência ao marido. Sem dúvida, tentavam criar condições para que o homem continuasse desempenhando a sua condição de provedor, como manda o receituário do contrato sexual. A aposta que estavam fazendo envolia o risco de destruir a família, perder o convívio dos filhos, ser desprezada. Por isso, em seu depoimento, não fazem alusão às conseqüências de sua atitude, certamente porque, no seu modo de entender, não tinham a intenção que aparentavam ter. Afinal, se a ocupação atingisse seu objetivo, o medo e a incerteza do marido cessariam, e quando conseguissem produzir na terra, o quadro da família melhoraria.

Para a mulher, a situação tinha chegado ao limite, e a luta pela terra seria uma possibilidade de sair do fundo do poço. Várias entrevistadas admitiram que se sentiam

“desobedientes” ou constrangidas, mas o acesso à terra aparece para a totalidade das mulheres, naquele movimento, como a possibilidade de libertação.

4 . 1 . 2 Descobrindo a convivência democrática

Ao relatarem sua experiência no acampamento, as mulheres se permitem pensar seu cotidiano pela interposição das normas que lhes parecem reguladoras das relações no grupo. De acordo com a filosofia que orienta a CPT, essas normas estão alinhadas ao princípio de justiça social, manifestado na luta pela terra e na construção da cidadania. No acampamento, esse processo se dá pela interposição do exercício do poder, que opera em três níveis: da autonomia das pessoas, visando a que cada um se considere livre na sua relação com os outros; do encontro dessas pessoas no reconhecimento dessa autonomia; e da aceitação da submissão às normas que garantem o exercício dessa liberdade, isto é, de submissão à lei democrática.

Trata-se de uma intervenção que visa à construção de coletividades de pessoas iguais no direito de se expressar e de decidir livremente, sob a regência de uma lei compartilhada por todos. Justificam-se, desse modo, as regras de convivência, como o companheirismo, a ajuda mútua, a solidariedade, o veto às drogas, a decisão democrática etc.

Não se trata de meras formalidades ou de requisitos pontuais do movimento de luta pela terra. Através dessas normas, a CPT procura transformar o acampamento num espaço com possibilidades de transformação das relações sociais no campo,

inclusive das de gênero. O que não representa, evidentemente, um desafio pequeno porque passa pela estrutura patrimonialista, sempre reforçada pelos valores do patriarcado.

Ao falar da organização do acampamento, as mulheres lembram a estranheza com que enfrentaram aquelas normas de conduta, embora formuladas por um fórum soberano composto por várias comissões constituídas pelos acampados. A inexperiência feminina no espaço público foi apontada como responsável pela desconfiança e resistência ao quadro normativo que exigia consciência, união e organização de todos os trabalhadores para melhor enfrentar os desafios que lhes eram colocados. Hoje, analisando suas relações, consideram as normas necessárias, mas tarefa difícil, se não contemplam as diferenças que existem no interior do grupo. Ao mesmo tempo, reconhecem que as pessoas podem ser punidas pelas próprias normas que criaram, ratificaram e legitimaram, como declara uma entrevistada que se encontra sob ameaça de ser desligada do acampamento:

Meu marido desrespeitou a lei do acampamento e vai ser punido. Já disseram que eu também vou ser desligada se não der entrada no divórcio. Vou pagar o preço de uma lei que ajudei a criar. A gente criou a lei e terá de ser cumprida. Faço parte da comunidade, tenho de ser punida. (Entrevistada n. 3)

Ao identificar os mecanismos que regulam a vida coletiva, na sociedade, as mulheres distinguem o "valor político" que lhes é conferido no acampamento, reconhecem a orientação político-ideológica, definidora da amplitude e dos limites da

atuação de cada um no acampamento, fazem a leitura do quadro normativo colocado pelo sistema democrático. Em seu depoimento, a entrevistada reconhece a importância da participação de todos na elaboração e na gestão das normas, que também prevêem sanções para os infratores. Há uma cumplicidade da entrevistada com a norma e uma manifestação de sua crença no que faz, apesar de se sentir ameaçada. A igualdade normativa figura como legitimadora da ordem social no acampamento e, no que se refere à mulher, é o fundamento da luta pela emancipação. Ao fazê-lo, reconhece o valor da ação política das mulheres, embora lembre que, no início, elas tiveram uma participação tímida e, na prática, apenas legitimavam as propostas apresentadas.

No espaço da dominação masculina, entendia-se que as decisões e o trabalho eram organizados coletivamente, sob as ordens de alguém. Motivados pela necessidade de sobrevivência, homens e mulheres ali acampados pouco se importavam com a liberdade de exercer sua vontade mediante uma relação igualitária. Cada um se queria, na verdade, autônomo, sem depender senão de si mesmo. As relações sociais que haviam incorporado eram nexos de exploração nos quais haviam sido socializados – relações do tipo patriarcal, paternalista, onde a lei do “patrão”, ora opressiva, ora generosa, abria apenas a alternativa de se submeter ou de mandar, como se costuma dizer. Enfim, esses acampados conheciam pouco as relações democráticas, tanto no trabalho quanto na família.

As mulheres socializadas no contexto da dominação da família viveram um verdadeiro impasse no acampamento pelo fato de não disporem dos meios para lidar com a liberdade e, em especial, com *o exercício democrático do poder*. É interessante constatar que o acesso das mulheres às instâncias de decisão nesse novo espaço acontece também segundo uma lógica que secundariza sua condição feminina para

acentuar, de uma forma ou de outra, a importância de agir e produzir segundo os padrões masculinos. Reproduziam assim, elas mesmas, as relações de dominação das quais desejavam se libertar, relações que impediriam o necessário alargamento de suas possibilidades no espaço público. Algumas procuravam explicar a “necessária” desigualdade pela dependência econômica e punham fora de questão enfrentar algo que envolvesse maiores riscos. Outras pensavam que seria impossível suprimir a desigualdade sem haver estudado.

A experiência de luta, adquirida durante a ocupação das terras do Engenho Prado, insuflava o senso de responsabilidade: homens e mulheres com um objetivo comum descobriam, por meio dessa experiência, a necessidade e as possibilidades de uma nova sociedade. A igualdade percebida entre homens e mulheres no planejamento e no controle do quadro normativo no acampamento figura como legitimadora da ordem social nesse espaço, e, no que se refere à mulher, constitui, por assim dizer, o fundamento da luta pela sua emancipação.

Certamente, não desapareceram as relações de opressão e exploração, e não se pretende aqui reduzir tudo a relações fraternas de ajuda e de respeito mútuos, mas a participação da mulher no trabalho produtivo e social, sua presença na organização do movimento e na vida política do acampamento constituem um processo de desconstrução de mitos que, no passado, orientavam sua posição no mundo e contribuíram para a construção de sua identidade social de mãe, esposa, dona-de-casa.

É nesse contexto que se procura refletir sobre a inclusão da mulher como sujeito. Além de observar as relações que se estabelecem no acampamento sob a égide do companheirismo, foi importante apreender, através das entrevistas, as contradições e

confrontações que surgem na caminhada, os avanços conquistados no jogo da dominação na perspectiva das relações de gênero, e, em especial, sua capacidade de questionar a estrutura e os sistemas de valores que definem sua posição no espaço público.

4 . 2 Conceitos, valores e questionamentos

4 . 2 . 1 repensando o processo de socialização

Graças a sua participação na luta política, as mulheres acampadas têm, na atualidade, condição de repensar criticamente sua socialização. A família e a escola geralmente são pontos de partida para entender o que fazem e como vivem. No meio rural, agregam-se geralmente a essas instituições à Igreja, por sua liderança intelectual. Desde os estudos de Durkheim (1971), essas entidades passaram a ser reconhecidas como detentoras de autoridade moral, levando o indivíduo à adaptação dos comportamentos individuais a modos culturalmente aceitos. Transformariam valores em normas, normas em determinações, determinações em personalidades individuais. Estudos antropológicos reforçaram a homologia entre indivíduo e sociedade, apresentando a socialização como um bem sucedido processo de condicionamento cultural.

Do ponto de vista disciplinador da sociologia funcionalista, a socialização seria o fundamento do laço entre o indivíduo e a sociedade, o vínculo que une a ação individual à ordem social.

A sociologia crítica contestou veementemente essa idéia de socialização. Como acentua Touraine (1989), os valores sociais e a conduta social supõem, antes de tudo, “criação, inovação, atribuição de sentido”, o que permite ao sujeito enfrentar o mundo, tomar consciência de que pode dominar, transformando. Nesse quadro, o processo de socialização está estreitamente vinculado às práticas sociais e à capacidade individual de elaboração das experiências vividas. A socialização é um processo que se define a partir da experiência social.

A prática social no movimento de luta pela terra, a convivência no acampamento sob a liderança intelectual da CPT constituem, sem dúvida, a continuação desse processo e, por isso mesmo, um dos eixos explicativos nesta pesquisa. As mulheres entrevistadas admitem que estão reconstruindo sua socialização. Se, antes, tudo lhes parecia “no lugar” e nada parecia mutável, hoje se preocupam muito menos com essa ordem e mais com o significado de cada coisa, de cada situação para sua vida e para a vida do grupo de que fazem parte.

As mulheres pesquisadas dizem perceber que estão tomando um rumo diferente do que lhes foi repassado como projeto de vida. Consideram que, ao aderirem àquele movimento, tomaram uma nova rota em termos de compreensão da realidade e dos valores pelos quais hoje se orientam, desabonando o que viveram e aprenderam como padrão de vida. No espaço de controle coletivo em que vivem há sete anos, aprenderam que as regras jurídicas e morais são passíveis de mudança e que cabe à população promovê-las. No coletivo da classe, revêem os valores que permeiam as relações de gênero, revelando flexibilidade e capacidade de lidar com as novas circunstâncias em que se inserem.

Os relatos das entrevistadas, em geral, são marcados pelo sentimento de revolta aliado à crítica. Avaliam que a socialização, que tem sua base na família e na escola, prepara as mulheres para reproduzir o processo civilizatório dominante, apoiando-se em princípios e valores alinhados à submissão feminina e à desumanização da sociedade. Numa retrospectiva crítica à condição que viveram, percebem que tiveram uma orientação de base genuinamente patriarcal, e que suas mães, geralmente oprimidas pelos pais, reproduziam fielmente esses valores, educando meninos para mandar e meninas para obedecer.

Recordam que, desde muito jovens, as meninas conviviam com a violência física e aprendiam, sobretudo, a viver sem questionar, obedecendo cegamente às ordens que lhes eram impostas. Conforme as regras tradicionais, deviam evitar o contato com estranhos e, com tal medida, eram submetidas ao isolamento social, sobretudo na fase dos questionamentos infantis, isolamento esse reforçado pela divisão sexual do trabalho.

Numa crítica à socialização recebida, as entrevistadas salientam que não foram preparadas para enfrentar a realidade vivida por qualquer trabalhador. Avaliam que as lições recebidas dos pais têm pouca aplicação diante da dureza do mundo com que se defrontam, salientando a dificuldade que encontram para entender os fatos do cotidiano, como se percebe na fala de Elisabete:

Ela nunca foi mãe pra chegar assim e dizer: “A vida é assim. Não se deve agir dessa forma”. Não explicava nada nem perguntava nada que acontecia com a gente (Entrevistada n. 13).

O processo de socialização excluía qualquer discussão sobre a sexualidade feminina, além de ignorar ou simplesmente maquiar a relação entre as instituições. O isolamento em termos de informação era preservado para resguardar os princípios morais dominantes. Uma outra entrevistada assim se expressa: *Tudo que eu sei aprendi no mundo e com os colegas da escola.*

Com essa constatação, as entrevistadas avaliam “ter perdido o rumo da história” no sentido de se tornarem capazes de fazer algo novo ou questionar alguma coisa. A obediência cega era a regra da casa, e quem se recusasse a obedecê-la, deveria retirar-se do seio familiar. A socialização pouco construiu em termos de união, respeito, e ainda reforçou os princípios dominantes. Com tais medidas, os pais tiravam dos filhos a possibilidade de pensar sobre as regras sociais e os valores dominantes na sociedade.

As mulheres fazem também uma avaliação crítica do mecanismo de socialização contido nos brinquedos infantis, que reproduziam a lógica da dominação masculina e da submissão feminina a partir do simbólico e do real. Na visão das entrevistadas, o processo era realimentado pela escolha e determinação de onde e com o que as meninas deveriam brincar, limites que distinguiram o mundo do homem e da mulher no futuro, como expressa o depoimento:

Brincar com bola era pra macho, pros meninos. A gente brincava de boneca e aquelas brincadeiras de roda. Os meninos brincavam separados. Ela não deixava brincar quando os meninos não estavam separados. (Entrevistada n. 6)

Os brinquedos reproduzem os papéis de cada sexo nos respectivos espaços. A ideologia patriarcal é repassada através dos símbolos, reproduzindo a visão de mundo dominante que reserva à mulher atuação específica na esfera privada. Além disso, os brinquedos são postos como um mecanismo direcionador da forma em que cada sexo tem de pensar e agir na sociedade. “Brincar de bola” exige movimento, dinamismo, criatividade, participação coletiva, noção de espaço, limites e competitividade. “Brincar de boneca” remete à repetição, reprodução, isolamento, subserviência.

A escola completava o ciclo da socialização seguindo esse modo a ser reproduzido pelas futuras gerações. A obediência parecia ser a coisa mais preciosa que as meninas poderiam adquirir na escola, superando até mesmo o aprendizado, como se observa no depoimento da entrevistada.

Na escola, eu sempre era quieta, a professora gostava muito de mim. Eu sempre ajudava a professora. Quando ela saía, mandava eu tomar conta dos alunos e eu fazia tudo direitinho. Ela gostava de mim porque eu fazia tudo como ela mandava. Eu faltava a muita aula, morava longe, mas, como eu era obediente, ela deixava eu passar no fim do ano. (entrevistada n. 9)

A escola preparava a menina para obedecer, seguir à risca as regras morais, evitar discórdias, críticas e, principalmente, o exercício da criatividade. Ali se preparava a menina para a vivência do lar através da obediência à professora e do cuidado com a classe. Era o reforço para ela aprendesse a conviver com a submissão e o conformismo, entendem as entrevistadas.

Na adolescência, quando o senso crítico aflora com maior impulso, essa menina deixa a família e a escola, passando a gerir a própria vida sob uma suposta liberdade. Teoricamente, já não depende da família, e poderá escolher seu rumo. Mas, esse projeto de emancipação jamais se confirmaria no contexto da formação recebida. O relato de Elizângela a esse respeito é bastante ilustrativo:

Com 12 anos, eu saí de casa e comecei a trabalhar em casa de família pra me sustentar. Fiz isso pra ninguém pegar no meu pé e não me cobrar nada. Eu não queria saber de conselhos, eu queria ser livre, eu queria ser dona do meu nariz, eu trabalhava pra não ter minha mãe pegando no meu pé. Queria a liberdade de sair, me divertir, estar com minhas colegas e não precisar pedir a ninguém pra sair. Eu queria a liberdade, e foi aí que eu quebrei a cara: engravidei. O meu primeiro filho não é do meu marido. Minha mãe me aceitou assim mesmo. Ela disse: “Agora vai ser do meu jeito”. Eu não tinha como dizer não.

Na sua análise, é possível vislumbrar que ela desejava apenas “um lugar ao sol”, respirar o ar da liberdade que lhe fora negada, mas, no seu pequeno vôo, atropelado pela inexperiência e pelo desconhecimento do próprio corpo, é surpreendida pela gravidez precoce. Retorna à casa da família carregando a derrota de seus planos e silenciando sua crítica. Sente-se culpada e incapaz de enfrentar a vida com o filho sem a ajuda da mãe. Faltou o senso crítico de hoje, diz a entrevistada.

O cotidiano das entrevistadas no acampamento é visto como um processo de (re)socialização com referenciais diferentes daqueles praticados originalmente no meio

rural. As normas de convivência no acampamento estabelecem direitos e obrigações comuns aos dois sexos, rompendo com a divisão sexual do trabalho. Contribuem para o re-direcionamento das práticas sociais com rebatimento no espaço privado. Assim, *todo homem do acampamento cozinha e lava prato. Eles só não gostam de lavar roupa, mas se é preciso, lavam*” (Entrevistada n. 3).

A tarefa de cozinhar é uma exigência do movimento social para quem se engaja na luta pela terra, seja homem ou mulher, tendo em vista a necessidade real de que todos possam realizar essa tarefa durante as ações. Os homens e as mulheres podem ser convocados para organizar a cozinha durante as passeatas, caminhadas e ocupações.

Apesar dessa exigência, a divisão de papéis parece ainda indomada no acampamento. Em nome das “preferências”, cada sexo continua no seu papel secular. A divisão dos papéis sociais está inserida na divisão sexual, como construção simbólica e social (GUIMARÃES, 1997). A divisão sexual do trabalho continua indicando a diferença de posicionamento entre homens e mulheres e sinalizando que o trabalho doméstico é próprio da mulher, é uma condição “natural”.

É inegável que, no acampamento, a atuação política feminina tem contribuído para que o homem participe do serviço da casa. Afinal, a divisão sexual do trabalho é uma construção social e histórica que traz em si a questão da mudança (Hirata, 2002), mesmo ocorrendo em processo lento, pouco visível e com uma dinâmica peculiar conforme se verifica no acampamento. Tem início com o homem assumindo algumas responsabilidades no trabalho doméstico para crescentemente essas ações se tornarem contínuas. Mesmo que a responsabilidade do trabalho da casa ainda esteja com a mulher, e a participação do homem venha se dando a título de ajuda, parece se

desenhar no horizonte alguma mudança. Em situação normal, os homens se integram ao trabalho da casa, realizando aquelas tarefas que lhes dão prazer. O masculino vem apresentando maior identificação com a higiene, a arrumação da casa e o cuidado com as crianças. Dificilmente dedicam-se ao preparo do alimento e outras atividades “consagradas” à mulher, dizem as entrevistadas.

A persistência na divisão do trabalho doméstico e familiar é notável. Vale salientar, no entanto, que a socialização também se modifica no curso da história. O acampamento apresenta indício de mudança nesse aspecto, com o homem mostrando-se aberto à paternagem. Mesmo com as mães em casa, os pais se dispõem a tomar conta dos filhos como sendo tarefa sua. O fato de a mulher ter que sair para a luta da terra e a falta de condição financeira para remunerar uma terceira pessoa para cuidar das crianças tem contribuído para que o pai cuide do filho desde o nascimento. Essa iniciativa, sem dúvida, sinaliza uma mudança, afinal é na esfera doméstica que se encontra a maior dificuldade em romper com os valores que sustentam a relação patriarcal.

Na avaliação das entrevistadas, as mudanças na relação patriarcal tornam-se mais relevantes na família quando se estende à socialização dos filhos. Através das crianças, a sociedade pode mudar a regra, tão antiga, da divisão sexual do trabalho, que começa na família e se estende para o espaço público. Iniciar as crianças na prática de cozinhar, lavar louça e roupa, por exemplo, pode significar o começo de uma mudança nas regras patriarcais, refletem entrevistadas. Entendem que essa é uma tarefa difícil e lenta uma vez que envolve mudanças nos hábitos culturais, mas, no acampamento, começam a rever esses valores sociais ao delegar às crianças do sexo masculino a responsabilidade de administrarem o cozimento do alimento, realizarem a

limpeza da louça, a arrumação da cozinha etc. Com isso, acreditam estarem socializando-os para participar das atividades da casa.

Os meninos têm mostrado certa simpatia em realizar alguns trabalhos domésticos como o de lavar pratos, mas rejeitam veementemente a idéia e a prática de lavar roupa, revelam as acampadas. As mães não se rendem ao apelo dos filhos, e não só os mandam fazê-lo, como também vetam a idéia de eles realizarem a tarefa em locais escondidos, como fazem os pais no acampamento. Tentam convencê-los a lavar roupa em meio às mulheres, por entenderem que só assim eles podem aceitar a idéia de praticá-lo com naturalidade.

A partir dos depoimentos das entrevistadas, pode-se dizer que elas não fazem *tábula rasa* do passado, ou seja, as experiências vividas continuam a demarcar suas expectativas de futuro. Ao perceberem o ontem como um celeiro de experiências inúteis, e o amanhã como incerto, as entrevistadas estabelecem uma relação de ruptura com o passado, valorizando intensamente o presente. O porvir depende das relações que estão construindo agora. Por isso, privilegiam as experiências e práticas que vivenciam no cotidiano, reivindicando o direito de administrá-las segundo suas decisões.

Essa capacidade se revelou essencial diante dos problemas enfrentados pelas mulheres no seu dia-a-dia, à luz da dominação masculina. Homens e mulheres do acampamento, no seu entender, já não são guiados por uma lógica única da dominação/submissão. Ao contrário, as condutas, estão sujeitas à crítica. Nesse contexto, as mulheres desenvolvem a capacidade de gerir suas experiências, torná-las coerentes e significativas, procurando alcançar enfim a capacidade de afirmar sua individualidade resistindo à dominação da relação de gênero.

Essa relação, no acampamento, reflete as características do processo de socialização em curso, que não se reduz a vivências e hábitos do presente, mas remete à crítica do cotidiano vivido, ao questionamento de práticas culturais e identidades cristalizadas à medida que os acampados experimentam outras possibilidades de ser, como lembra Machado (2003). Através da incorporação da informação sobre a sociedade em que se inserem, participando de um cotidiano em que homens e mulheres partilham subjetividades e relações de poder dentro das instâncias possíveis, as diferenças e especificidades do ser-homem e do ser-mulher certamente permanecem. Mas, outras significações são atribuídas às situações que produzem efeitos concretos sobre as práticas sociais. Exemplo disso é o comportamento do homem ao se encarregar de atividades domésticas, abandonando a tradicional visão binária dos gêneros e incluindo outras possibilidades a partir da formação de novos conceitos, imagens e símbolos.

4.2.2 Os referenciais da vida familiar

No acampamento rural, a família assume um significado especial tendo em vista o processo de socialização em curso e o cotidiano de homens e mulheres, que ali plasmam novas trajetórias de vida. Herdeira da matriz histórica da família patriarcal, o grupo familiar rural se apresenta como um espaço privilegiado para assimilação e reprodução da organização familiar tradicional, segundo o padrão desejado pela ordem dominante. É um modelo de família associada a um sistema hierárquico de valores no qual se destacam a autoridade paterna, a dominação do homem sobre a mulher, dos

pais sobre os filhos e dos mais velhos sobre os mais novos; a monogamia, a indissolubilidade das uniões e a legitimidade da prole.

Apesar de descender de tal origem familiar, a pesquisa mostra que, sob as condições econômicas, sociais e culturais vivenciadas no acampamento, alteram-se profundamente a organização dos arranjos doméstico-familiares e as relações de hierarquia e autoridade na família, passando a se reger por um paradigma de concepção moral fundado no princípio da reciprocidade que dá sentido, também, às relações fora do lar. Amplia-se o número de famílias monoparentais, chefiadas sobretudo por mulheres com filhos; surgem mudanças na condição feminina, o que, por sua vez, altera os papéis masculinos; ocorrem separações e segundas núpcias, originando novas relações de parentesco.

Não se trata de “desestruturação” da família nem de uma família “em crise”, como qualificariam aqueles que pretendem um núcleo familiar circunscrito a uma estrutura cristalizada, fixa no tempo, organizada segundo normas desde sempre definidas. Tampouco se trata da família patriarcal associada ao poder político, descrita por Sérgio Buarque de Holanda (1963), nem daquela pertencente à classe dominante, de que fala Gilberto Freyre (1995). No grupo pesquisado, encontra-se uma família que tem a organização doméstica ainda baseada no princípio da tradicional divisão sexual do trabalho, mas onde se instala um processo no qual todos os membros acabam participando e influenciando a construção de modelos diferentes de relações, o que acarreta mudanças nas formas de sociabilidade e na concepção de gênero.

Embora o homem conserve a referência da autoridade, isso não significa a negação de qualquer autonomia à mulher. A observação mostra que, apesar de seu poder de decisão ser reduzido, a mulher gerencia a casa e, conforme o senso comum,

“chefia” o espaço doméstico. É ela que entende, organiza, sabe o que há e o que falta em casa. A autoridade masculina na família é defendida na relação com o meio externo. O homem corporifica a idéia de autoridade, passando a ser o responsável pela imagem da família no âmbito público, garantindo-lhe respeitabilidade. É o responsável pela articulação entre a casa e o espaço público. A família se constitui nas relações entre os membros, em termos de divisão de papéis, poder e autoridade, estabelecendo, também, relações com outras dimensões da vida social, como o trabalho, o Estado.

Conforme o senso comum, a chefia da família, historicamente, constituiu função masculina. Mesmo quando a mulher assume o papel de provedora dos recursos econômicos da família, a posição do homem não obrigatoriamente se altera em todas as suas dimensões, e ele continua a ser o guardião da respeitabilidade e o protetor da família. A valorização do masculino não se justifica apenas pelo aspecto produtivo.

Na atual conjuntura, com as conquistas do movimento feminista, as regras jurídicas foram modificadas, sendo a chefia da família delegada ao homem e à mulher, o que parece ainda não se efetivar na prática social de modo geral. Nas famílias pesquisadas, por exemplo, estabelece-se ainda uma luta difusa, sutil entre o casal em torno da chefia familiar. Ambos se dizem chefes, mas sem a prática do compartilhamento das decisões que envolvem o grupo familiar. A regra é a de que cada um deve respeitar a decisão do outro. Na opinião de uma das entrevistadas: *Eu sou a cabeça da família, mas respeito o marido. O que ele faz, tá feito. Ele também não se mete no que eu faço.*

As mulheres entrevistadas certamente não querem, como pode parecer, domínio absoluto na família, mas abrem espaços, provavelmente, para descaracterizar o homem como único responsável pela mediação com o espaço público. Afinal, a provisão do

grupo familiar já não se concentra na figura masculina. A mulher luta para tornar pública, também, sua articulação com o âmbito externo, tentando romper a cultura da mediação masculina. Insiste no reconhecimento de sua prática na esfera política, onde tem oportunidade de reivindicar e até de contestar as políticas públicas, além de representar a luta nas instâncias políticas. Na sociedade civil, assume a comercialização da produção e estabelece contatos com instituições financeiras, firma contratos e, por assim atuar, quer também ser reconhecida como “chefe da família⁴¹”

Há que se considerar, no entanto, que, de um modo geral, mulheres e homens, principalmente na sociedade ocidental, encontram-se num processo de luta que estimula a crítica, e a aplicação dessa crítica a chefia da família não foge à regra. No acampamento, confirma-se aquela concepção de que “o pessoal é político”. Na relação familiar, há uma margem de negociação de interesses, e mesmo aqueles estritamente particulares ganham conotação pública, situação que favorece as mulheres na perspectiva da relação de gênero.

Na área rural pesquisada, que a família se constitui predominantemente como unidade de produção e consumo, o grupo familiar se insere nas condições objetivas da realidade e estão sujeitas à redefinição dos valores pelos que se norteiam, assumindo, assim, uma condição histórica. A vida familiar se constrói a partir das práticas cotidianas, e as famílias criam seu espaço de ação, o seu agir sobre si mesmas na solidariedade estabelecida no conjunto do grupo. Em sua maioria, as acampadas têm perfil familiar nuclear, mas as relações de solidariedade se estabelecem no acampamento com e sem relação de parentesco, o que constitui regra de permanência no acampamento.

⁴¹ Não se pode ignorar a contribuição que a CPT tem dado nesse aspecto.

No espaço da autonomia conquistada, as mulheres e homens redefinem o significado atribuído ao núcleo familiar. Quando encorajadas a falar sobre a família, as mulheres, por exemplo, identificam limites “precisos” e demandas, deixando supor que os vínculos com os parentes são pouco valorizados. Na realidade, dificilmente encontram qualquer tipo de sustentação material, moral e afetiva fora da família nuclear na qual possam se apoiar por ocasião de uma crise ou necessidade, mesmo quando essa família se inscreve num contexto de conflito e fragilização da solidariedade afetiva. Como diz a entrevistada:

Eu não tenho mais ligação com minha família. Eles não têm cabeça pra me aceitar. Não entendem minha posição de ser sem terra. Faz quatro anos que não vejo minha família (minhas irmãs, minha mãe). Elas moram em Quipapá. Depois que vim pra cá, é cada um pra seu lado. Não vou lá pra não perturbar. Ela só conhece um dos meus dois filhos. A gente vive como se não tivesse família. Eu já me acostumei, e acho que elas também.
(Entrevistada n. 4)

Para as mulheres acampadas, a condição de “sem terra” envolve uma carga simbólica que as define não somente como acampadas mas como mulheres “emancipadas”, conscientes de suas decisões, donas de um projeto de vida construído na luta pela terra. Nessa perspectiva, se, para os familiares, aquela é uma condição vergonhosa, para elas, pela mesma razão, é motivo de orgulho, o que significa que os valores assimilados apresentam conotações diferentes.

As entrevistadas não somente confiam na família que constituíram, como consideram que desempenham um lugar importante na definição das estratégias de sobrevivência. Atribuem, assim, à família do acampamento o papel de suporte social, ressaltando uma concepção bem instrumental.

É importante a gente ter a família da gente. É um lugar de apoio. Aqui, a gente é a família de todos. Uns ajudam os outros e dão segurança. É bom também a gente ter um companheiro pra dividir as agonias e receber um apoio [moral].

A aspiração da mulher à autonomia a leva à emancipação da “tutela familiar”, fato presente desde a adesão ao movimento de luta pela terra. Entre as entrevistadas, as semelhanças regem a escolha do parceiro. Homens e mulheres se atraem, se aproximam e se relacionam tendo em vista a vizinhança, a convivência, o interesse pelo trabalho. Mas, a construção das afeições também é orientada pelo interesse, pelo companheirismo, pela ajuda. Um critério importante na permanência da relação é a igualdade. Se não são iguais, como estabelecer a comunicação e conquistar a libertação? O confronto de valores dá lugar ao surgimento de conflitos, que são encarados como inevitáveis, apesar de tudo.

Rompem o mito do casamento formal e optam por um contrato entre pares que desejam se unir, pautados numa plataforma de direitos e deveres, ferindo a regra do contrato centrado na troca do sustento pela obediência, como diz Pateman (1995). Entre os acampados, o casamento constitui predominantemente o compromisso moral, e os casais mudam de pares sem considerar a dependência financeira do companheiro, porque entre eles não há patrimônio para dividir e, assim, o casamento formal passa a

ser encarado pelas entrevistadas como contrato dispensável. Até mesmo aquelas mulheres que estão com o mesmo companheiro há mais de dez anos atribuem valor ao casamento formal. As que abraçam religião conservadora dos princípios morais, como a Pentecostal, fazem vista grossa à doutrina que exige a formalidade do casamento. “Viver junto” é uma prática desejada, e pode ser interpretada como uma valorização dos interesses afetivos, mas, ao mesmo tempo, revela um senso de realidade dessas mulheres na busca de uma relação com autonomia.

Pesquisadoras da questão feminina, a exemplo de Fonseca (1995), explicam esse fato como novos valores criados pelas camadas populares, que se contrapõem ao modelo ideal de casamento estabelecido pela classe dominante. Em suas práticas cotidianas, esse grupo social se coloca como segmento ativo na fabricação da cultura. Afinal, o casamento legal é só uma das diversas forças que tendem a legalizar o comportamento. Existem outras normas que exercem influência igualmente importante, quando se tornam públicas e reconhecidas pelo senso comum.

Na prática das entrevistadas, porém, essa explicação pode ser acrescida pela influência do poder econômico sobre as relações familiares. A exploração da terra é um compromisso que se sobrepõe à vida em comum.

O casamento entre os acampados traz consigo o significado de uma relação real constituída de amor, confiança e compartilhamentos. Constitui divisão de poderes entre o casal, e qualquer mudança na relação requer o consentimento de ambos.

Os filhos são considerados naquele meio como legado das mulheres, e estas, no caso de separação, evitam desperdiçar seu tempo exigindo pensão alimentícia ou qualquer outra obrigação financeira de um pai que dificilmente tem condição e disposição para assumir qualquer encargo.

As mulheres acampadas praticamente não falam em direitos formais na relação do casamento, e quando a afinidade acaba entre o casal, elas pedem a separação e, geralmente, ficam na parcela. Em caso de nova união, o parceiro passará a morar na sua parcela para ela não abandonar a casa que “construiu com sacrifícios”. Na visão da entrevistada:

Essa aqui não é uma casa, mas pra gente, é uma casa. Aqui tenho minhas coisas que arrumei. Um fogão de lenha, um armário, que fiz de um caixão, um colchão, que juntei pedaços de espuma até formar o tamanho da cama, e minha jarra pra beber água. Se eu for morar na casa do companheiro e nós não combinar, vou ter de fazer a casa e tudo de novo (Entrevistada n. 11).

Com tal atitude, a mulher, sem dúvida, quer preservar o domínio do seu espaço, sua autonomia e evitar o desconforto de abandonar a casa, caso a nova relação não tenha sucesso. Dessa forma, criam as regras no sistema de uniões que vão se formando de acordo com as práticas que vivenciam. Parece também embutida nessa questão a liberdade de a mulher poder desenvolver sua individualidade e criar seus próprios caminhos em caso de optar por viver sem um companheiro.

No acampamento, 6% das 140 famílias que formam o grupo de candidatos a parceiros são constituídos por famílias monoparentais que têm na figura da mulher a única responsável. Essas famílias são tratadas de forma diferenciada no acampamento, sendo alvo de uma discriminação positiva. São as primeiras a serem atendidas em termos de ajuda e os filhos menores recebem orientação e apoio de várias mães daquele recinto.

Há também no acampamento famílias monoparentais que têm a figura masculina como responsável. Dois homens acampados foram abandonados pela mulher, e moram ali com os filhos menores. Contam com o apoio dos companheiros de luta nas tarefas domésticas, na ação educativa e afetiva. Observa-se, no entanto, uma preocupação do homem de preservar sua imagem de provedor e, assim sendo, ele luta obstinadamente para não depender de ajuda nesse aspecto.

As famílias monoparentais dificilmente sofrem preconceitos no conjunto dos acampados. Essa condição é, geralmente, passageira entre eles, uma vez que há um certo controle coletivo sobre a chamada “vida privada”. Sempre que mulheres ou homens desfazem casamentos, a comunidade se empenha em estimular novas uniões. O controle da “vida privada” exercido no acampamento, no entanto, dificilmente abrange o planejamento familiar. As mulheres movem uma luta solitária no que respeita a reprodução, cuja vitória demanda longo período. Recebem geralmente, apoio de ONGs, agentes de saúde, médicas e políticos, mas quase nunca, o apoio do acampamento, até porque no movimento, o planejamento familiar não se constitui prioridade.

O domínio do corpo trata-se de reivindicação das mulheres ainda a ser conquistada no Brasil. Num esforço solitário, elas têm conseguido planejar a família e levado à redução do número de filhos, mas ainda sem o domínio do seu corpo. Como cidadãs, as mulheres têm reivindicado os direitos reprodutivos relacionados à gravidez, contracepção, aborto, maternidade, paternidade, tecnologias reprodutivas. Defendem o domínio do corpo como autonomia da vida reprodutiva e a liberdade de traçar seus próprios caminhos. Essa questão tem sido objeto da luta travada entre as feministas e a Igreja, os médicos e os controlistas. A maioria dessas reivindicações, em meio às

restrições, tem se colocado como direito, mas a legalização do aborto constitui o foco da discórdia.

A proibição do aborto, o veto da religião e as dificuldades para efetivar a laqueadura têm alimentado o nascimento de filhos indesejados. As mulheres de todas as classes sociais não só têm questionado tais medidas como também ampliaram, a partir dos anos de 1980, a luta contra os que se opunham ao planejamento familiar, conseguindo colocar a questão no bojo das políticas públicas, sem contudo, conseguir satisfazer plenamente esse pleito. Como a luta vem se dando também em termos práticos, as mulheres das camadas populares têm sido as mais prejudicadas, ao ignorarem os vetos institucional e cultural. Praticam o aborto na ilegalidade, em condições miseráveis, esterilizam-se em locais inadequados e vivem os partos de maneira dramática. Com a divulgação do incremento notável da laqueadura, que mutila a capacidade reprodutiva feminina, o Estado limitou esse recurso às mulheres a partir dos 30 anos de idade, respondendo criminalmente o médico que não cumprir com a determinação etária.

A medida se aplica, no entanto, praticamente apenas às camadas de baixo poder aquisitivo, uma vez que aquelas mulheres que dispõem de recursos financeiros esterilizam-se em clínicas particulares, na clandestinidade.

Os companheiros sexuais, de igual modo, dificultam a laqueadura, sob a argumentação de que a mulher perderia seus atrativos sexuais. As próprias mulheres por vezes evitam o uso da pílula anticoncepcional, pelos efeitos colaterais que causa no seu organismo. O companheiro se recusa a usar preservativos ou outras formas que evitem a concepção. Dizem as entrevistadas que a maior rigidez do machismo dos maridos encontra-se em aceitar a prática de qualquer método anticoncepcional.

Convencê-los se constitui tarefa quase impossível. Muitos deles querem família numerosa porque dizem “achar bonito”. Outros desejam filhos dos dois sexos, e quando isso não ocorre, exigem sucessivas tentativas, e outros o fazem por insegurança.

Diante das resistências, resta unicamente à mulher assumir a incômoda decisão de conter a prole. Adota especialmente a laqueadura por considerá-la a forma mais segura de evitar filhos. Enfrentam, porém, no processo de realização, os obstáculos da burocracia do Estado e, principalmente, dos maridos, como expressa esta entrevistada:

Quando comecei a dizer ao marido que ia fazer a ligação de trompas, começaram as brigas. Teimei e quando liguei, ele não foi nem me pegar no hospital. Se não fosse meu cunhado, ainda hoje eu estava lá. O marido ficou sem falar comigo muitos dias. Dizia que a mulher fazia ligadura pra botar “gaia” no marido e não engravidar de outro homem. Eu lutei muito pra juntar o dinheiro pra pagar à médica. Fiz tudo por “debaixo do pano”. Também lutei pra achar uma médica que quisesse fazer a operação. O marido nunca mais foi o mesmo, mas eu fiz a ligadura e não me arrependo. (Entrevistada n. 11)

Há, por parte das mulheres do acampamento, a preocupação de evitar constituir família numerosa, principalmente porque suas condições financeiras não permitem. A média de filhos no acampamento é de 2,2 por família, cifra considerada alta diante da situação financeira dos acampados. As famílias numerosas são essencialmente

prejudiciais à mulher acampada, uma vez que dificultam sua participação no trabalho do movimento social, dizem as entrevistadas.

As mulheres acampadas demonstram ter uma certa consciência em planejar a família porque sabem que a responsabilidade pelo provento recai mais sobre si. A prática cotidiana também as faz cientes da dificuldade enfrentada para conseguir o sustento da família, uma vez que participam da produção, da comercialização do produto e da administração do dinheiro.

4. 3 Além da divisão sexual do trabalho

O trabalho da mulher na agricultura sempre esteve fora da esfera do valor. A realidade é confirmada por estatísticas oficiais, que, em diversas partes do mundo, deixam de computar o volume de trabalho realizado pela mulher na agricultura (Karl, 2004). O chamado trabalho (in)visível da mulher é determinante na segurança alimentar, e chega, em alguns países, a constituir até 80% da produção para o auto consumo, como foi colocado anteriormente. Mesmo assim, a miopia tem se mostrado patente até mesmo nos locais onde só se pratica esse tipo de agricultura, a exemplo de acampamentos visando à reforma agrária. Esconde-se sob o manto do termo familiar o trabalho agregado realizado pela mulher.

Do ponto de vista das entrevistadas, no acampamento, onde se pratica a produção agrícola para autoconsumo, as mulheres têm posição decisiva na produção, da qual participam desde o plantio até a comercialização. As tarefas agrícolas do acampamento são realizadas por homens e mulheres, sem que haja especificação por

sexo ou hierarquia entre as atividades. Essa participação feminina é tão comum que as famílias monoparentais chefiadas por mulheres tocam a lavoura sem dificuldade. Na roça coletiva, elas manejam a enxada e a chibanca no plantio da macaxeira, da batata e do inhame, semeiam e colhem, compram e vendem mercadorias sem dificuldades, pondo em questão a noção do trabalho leve ou pesado como divisor de águas entre atividades próprias de homens e de mulheres. Todas cavam, plantam, limpam e colhem, realizando assim todos os passos do processo produtivo na lavoura até deixar a mercadoria pronta para chegar à feira, como revela a entrevistada:

Na macaxeira que vai pro mercado, ele [o companheiro] vai arrancando, eu vou quebrando os bicos e ensacando. Depois ele bota pra lavar. O inhame, ele vai arrancando, eu vou limpando, tirando os pelos, raspando com uma faca e juntando. (Entrevistada n. 7)

O trabalho da mulher não tem correspondência com o reconhecimento de sua condição feminina ou de sua resistência física. A técnica e a experiência são capazes de superar a força muscular. O problema da divisão sexual do trabalho se encontra nas regras masculinas que prevalecem na sociedade, discriminando a mulher (PENNA, 1981).

Nesse sentido, pensam as entrevistadas que existem tarefas nas quais o homem tem mais experiência e pode render mais do que a mulher, e vice-versa. Na roça conjunta, por exemplo, o homem cava e a mulher planta, “porque um tem mais prática em plantar e o outro em cavar”, dizem as entrevistadas, que se apressam, no entanto, em justificar sua ausência em atividades mais complexas. Explicam que as mulheres

têm menos experiência no serviço da roça porque dividem seu tempo entre o roçado e a casa. Isso não significa, no entanto, uma condição secundária ou submissa. Todos são trabalhadores rurais, alertam as acampadas.

Com esse entendimento, lembram que, além do serviço doméstico e da roça, muitas vezes, as mulheres são convocadas a participar de reuniões, encontros e cursos a chamado do movimento social, e acrescentam: sempre que há convocação de delegações no acampamento, as *mulheres são escolhidas para participar porque o homem pode avançar mais no serviço da roça e tomar conta da família sem maiores dificuldades*. Afinal, ressalta uma entrevistada: *O trabalho não é só o da roça. Eu trabalho na roça e em casa, e ainda vou pra reunião e pra ação*.

Além de se sentirem participantes da produção, as mulheres acampadas se mostram receptivas a novas tecnologias e à diversificação das atividades. A participação em cursos de capacitação e de qualificação técnica, assim como nos encontros de formação e mobilização política, contribui para que as mulheres desenvolvam um posicionamento crítico, principalmente do ponto de vista econômico, em relação a seu trabalho. Essa participação as estimula também a criarem a própria roça para aplicar os conhecimentos obtidos nos cursos. Com esse objetivo, várias mulheres do acampamento possuem roçados, admitindo que assim o fazem *porque podem ter mais liberdade para gastar o dinheiro da produção sem dar satisfação ao marido* e, também por poderem introduzir inovações nas práticas agrícolas aplicando métodos de trabalho indicados pelos cursos de assistência técnica oferecidos, incluindo, por exemplo, o plantio adequado à conservação do meio ambiente, técnicas de uso do solo e de aproveitamento da água. Os conteúdos aprendidos dificilmente são

aplicados no plantio conjunto, pois o marido geralmente se recusa a rever as práticas tradicionais.

Eu tenho minha plantação e ele tem a dele. Eu planto diferente. Coloco os montinhos de terra em volta da planta para sustentar o molhado por mais tempo. A forma como eu planto dá mais trabalho, mas a planta fica mais resistente. É um jeito mais pensado. Ele planta tudo reto. A água passa, e não precisa muitas limpas. Eu tenho minha planta e ele tem a dele porque ele reclama muito quando eu planto pra ele limpar. É muito abusado.
(Entrevistada n. 12)

A resistência dos maridos em plantar como sempre fizeram somente é abrandada após as mulheres colherem duas ou três safras em seus próprios roçados. Os resultados obtidos no sistema de plantio ajudam a convencer os companheiros a mudar a forma de cultivo tradicional. Nesse sentido, a fala da entrevistada é bastante ilustrativa:

A terra dá pra eu plantar feijão, milho, macaxeira, e embaixo, na vala mais molhada, plantar a batata, e no meinho, fazer um varãozinho e plantar minhas verdurinhas. Ele [o marido] não quis ouvir quando eu falei em plantar assim. Plantou a terra toda de feijão, que botou uma vez. Quando chegou duas vezes, acabou. Ai, pronto, ficamos no zero, como diz a história. Ele é um pouco ignorante, tem a cabeça muito dura, acha que do jeito que ele faz tá bom. Se eu falar, já tô me metendo onde não me cabe. Ai, eu deixo ele fazer por conta dele e quebrar a cara. Hoje, a gente está do jeito que estamos porque ele não dá ouvido quando eu falo,

quando eu digo a ele como é que é. Estamos sem nada na terra hoje por conta disso. (Entrevistada n. 4)

Observa-se que as mulheres têm avançado no aprendizado de técnicas agrícolas, e, com isso, vão introduzindo mudanças significativas no sistema de produção no acampamento. Pouco apreço é dado, no entanto, a seu aprendizado e saber pelo segmento masculino, que detém a liderança na esfera do trabalho, apesar dos resultados nem sempre positivos. Trata-se de um comportamento comum aos grupos dominantes: conscientes de seus privilégios, não se sentem ameaçados e, por isso mesmo, exploram o exercício da autoridade para obter o consenso indispensável ao processo hegemônico.

O apego dos homens do acampamento às práticas tradicionais e aos privilégios têm sido, no entanto, insuficientes para frear a ação daquelas mulheres acampadas. Diferindo de outras realidades, a maioria delas assume a comercialização da produção agrícola na feira de cidades circunvizinhas, uma ou duas vezes por semana. Na produção, sua trajetória é assim definida: *Eu planto, eu limpo, eu colho, e quem negocia sou eu.*

Decidiram elas entrar na venda da produção porque os maridos vendiam a mercadoria barata ao atravessador, e o apurado da semana era insuficiente para comprar os bens que não produziam. Os esposos rejeitavam a idéia de se tornar feirantes. Alegavam não gostar de feira, além do que lhes faltava paciência para passar um dia inteiro tentando convencer os fregueses a comprar. Opinam entrevistadas que, seus maridos, ao substituí-las na comercialização, geralmente, cometem um erro grave a um vendedor do ramo: quase sempre, encerram a atividade antes de a feira terminar

sem vender toda a mercadoria, segundo eles, por lhes faltar paciência para esperar por um resultado significativamente pequeno em termos financeiros. Consideram que as mulheres têm mais tranquilidade e “jogo de cintura” para vender a produção agrícola na feira. Elas mostram bem os produtos, a diferença de sua mercadoria para a dos outros e, como diz a própria entrevistada: *Tem que tá ali com paciência com o pessoal, ajudar o pessoal a escolher as coisas, dizer o que é bom, tem que saber agradar o freguês, deixar o peso passar um pouquinho...*

Mesmo com reconhecida habilidade para comercializar a produção agrícola, as mulheres do acampamento têm, no entanto, autonomia limitada quanto ao tipo de produto que podem negociar. Dentre os que cultivam, o inhame tem maior expressão econômica e, muitas vezes, é vendido a atravessadores, porque elas não dispõem de capital para assumir o transporte nem de local para guardar o que não conseguem comercializar. Além disso, segundo a regra social dominante, o fato de a venda envolver maior volume de dinheiro na transação exige a “natural” participação do homem na comercialização, que dificilmente quer abrir mão de qualquer privilégio que envolve a relação de gênero.

A questão do preço dos produtos constitui outro aspecto abordado nas entrevistas. Se a inserção social da mulher se faz pelo trabalho, e pelo trabalho na agricultura, a administração do que produzem figura como uma preocupação natural. Em nome do lucro, homens e mulheres se confrontam no mercado capitalista, pesando sua capacidade de contribuição na produção e no sistema de troca.

A mulher do acampamento, geralmente mais habilitada a comercializar a produção, tanto pela prática quanto pela informação semanal que obtém sobre os preços, quer conduzir o processo da comercialização. O homem, por outro lado, quer

estipular os preços porque se acha naturalmente preparado para realizar essa atribuição. As acusações são recíprocas quanto à habilidade de negociar, prevalecendo o componente afetivo, cultural, muito mais do que a compreensão das forças do mercado, conforme as palavras da entrevistada:

Quando ele vende [os produtos] em casa, eu acho ruim porque ele vende barato (risos). A gente discute e ele fica zangado. Diz “lh! Você quer mandar em mim”. Às vezes, ele saía perdendo e se arrependia. Eu dizia: “Tá vendo? Você quer fazer tudo por sua cabeça!” (Entrevistada n. 9)

O depoimento reacende a velha contenda da luta da mulher pelo poder na relação de gênero e do homem para manter a hegemonia. Nessa luta, ela busca justificar sua participação nas decisões pelo preparo e capacidade adquirida para ocupar determinados postos que envolvem poder, enquanto ele tenta evidenciar o descrédito no que ela faz, usando como argumento o despreparo e a fraqueza atribuídos à mulher por sua condição de sexo.

Sem dúvida alguma, as mudanças na esfera produtiva não têm somente conseqüências econômicas, mas repercutem nos valores, nas atividades que homens e mulheres desempenham na família e na esfera política, por exemplo. Ao participar do processo de produção e distribuição da mercadoria, a mulher passa a discutir não só a qualidade do solo, o sistema de cultivo, a exploração pelo atravessador, mas também os problemas sociais daí decorrentes. A relação de gênero - melhor dizendo, a

dominação de gênero – como relação de poder sobressai nesse contexto como vetor de discriminação e exclusão social.

Partindo das informações coletadas nas entrevistas realizadas com as mulheres acampadas no Engenho Prado, é possível perceber que o acesso à terra significa ter trabalho e ter a possibilidade de desfrutar bens de consumo ligados às necessidades fundamentais de alimentação e saúde. O trabalho na agricultura é considerado uma atividade permanente que dá segurança e garante a sobrevivência - não é um mero ganha-pão.

O dinheiro oriundo do trabalho realizado no acampamento é importante para as mulheres, principalmente, porque possibilita suprir as necessidades objetivas, pela *valorização pessoal* que concede, demarcando um espaço de liberdade e autonomia que permanece como expectativa básica para todas as entrevistadas.

A maioria das mulheres do acampamento administra o dinheiro, afirmam as entrevistadas. Ficam responsáveis pela compra do alimento, da roupa e do calçado de toda a família e também pelo material escolar. A mulher é a fiel depositária do dinheiro que entra para as despesas da família, assim como a responsabilidade é sua de gastá-lo. Consideram que ganham tal incumbência porque o dinheiro é pouco para cobrir as despesas indispensáveis. Conforme uma entrevistada: *É uma verdadeira “dor de cabeça” comprar tudo com o que a gente dispõe.*

Essa administração do dinheiro não significa necessariamente autonomia no processo de gastá-lo. Conforme as entrevistadas, os maridos acompanham vigilantes como elas estão distribuindo os poucos recursos e quase sempre advertem-nas por estarem “gastando muito”. Isso tem levado as mulheres a refletirem sobre o fato de que: *administrar é diferente de ter seu próprio dinheiro.*

A problemática da utilização do dinheiro remete a reflexão da hegemonia masculina na relação de gênero. A mulher é depositária do dinheiro, exerce algum controle sobre aquele, mas terá que seguir o orçamento feito pelo homem. Se perder a confiança, provavelmente o dinheiro sairá de sua administração. Isso significa que ela tem algum poder, mas deve exercê-lo nas rédeas da hegemonia masculina. Apesar disso, não se pode perder de vista que chegar à condição de depositária do dinheiro familiar extrapola limites da tradicional relação de gênero. O dinheiro sempre foi uma mercadoria de domínio masculino, no qual o homem manteve-se na administração, no controle, no planejamento. As mulheres foram mantidas fora do circuito sob o pretexto de serem potenciais consumistas e não saberem lidar com recursos financeiros.

O trabalho na agricultura não distingue os papéis do homem e da mulher como provedor e dona-de-casa, respectivamente, entre os acampados. A terra, na prática, tem igual importância para ambos, porque significa ter direito ao trabalho. Representa a possibilidade concreta de exercer a função para a qual estão qualificados. Como disse uma acampada: *Ninguém quer terra pra dizer “é minha”. Quer a terra pra dizer “Eu tenho onde trabalhar, onde plantar, onde viver. Então, a terra é meu trabalho, é meu emprego”.*

4 . 4 Ação política e compromisso com o coletivo.

O acampamento rural constitui *locus* de participação política por excelência. Como espaço de organização de trabalhadores, possibilita promover rupturas na maneira de pensar e agir dos componentes do grupo acampado, que elabora valores e regras, que irão orientar suas ações. Homens e mulheres ali se organizam,

compartilhando experiências e criando condições para criticar e mudar as regras dominantes. Mobilizam-se para concretizar tal iniciativa, que somente pode se efetivar num contexto democrático. Com a perspectiva de criar uma realidade, fundada em novos valores e princípios, tentam reverter a cultura vigente adotando uma perspectiva crítica. No caso do Engenho Prado, a CPT reúne trabalhadoras e trabalhadores rurais espoliados que reivindicam o acesso à terra como direito ao trabalho e à sobrevivência familiar.

Na concepção desse contingente de trabalhadores, no contexto da reforma agrária, a terra aparece como um direito individual e projeto coletivo, que não se completa, porém, com a posse da terra, mas somente com a extinção do latifúndio improdutivo. A terra é percebida como meio de produção e não de acumulação de riqueza, embora os depoimentos das entrevistadas mostrem que o direito à propriedade privada é igualmente defendido por trabalhadores e proprietários. A reestruturação fundiária se apresenta como um tema polêmico para a maioria dos acampados. Cada vez mais, é presente a tendência a distinguir o latifúndio que produz e o latifúndio improdutivo, ressaltando a terra como bem social.

As manifestações políticas em favor desse direito incluem cursos, palestras, encontros realizados pelos movimentos, sob a liderança dos dirigentes da luta organizada, panfletagem, passeatas, bloqueios de rodovias e outras formas de ação, congregando novos sujeitos e ampliando os espaços de reivindicação.

As passeatas têm o objetivo de exibir a organização dos trabalhadores, publicizar a luta pela terra e protestar contra as injustiças que atingem os trabalhadores. Nos depoimentos coletados, as mulheres se referem com frequência à Marcha das Margaridas, simbolizando a presença da mulher como trabalhadora, a relação de

gênero que perpassa todos os segmentos da sociedade e as atrocidades contra elas cometidas. Embora possam assumir diferentes formas, na sua realização, as passeatas constituem ações de enfrentamento do poder instituído. Como mobilização, favorecem a convergência de pontos de vista, sensibilizam os grupos afins, motivam a ação e despertam os dirigentes e o governo para o problema da reforma agrária, por exemplo. Entre os acampados, são os homens que carregam as faixas, repetem palavras de ordem nas passeatas; e as mulheres se encarregam de proclamar seus pedidos, fazer denúncias e chamar a atenção pública para os objetivos da luta. As diferenças observadas no comportamento não implicam, entretanto, hierarquização das ações. Segundo as entrevistadas, *as mulheres vivem a passeata com intensidade e paixão*, mas a luta é uma só.

Os grupos de pressão são formados de acordo com as necessidades evidenciadas, servindo à negociação no jogo da correlação de forças. Constituídos internamente, segundo a disciplina do movimento, apelam, em geral, à participação das mulheres tendo em vista sua sensibilidade e poder de agrupamento. A ocupação da Sede do Incra na luta pela demarcação das terras ocupadas no Engenho Prado é bem ilustrativa da renovação de valores no seio do próprio movimento, que resolve compor uma equipe de negociação majoritariamente feminina.

Nesse processo, as mulheres participam de instância decisória, com a possibilidade de propor alternativas, acompanhar a discussão, fazer intervenções e gerir de modo compartilhado as decisões de interesse coletivo. São ações que se revelam, assim, mais políticas do que técnicas. No lugar da correspondência entre os meios e os fins, prevalecem a vontade do coletivo e, mais provavelmente, o atendimento aos interesses concretos do grupo.

O exercício da participação política daquelas mulheres, é freqüentemente associado à representação nas comissões ou grupos que integram o movimento. Essa representação é delegada em assembléia, e com tal critério, as mulheres também são envolvidas no exercício da democracia participativa, adquirindo poder de comunicação e habilidade para a argumentação. Tais qualificativos ficam evidenciados na fala da entrevistada ao referir-se a negociação com o Incra. Ela demonstra segurança na interpelação de um dirigente, assim justificando:

Todo mundo falava, falava, e eu, quieta. Tinham sido escolhidas duas pessoas do acampamento pra falar naquela reunião. Ceça é deputada, não contava. Tava ajudando, mas não era do acampamento. Ela contou [toda história do acampamento] e entregou um documento. Depois, foi Júnior [da CPT], já do movimento. O homem [Ministro da Reforma Agrária] lá, fumando um cigarro, disse coisas que se tratavam com maior urgência. Depois, o representante do acampamento falou, e eu ali, entalada, sem falar. Eu disse: “Meu Deus, se eu não falar com esse homem, eu vou morrer sentada nessa cadeira!”. Um homem [assessor do Ministro], que tava atrás de mim, disse: “Fale, que ele está terminando as palavras dele, e ele, encerrando, vai embora. Não tem jeito mais”. Eu levantei a mão e disse: “Seu Ministro, o senhor dá mais dois minutos de seu tempo pra eu lhe dizer uma coisa? Se eu não disser, eu vou morrer entalada!” Ele disse: “Então fale pra não morrer”. Eu disse: “Olhe, lá ficou um monte de companheiros [no acampamento] esperando uma resposta, porque, pra eles lá e pra mim também, nós viemos falar com o Deus da Reforma Agrária, e até agora, o senhor não disse que vai fazer Reforma Agrária. A conversa dita, até agora, não me deixou nada claro, e o que é que eu vou dizer pra aquele povo? Eu tenho

que dizer a verdade. O que é que o senhor tem pra dizer pra nós sobre a terra de João Santos? Vai fazer Reforma Agrária naquelas terras que há trinta anos não plantava um pé de cana e nem pagava impostos pro governo?” (entrevistada n. 4)

O posicionamento inesperado da entrevistada traz implícita a forma de atuação política espontânea, mas consciente, que envolve a negociação de interesses. Demarcando a diferença entre o líder intelectual, que pensa, e aquele que pensa e sente, a trabalhadora ensaia uma intervenção que traduz seu senso de responsabilidade e compromisso com o movimento, e graças à sua argumentação simples e direta, consegue sensibilizar os presentes em busca de um consenso. Ao fazê-lo, ela rompe algumas barreiras impostas pela relação de gênero, assumindo posição importante no processo decisório, colocando-se em pé de igualdade em relação aos demais participantes, consciente da realidade e da urgência da demanda.

As mulheres acampadas praticam também outras ações políticas, particularmente junto às Prefeitura de Tracunhém e de Araçoiaba. Reivindicam assistência (cesta básica), para os acampados e encaminham pleitos na área de educação, saúde e transporte. O processo de negociação passa por avanços e recuos, conforme expressa a entrevistada:

Quando a gente pediu uma escola pra adulto, nossa proposta foi aceita na assembléia. A gente disse que queria uma coisa pra ocupar o tempo vago. Disse que queria um horário de dia porque a noite é ruim, não tem luz. Mas se só puder ser à noite, a gente quer. A gente encaminhou pra comissão de educação negociar com a prefeitura. Elas foram pedir um professor e as cadeiras na prefeitura de Tracunhém. O professor, a gente queria o daqui. A

prefeita aceitou, mas depois a gente teve de brigar pelas cadeiras que ela precisou e veio buscar. Ainda hoje a gente briga.
(Entrevistada n.11)

O importante neste relato é o compromisso da entrevistada com o movimento e com as necessidades das famílias acampadas. No meio rural, essa é uma iniciativa que chama a atenção pela direção social do pleito e a proposta de negociação com uma ação política de grande significação para todos. A mulher deixa o enclausuramento de dona-de-casa e se coloca no patamar das ações coletivas, ignorando a desigualdade de gênero e assumindo uma nova identidade.

O mesmo poderia dizer-se de sua participação na militância, ao organizar pedágios ou interditar rodovias durante algumas horas para atrair a imprensa e tornar públicas situações de carência vivenciadas no acampamento. Através das ações políticas desenvolvidas, as mulheres do acampamento se mostram conscientes de suas atribuições diferente e assumem criticamente uma outra posição no código de gênero que pode representar um avanço na construção de uma nova hegemonia.

Essa posição é objeto de reconhecimento pela comunidade mais próxima (feministas, pesquisadoras etc.). Recentemente, com o agravamento do conflito entre acampados e a Companhia Brasileira de Equipamento – CBE -, que reivindica a imissão de posse da terra mais uma vez, o desempenho das mulheres mostrou-se decisivo na esfera política, seja em termos de negociação, conciliação de decisão, seja no confronto permanente com o executivo e o judiciário, apoiados pelo sistema de poder repressivo da polícia do Estado.

No acampamento, essa situação se torna representativa, sobretudo no período de despejo, quando se colocam frente a frente representantes das classes rurais e o Estado como suposto mediador. Os grupos de articulações são também acionados pela parte que detém menor poder econômico e político no processo de luta. O aparato policial do Estado atua para manter a ordem dominante. A liderança intelectual conduz a negociação, tentando evitar o confronto e estimulando a manutenção da luta pelo grupo revolucionário.

Segundo os depoimentos, as mulheres encontram dificuldade para intervir durante tais confrontos no acampamento. Primeiro, falta-lhes a vivência, e além disso ainda enfrentam o preconceito e o descrédito dos companheiros de luta por sua condição de sexo. Nessa ocasião, as diferenças de gênero afloram no seio da luta, e são privilegiadas as estratégias de ação apresentadas pelos companheiros masculinos. As mulheres são freqüentemente testadas e convocadas a provarem com fatos a eficiência de suas propostas, o que nem sempre têm a possibilidade de fazê-lo pela ambigüidade das situações. As ações são exigidas ao mesmo tempo em que as condições para efetua-las são negadas.

Os líderes da CPT, exceto aqueles sensíveis à questão de gênero, assumem posição semelhante no trato com as mulheres. As idéias masculinas devem prevalecer, principalmente porque na ação está embutida a ideologia do forte/fraco, que faz a diferença entre os sexos. Desse modo, nas ocasiões de confronto com a polícia, é a força física o principal atributo valorizado e, nesse caso, a mulher passa a ser vista como “incapaz”. Elas agem por concessão. Somente quando as alternativas apresentadas pelo masculino denotam esgotamento, as mulheres colocam em prática

suas propostas de ação. No manto da fraqueza que lhes é atribuída, elas movem suas estratégias para o confronto na luta.

Por exemplo, a polícia desacredita na atuação da mulher e, conseqüentemente, a subestima. Deixa as coisas acontecerem porque tem um conceito pré-formado de que a mulher não sabe atuar no coletivo, o que lhe permite certa margem de manobra. Isso ocorreu no acampamento Prado quando um grupo de mulheres assumiu a vanguarda da luta. No momento mais crítico do conflito, elas conseguiram o domínio da situação e mudaram as regras do jogo. Não ganharam a luta, mas venceram uma batalha; não conquistaram a terra, mas assumiram a direção dessa luta, ganhando, naquele momento, o reconhecimento dos companheiros pela ação política realizada coletivamente. Superam-se, assim, pela via do descrédito de são objeto no acampamento para esse tipo de atividade. Na fala da entrevistada, empreenderam uma das ações mais importantes naquele processo de luta pela terra e abriram precedente para consegui-la.

Depois da ação do usineiro, que pegou a gente desprevenida e destruiu nossas lavouras, ficou todo mundo desapontado e desanimado. Ninguém sabia o que pensar pra enfrentar a situação. Enquanto a gente ficou parada, os tratores araram nossas terras pra plantar cana.

As mulheres se juntaram, e a gente conversou a fim de enfrentar a polícia e os empregados da usina. A gente pediu uma assembléia e levou a proposta para fazer um mutirão só de mulheres. Os homens falaram: "Vocês vão apanhar, vão sair de lá correndo, de rabo baixo, que a terra o homem já gradeou". A gente defendeu: "Não é, não, minha gente. Vamos lá, vocês vão ver, a gente vai conseguir". Muitos na assembléia votaram contra, mas a proposta passou. Foram só quatorze mulheres do Chico Mendes I, porque

não deu tempo de organizar os quatro grupos de acampados. Aí, a gente começou a plantar nas terras de um companheiro que tinha negociado com o latifundiário.

A caravana toda juntinha, metade ia cavando e metade plantando. Quando tinha plantado metade da terra chegaram dois carros de polícia, um bocado de moto da usina e a TV Tribuna. Foram falar com a gente. Nós dissemos que aquela terra era do coletivo das mulheres que o homem tinha vendido. A gente mentiu. Ali valia tudo. Eles perguntaram: Onde começa a terra de vocês?” A gente apontou pro lado e disse: É uma área assim...” Plantamos a área que a usina tinha gradeado e continuamos avançando. Mais tarde, chegou um empregado da usina e disse: “Mas a área de vocês não era só até aqui? Já avançaram essa área toda?” A gente começou a cantar e falar palavra de ordem.

Dois dias depois, fizemos o mutirão de mulheres dos quatro acampamentos. Nesse dia, a gente se preparou pra quebrar a máquina da TV Tribuna. Quando a gente avançou pra cima deles, o empregado da usina pediu pra eles saírem. Depois, chegou outro empregado da usina, todo suado, sufocado. Só faltou botar a mão na cabeça e dizer: “Eu não sei o que fazer com essas mulheres!” A gente já tinha plantado um pedaço de terra. A polícia disse: “Se vocês não tiverem saído até duas horas, vão todas presas”. Ninguém parou. Depois, deu novo prazo. Ninguém ligou. A gente escutava os policiais dizer: “Os homens do acampamento deviam usar saia.”

Depois desse segundo mutirão das mulheres, o povo do acampamento viu que eles não queriam bater nem matar. Estavam com medo. A partir daí, todo mundo se animou. Juntou homens e mulheres e fez vários mutirões pra arrancar a cana que o latifundiário tinha plantado em nossas terras. As ações não

pararam, e ninguém ficou mais com medo de enfrentar a luta. Eles estão com muito cuidado pra não derramar sangue.

O depoimento fala por si mesmo, dispensa comentários e empolga pela emoção e compromisso das mulheres com a luta.

Na luta pela terra, a cada momento, pode surgir algo novo no comportamento das mulheres que estão se iniciando nessa prática, na qual a mulher desenvolve a consciência para agir como sujeito ativo ao estabelecer parâmetros de ação estrategicamente pensados, pautando-se no conhecimento da realidade que deseja mudar. Nesse mesmo jogo, (re)constroem sua identidade e, ao mudarem a realidade, mudam a si mesmas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abordagem sobre a condição da mulher na sociedade envolve um vasto leque de questões e possibilidades. Neste estudo, ficou evidenciada, em primeiro lugar, a característica praticamente universal da desigualdade entre homens e mulheres, que se manifesta com maior ou menor intensidade segundo as condições históricas. Esse é um dos aspectos que se destaca na análise, quando se procura reconstituir a forma como essa relação se estrutura, naturaliza e adquire características ao longo da História. As circunstâncias que marcaram a organização das relações sociais, como a exclusão da mulher da linha de sucessão e da gestão do patrimônio da família, e as limitações impostas na área da educação, criaram condições para que as relações entre homens e mulheres fossem hierarquizadas.

A explicação da condição feminina na sociedade tem sido objeto de diferentes abordagens teóricas. A vertente do patriarcado procura explicá-la com fundamento no patrimônio. Nessa ótica, a mulher, os bens e toda a família extensiva fazem parte do patrimônio familiar, que deve ser administrado exclusivamente pelo patriarca. A submissão da mulher ocorria com o seu consentimento, em respeito aos costumes, aos valores e à tradição.

Uma outra abordagem recorre à divisão sexual do trabalho para explicar a submissão feminina na sociedade. Essa condição seria determinada pelo processo de socialização orientado pela divisão sexual do trabalho. Iniciado na família, esse processo atinge as várias dimensões da vida da mulher nos espaços conquistados.

Essa tendência da socialização continua a manifestar-se no âmbito público através da formação de guetos nas diversas profissões, da diferença de remuneração da força do trabalho e das peculiaridades da exploração do feminino.

Na contemporaneidade, tem prevalecido, no entanto, a teoria de gênero para explicar a condição da mulher na sociedade, a partir da premissa de que essa posição se constrói nas relações sociais no cotidiano. Um dos grandes avanços nessa área de estudo, nas duas últimas décadas, deu-se com a consolidação do conceito de gênero, que contribuiu para desnaturalizar o que seriam as características do ser homem ou ser mulher e, mais que isso, separar o sexo biológico dos atributos sociais do que se identifica como feminino e masculino. Na verdade, aquilo que caracteriza a formação biológica não possui vinculação intrínseca com o que se irá assimilar e incorporar como características do ser homem ou ser mulher. Os “atributos” comportamentais que definem a identidade não são naturais à condição humana, mas fundamentalmente sociais, e mudam historicamente.

Os resultados do estudo mostram que, em relação às mulheres do campo, as discriminações e restrições foram criadas enfocando os lugares que deveriam ocupar socialmente, com base na idéia de lugares naturais, mas tais restrições podem ser alteradas, reconstruídas e redefinidas nas relações sociais.

Certamente, no que tange ao gênero, a formação histórica brasileira, sobretudo no Nordeste, constitui um antecedente marcante na construção do lugar político e social das mulheres, tendo como base a separação artificial entre a esfera privada e a pública. Às mulheres era reservado apenas o âmbito privado, posição que foi reforçada pelo pensamento moderno. A atividade política cabia aos homens, não obstante as mulheres

se fizessem presentes na esfera produtiva. Daí, observa-se também a negação da condição de cidadã à mulher.

Na medida em que a cidadania é reconhecida, já com certos direitos garantidos, as mulheres se defrontam com limitações que dizem respeito à própria sobrevivência e a de seu grupo familiar. No Brasil, foi muito importante, nesse sentido, o processo de redemocratização do país, no qual as mulheres tiveram uma participação expressiva, seguindo-se a criação de órgãos institucionais especialmente voltados para a implementação de políticas públicas com o enfoque de gênero. O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, criado em 1985, reflete o reconhecimento da necessidade de coibir ou punir a discriminação e a opressão à mulher, seja no trabalho, seja no âmbito doméstico. Com a Constituição de 1988, o debate sobre a condição feminina ganha visibilidade. A mobilização das mulheres nos movimentos sociais é ampliada e impulsiona as reivindicações não só pelos direitos individuais, como a licença maternidade, mas também pelas políticas públicas relacionadas com a família, como saúde, educação, emprego e renda, e outras reivindicações que tinham impacto direto sobre a vida das mulheres. No campo, elas são sensibilizadas pela questão da terra que se relaciona de perto com o direito ao trabalho.

A luta pelo direito à terra ocorre em Pernambuco, principalmente nos espaços ocupados pelo latifúndio, a exemplo de Tracunhaém na Zona da Mata, onde se realizou este estudo. Nessa área, com o apoio da CPT, as mulheres, sozinhas ou com suas famílias, participam da ocupação das terras ociosas dos engenhos e, através de suas intervenções, defendem o acesso à terra e, ao mesmo tempo, denunciam o tratamento desigual dispensado ao feminino num cenário marcado pela ausência de intervenção e apoio do Estado em questões que envolvem a própria sobrevivência.

A expansão do capitalismo no campo, particularmente na Zona da Mata, contribuiu para reduzir a agricultura familiar e as oportunidades de trabalho nesse âmbito. Em decorrência, cresce a luta pelo trabalho e se expandem as reivindicações pelos direitos sociais naquele meio, desde que o tipo de modernização adotado excluía os pequenos produtores e estimulava a concentração fundiária.

Os trabalhadores se organizam em movimentos sociais, abrindo um processo de luta pela redistribuição da terra, pela extinção da forma de exploração a que estavam sendo submetidos e por direitos trabalhistas para o homem rural.

A reivindicação da terra feita pelos trabalhadores não significa, necessariamente, transformação social. Em última análise, está alinhada à manutenção da propriedade privada, como preconiza o sistema capitalista. A grande importância dessa reivindicação encontra-se na abertura de canais de negociação entre as classes rurais e na criação de novos modelos para ampliar a agricultura familiar, que sempre foi espaço de atuação feminina. Além disso, abre possibilidades para inserir a mulher na luta política e, conseqüentemente, (re)construir uma nova identidade.

No campo político, as mulheres, particularmente as do acampamento Prado, desenvolvem potencial crítico e constroem um espaço de liberdade e autonomia para atuar na luta como sujeito capaz de inovar, criar valores, e não apenas legitimá-los. Ao colocar-se no seio da luta pelo acesso à terra, a mulher adquire senso crítico para rever princípios de vida que guiaram sua visão de mundo e dessa forma ameaçar a hegemonia da relação de gênero. Através da participação no movimento social, as entrevistadas fazem uma outra leitura da realidade e criam alternativas de desempenho no espaço coletivo e na privacidade das relações familiares.

Este trabalho mostra que, ao participarem de um projeto coletivo, as mulheres tentam viabilizar mudanças nas regras sociais vigentes através de suas práticas e abrem caminhos para redimensionar aspectos da vida no meio rural, elaborando outros significados e re-funcionamentos. Conquistam direitos a serem efetivados pelo Estado, inserem-se nas relações de mercado e reorientam a divisão sexual do trabalho.

Conseguem tal feito no espaço coletivo do acampamento rural, que compreende uma história de várias batalhas empreendidas por famílias destituídas de meios de produção e acuadas pelo desemprego.

O acampamento representa o foro onde, ao mesmo tempo, praticam a aprendizagem ensinando e se educam educando. Nesse ambiente, as mulheres vivenciam experiências políticas, principalmente através do trabalho da CPT, que é essencialmente educativo, alinhado à ação pastoral da Igreja Católica. Assim, essa entidade prepara os indivíduos para conviverem coletivamente, deixando sob sua responsabilidade a tarefa de criar as regras que irão orientar o convívio grupal. O passo inicial para o exercício democrático consiste em delegar a cada grupo a missão de se auto-governar e estabelecer sua própria sistemática de representação na organização interna e no meio externo, junto ao poder local. Dessa forma, a CPT assume a condição de mediadora entre os trabalhadores, as instituições políticas e o Estado, passando a responsabilidade do trabalho político aos próprios trabalhadores, mantendo-se, evidentemente na retaguarda como base de apoio ao grupo, delegando-lhe, porém o direito de decidir.

No quadro ideológico em que atua, a CPT defende a ocupação da terra segundo o princípio ético de justiça social, levando os trabalhadores a refletirem sobre as razões e os custos políticos de suas ações. Acompanha à distância a convivência do grupo, e

somente em ocasião de impasse de interesses, faz-se presente para ajudar na negociação. Orienta os trabalhadores a organizarem estratégias de ação política em conjunto com outros movimentos sociais afins, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento da luta implementada pelos sujeitos sociais.

Com essa perspectiva, a CPT não apenas congrega os trabalhadores rurais em torno do movimento, mas cria condições para que acompanhem as tendências atuais de modalidade de organização no campo, como também incentiva e fortalece a organização dos trabalhadores da terra. Trata-se de uma “força desarmadora”, constituída basicamente por um processo educativo que inclui a análise explicativa da realidade social e a denúncia das injustiças ocorridas no meio rural, possibilitando autonomia aos trabalhadores para que se tornem protagonistas da própria trajetória.

Mesmo com a abertura que a CPT vem mostrando em suas ações, as trabalhadoras apontam a metodologia pastoral adotada por essa entidade como mecanismo que contribui para arrefecer a sua luta política. Vale salientar, no entanto, que talvez o problema do arrefecimento não se encontre no lado pastoral, como entendem as trabalhadoras, mas nas próprias raízes da Igreja Católica, que se estabeleceu como o maior latifundiário da História. Afinal, a CPT se coloca como intelectual do movimento de luta pela terra, tem afinidade ideológica com a classe, mas não faz parte dela. Como já dizia Gramsci (apud SCHERER-WARREM, 1984), o indivíduo do grupo subalterno “sente”, mas nem sempre compreende ou sabe; e o intelectual que não vem do grupo subalterno “sabe”, mas nem sempre compreende e, muito menos, sente.

As mulheres do acampamento que hoje exercem a crítica saíram do meio em que estavam integradas permanentemente ao espaço da produção, mas sem a

possibilidade da articulação política. O sindicato rural onde tal ação poderia ser praticada foi, por longo tempo, vetado às mulheres. Sua interação política somente ganha visibilidade com a existência do conflito no campo que se torna um imperativo necessário à organização das mulheres nos movimentos sociais rurais.

A participação delas no movimento de luta pela terra abre possibilidades para que se tornem visíveis nos conflitos e embates com proprietários rurais e no enfrentamento do poder repressivo da polícia do governo. Nesse contexto, elas potencializam a redefinição do seu espaço político.

Ao assumirem a luta nesse campo, essas mulheres enfrentam dificuldades internas em vista da socialização recebida, que preconiza um lugar diferente para elas. Após sete anos de luta, a participação efetiva e visível das mulheres acampadas garante sua representatividade no processo decisório. Reserva-se um lugar para elas que pressupõe uma visão de mundo expressada num projeto de vida diferente daquele idealizado pela classe dominante. Na nova realidade, buscam uma perspectiva subjetiva em que constroem e (re)constroem a sua identidade. Estão atentas à condição do sujeito sexuado e à necessidade de uma ideologia que, mais do que donas-de-casa e mães, as considere sujeitos do espaço público com intervenção coletiva na prática.

As mulheres pesquisadas têm utilizado esse espaço, orientando-se por idéias e práticas que eliminam a subordinação e a super ordenação peculiares a hegemonia masculina. Entre as acampadas, o processo democrático é aprofundado pela transformação das relações de poder em relações de autoridade partilhada, pela substituição do senso comum regulador por um outro emancipatório.

Nesse contexto de intervenção, aprendem a entender a ação do outro, como abordar os problemas de cada um, suportar a agressividade, acalmar os ânimos, ser dura e agressiva ao contestar a situação, e mais que tudo isso, sensibilizar os companheiros para que assumam parte das responsabilidades da casa, colocando-se contra a idéia de que lhes devem obediência ou somente existem para servi-los (à sua sexualidade, inclusive).

As mulheres do acampamento re-significam o casamento institucional como formalidade dispensável já que nada têm para dividir. Os direitos instituídos no matrimônio estão atrelados à herança patrimonial, sendo, portanto, dispensável a quem sequer tem a quem vender diariamente sua força de trabalho, situação comum às mulheres e homens do acampamento. Aquelas mulheres já não pensam o casamento essencialmente como a porta do paraíso, com a ilusão de que nele irão encontrar a libertação e um “príncipe” para viver o sonho de Cinderela, mas como uma vivência com um companheiro solidário para dividir responsabilidades, despesas, casa, comida, cama, e construir uma família.

Re-significam a socialização, principalmente no que diz respeito à divisão das tarefas domésticas, uma vez que meninos são iniciados no trabalho da casa, além de que, tem ocorrido mudança nas relações de gênero no que diz respeito à produção. O valor do trabalho, adotando como referência a sua prática cotidiana, é também revisto. Entendem que trabalham na roça, na casa e na ação política, e, assim, se estabelecem no espaço público onde desenvolvem as práticas políticas. No conjunto de ambivalências, essas mulheres dividem a condição de provedor do lar com o marido, desencadeando um leque de mudanças na cultura ética da família e no conjunto dos trabalhadores. Livre da dependência financeira, não mais rendem obediência ao

marido ou companheiro, e vivem a liberdade de escolher aquilo de que gostam e o que quer, prerrogativa que comunga com os filhos.

As mulheres, no entanto, promovem mudanças nas relações de gênero, mas, nos limites da hegemonia. Criam espaços de atuação através dos movimentos sociais, interligam-se a outros movimentos e redes institucionais com vistas a dar visibilidade aos limites e às regras que dificultam o exercício da cidadania. Na realidade histórica, associam-se a um projeto de mudança onde prevalecem interesses/necessidades comuns, e através das atividades desenvolvidas, tornam-se fontes geradoras de criatividade e inovações sócio-culturais.

A experiência das mulheres acampadas no Engenho Prado se recria cotidianamente na adversidade das situações que enfrentam. Concentram energias para resistir ao velho, ao tradicional, às injustiças e às desigualdades. Dessa forma, constituem uma fonte de revitalização na construção do novo.

As mulheres do acampamento lutam pela defesa de um direito e, nessa luta, têm se destacado por sua atuação, construindo demandas em função de suas carências socioeconômicas e criando uma frente de luta contra as discriminações. Buscam superar as desigualdades de gênero e seus reflexos nos processos de participação e representação no interior do próprio movimento.

Sob esse aspecto, importa considerar a construção dos novos valores no cotidiano do acampamento, que se estendem à dinâmica do grupo familiar, à esfera da produção e, em especial, à organização e participação das mulheres. Entende-se que a hegemonia de gênero supõe um componente de classe e que a mudança das condições econômicas é, sem dúvida, condição necessária (embora não suficiente) para a transformação também nas relações de gênero.

Dessa forma, deixa-se à guisa de conclusão: a luta movida para ocupar a terra tem profundo reflexo na questão de gênero. É possível introduzir mudanças nos espaços de dominação, começando pelos valores. A mulher (re)constrói a identidade de gênero no movimento de luta pelo acesso à terra. As mulheres do acampamento estão investindo na mudança de cultura e, através de sua história, estão construindo outra história de mulheres.

REFERÊNCIAS

ALAMBERT, Zuleika. **Feminismo**: o ponto de vista marxista. São Paulo: Nobel, 1986.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

ANDRADE, Manuel Correia de. **História econômica e administrativa do Brasil**. São Paulo: Atlas, 1982.

_____. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1986.

ANDRADE NETO, Joaquim Correia Xavier de. **O Estado e a agricultura canavieira do Nordeste oriental**: modernização e proletarização. 1990. Tese (doutorado em geografia) instituto de Geografia e Ciências Humanas, universidade do Estado de São Paulo, São Paulo, 1990.

ANDRADE, Sandra Maria Correia de. A questão agrária no Nordeste. São Paulo em **Perspectiva**, São Paulo, v.11, n.2, p. 109-118, abr/jun. 1997.

ARANGO, Luz; LEÓN Magdalena; VIVEROS Mara (Orgs.) Estudios de género e identidad: desplazamientos teóricos. **Género e identidad**. Ensayos sobre lo femenino y lo masculino. Bogotá, Colombia: T/M editores, p. 21-35, 1995.

ARAÚJO, Maria Lia Corrêa de. Forças sociais e articulações políticas no encaminhamento da reforma agrária. In: PESSOA, Dirceu (Coord.) **Política Fundiária no Nordeste**: caminhos e descaminhos. Recife: Massangana, 1990. p. 143-168.

ARAÚJO Eliene. Mulheres do MST lutam pela terra. **Diário de Pernambuco**, Recife, 21 de junho 1998, Vida Urbana, Caderno C p. 58.

ARENDT, Hannah. **La condición humana**. Barcelona: Paidós, 1993.

ARRIAGADA Irma. **Mujeres rurales de América Latina y el Caribe**: resultados de programas y proyectos. Peru: Flora Tristán Ediciones, 1991.

ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS. **Políticas públicas para mulheres no Brasil**: Balanço nacional cinco anos após Beijiing. Brasília, AMB, 2000.

AZEVEDO, Fernando Antônio. **As Ligas Camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BANDEIRA, Lourdes Maria. Divisão sexual do trabalho: práticas simbólicas e práticas sociais. In: SIQUEIRA, Deise E. (Org.) **Relações de trabalho, relações de poder**. Brasília: ed. Universidade de Brasília, 1997. p.155-175.

BARBIERE, Terezita. **Sobre a categoria gênero**: uma introdução teórico-metodológica. Recife: SOS CORPO, 1993.

BASTOS, Elide Rugai. **As ligas Camponesas**. Petrópolis: Vozes, 1984.

BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de política**. 4. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1999.

BRASIL. **Código Civil e legislação civil em vigor**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

BRUSCHINI, Cristina. **Mulher, casa e trabalho**. São Paulo: Vértice, 1990.

BUENO, Ricardo. **Pró-Álcool**: rumo ao desastre. Petrópolis: Vozes, 1981.

CANCLINE, N. Garcia. **Las culturas populares en el capitalismo**. México: Nueva imagen, 1982.

_____. Gramsci e as culturas na América Latina. In: COUTINHO C. Nelson (Org.). **Gramsci e a América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

CARSON, Alejandro Cervantes. Entrelaçando consensos: reflexões sobre a dimensão social da identidade de gênero da mulher. **Cadernos Pagu**, Núcleo de Estudos de Gênero/Unicamp, Campinas, SP, n (4) p. 187-218, 1995.

CARVALHO FILHO, José Juliano de. Política fundiária: oportunidades perdidas, revolução cultural e lampedusa. São Paulo em **Perspectiva** v.11, n.2, p. 26-34, abr./jun. 1997.

CASTELLANOS, Gabriela. Existe la mujer Género, lenguaje y cultura. In: ARANGO, Luz; LEÓN, Magdalena; VIVEROS, Mara (Orgs). **Género e identidad**. Ensayos sobre lo femenino y lo masculino. Bogotá, Colombia: T/M editores, p. 39-59, 1995.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Nadya Araújo; GUIMARÃES, Iracema Brandão. Divisão Sexual do Trabalho, produção e reprodução. In: SIQUEIRA Deis E. (Org.). **Relações de trabalho, relações de poder**. Brasília: Editora Universitária, 1997 p. 177-211.

COBO, Rosa. **Fundamentos del patriarcado moderno**. Jean Jacques Rousseau. Madrid: Cátedra, 1995.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - CPT. **Mandato de segurança** n. 23.173-4/PE, 1998.

_____. **cadastro dos acampados**. Recife, 2004.

CORIA, Clara. **O sexo oculto do dinheiro**: formas de dependência feminina. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1996.

COSTA, Ana Alice Alcântara. **As donas no poder**: mulher e política na Bahia. Salvador: NEIN/UFBa, 1998.

DEBRUM, Michel. **Filosofia, política e bom senso**. Campinas: ed. Unicamp, 2001.

DEERE, Carmen D.; LEÓN, Magdalena. **O empoderamento da mulher**: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2002.

DREIFUSS, René Armand. **1964**: conquista do Estado, ação política, poder e golpe de classe. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

DURKHEIM, Emile. **As regras do método sociológico**. 6. ed. São Paulo: Nacional, 1978.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Global, 1984.

ESTATUTO DO TRABALHADOR RURAL. Coleção Contag, 1973.

FERRANTE, Vera Lúcia Botta. **Assentamentos rurais e agricultura regional**: contrapontos e ambigüidades. São Paulo, Puc, 1997.

Fibge - FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - **Censo Demográfico do Brasil**. Rio de Janeiro, 2000.

_____. População ocupada por sexo. **PNAD**, 2002

_____. **Sistema Ibge de Recuperação Automática** – Sidra, 2002 . Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protal.asp?z=t&o=1>. Acesso em: 15 mai 2004.

FISCHER, Izaura Rufino.; MELO, Lígia Albuquerque. **O trabalho feminino**: efeitos da modernização agrícola. Recife: Massangana, 1996.

FISCHER, Izaura Rufino. **A trabalhadora rural**: conscientização social e política na empresa agrícola moderna. Recife: Massangana, 2000.

_____. Assalariamento e conscientização: opostos que se atraem. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, VII, 2000, Brasília. **Anais ...** v. IV, Brasília: 2000, p. 59-65

FONSECA, Cláudia. Amor e família: vacas sagradas da nossa época. In: RIBEIRO, Ivete; RIBEIRO Ana Clara Torres (Orgs.). **Família em processos contemporâneos: Inovações culturais na sociedade brasileira**. São Paulo: Loyola, 1995 p. 69-89.

FRASER Nancy Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. In: SOUZA Jessé (Org.). **Democracia hoje**: Novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. p. 245-282.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 30. ed. Rio de Janeiro: Record, 1995, p. 255-300.

FUKUI, Lia Freitas Garcia. **Sertão e bairro rural**. São Paulo: Ática, 1979.

G. MOLINA, Natacha. Em direção a uma nova maneira de fazer e pensar a política. In: CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ASSESSORIA - Cfemea. **Mulheres no comando**. Brasília, 1999, p. 11-14.

GILES, Thomas R. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: EPU, 1993.

GIULIANI, Paola Cappellin. Silenciosas e combativas: as contribuições das mulheres na estrutura sindical no Nordeste. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (orgs.). **Rebeldia e submissão**. São Paulo: Vértice, 1989.

GOUVEIA, Taciana Maria de Vasconcelos. **Repensando alguns conceitos**: sujeito, representação social e identidade coletiva. 1993. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-graduação em Sociologia. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1993.

GRAMSCI, Antonio. **Obras escolhidas**. Lisboa: Estampa, 1974.

_____. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

_____. **Cadernos do Cácere**: temas de cultura, ação católica, americanismo e fordismo. (eds.) COUTINHO, Carlos Nelson; NOGUEIRA, Marco Aurélio; HENRIQUES, Luiz Sérgio. v. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRAZIANO DA SILVA, José et al. Evolução das ocupações agrícolas e não agrícolas no Estado de Pernambuco. **O novo rural brasileiro** (uma análise estadual - Nordeste)

São Paulo: Embrapa, 2000. Disponível em: <www.eco.unicamp.br/projeto_rurbano.html>. Acesso em: 26 jun. 2003.

HAMASAKI, Cláudia Sati. **O setor sulcroalcooleiro e seus trabalhadores: emprego e pobreza na Zona da Mata de Pernambuco**. 1997. Dissertação (Mestrado em economia) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Economia. Programa Integrado de Pós-graduação em Economia e Sociologia, Pimes, Recife 1997.

HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho**: um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2002.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 4. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1963.

HUNT, E. K. **História do pensamento econômico**: uma perspectiva crítica. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1982.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - Incra. **Estatísticas Cadastrais** - situação em 1998. Disponível em: <http://www.incra.gov.br>. Acesso em: 14 out. 2003.

_____. **Cadastro das famílias assentadas**. Recife, 2004.

Karl, Marilee. **O papel crucial das mulheres na segurança alimentar**. FAO, 2000. disponível em: <http://www.aleitamento.org.br/marilee2.htm>. Acesso em: 7 out. 2003.

KERGOAT, Danièle. **O sexo do trabalho**. Rio de Janeiro,: Paz e Terra, 1986.

MACHADO Eduardo Paes (Coord.). **Poder e participação política no campo**. São Paulo: Hucitec, 1987.

_____. **Vida cotidiana, enigmas e revelações.** São Paulo: Cortez, 2003.

MARTINS, José de Souza. A questão agrária brasileira e o papel do MST. In: STÉDILI, João Pedro (Org). **A reforma agrária e a luta do MST.** 2. ed. Rev. Petrópolis, Vozes, 1997. p. 11-76.

MARX, Karl. **O dezoito brumário de Louis Bonaparte.** 3. ed. São Paulo: Centauro, 2003.

MEDEIROS, Leonides de. **História dos movimentos sociais no campo.** Rio de Janeiro: Fase, 1989.

MEDEIROS, Roseana Borges de. **Reforma agrária no papel:** legislação verso aplicação. UFRPE/ Departamento de Letras e Ciências Humanas. Recife, 1998.

MELO, Hildete P. **O trabalho feminino no mundo rural.** T:D UFF 140/00. Rio de Janeiro: UFF, 2002.

MICHEL, Andrée. **El feminismo.** México: CREA, 1983.

MIELE, Neide. **A mulher na palha da cana.** 1985. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-graduação da Faculdade de Sociologia. Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande PB, 1985.

MIES, Maria. **Patriarchy and Accumulation on a World Scale:** Women in the International Division of Labor. London: Zed Books Ltda. 1989.

MOVIMENTO DE MULHERES TRABALHADORAS DO BREJO PARAIBANO- MMT. 1º Encontro de Mulheres Trabalhadoras. 1986, Guarabira - PB, **Relatório.**

NAVARRO, Zander. Sete teses equivocadas sobre as lutas sociais no campo: o MST e a reforma agrária. Brasil Agrário. São Paulo em **Perspectiva**, São Paulo, v.11, n.2, 86-93 abr/un. 1997.

NORONHA, Olinda Maria. **De camponesa a “madame”**: Trabalho feminino e relações de saber no meio rural. São Paulo: Lyola, 1986.

OLIVEIRA, Rosiska Darcy de. **Elogio da diferença**: o feminino emergente. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

PENNA, Maura. **O que faz ser nordestino**: identidades sociais, interesses e o escândalo Erundina. São Paulo: Cortez, 1992.

Pnud . Índice de Desenvolvimento Humano. Disponível em <http://www.pnud.org.br>
Acesso em: 23 set. 2003.

PAOLI, Maria Célia. Lugar, imagem e movimento. In: HEILBRONER, Franchetto & Cavalcanti (eds.). **Perspectivas antropológicas da mulher**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984, p. 63-100.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

PERROT, Michelle. Mulheres públicas. São Paulo: UNESP, 1998.

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. Igualdade e especificidade. In: PINSKI, Jaime; PINSKI, Carla Bassanezi (Orgs.) **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003.

POCHMANN, Márcio; AMORIM, Ricardo (Orgs). **Atlas de exclusão social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico**. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PUTTINI, Rodolfo Franco. **O conceito de Cultura em Antonio Gramsci**: desde as crônicas turinenses aos Cadernos do Cárcere. Dissertação (mestrado em Filosofia, Letras e Ciências Humanas) - Programa de Pós-graduação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Constituição de 1988**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

_____. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1934. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao Acesso em 23 nov. 2003.

RODRIGUES, João Batista Cascudo. **A mulher brasileira**: direitos políticos e civis. 3. ed. Brasília: Senado Federal, 1993.

ROSALDO Michelle. O uso e o abuso da antropologia: reflexões sobre o feminismo e o entendimento intelectual. **Horizontes Antropológicos**, São Paulo, ano 1, n. 1, p. 12-35 jan/jun. 1995.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **Do Contrato Social: Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens**. 2.ed São Paulo: Abril Cultural, 1978.

_____. **Emilio ou da educação**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

RUFINO Izaura, PESSOA, Lúgia. A posição da mulher na reforma agrária. In: PESSOA, Dirceu. **A política fundiária no Nordeste**. Recife, Massangana, 1990, p. 361-384.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. **Do artesanal ao industrial**: a exploração da mulher. São Paulo, Hucitec, 1981.

_____. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

_____. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. p. 183-215.

_____. Introdução. In: FISCHER, Izaura R.; MELO, Lúgia Albuquerque de. **O trabalho feminino**: efeitos da modernização agrícola. Recife: Massangana, 1996, p. 9-19.

SAMPAIO, Yoni; FERREIRA Irmão; GOMES, Gustavo Maia. **Política agrícola no Nordeste**: intenções e resultados. Curso de Mestrado em Economia CME – Pimes Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1978.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Cidadania sem fronteiras**: ações coletivas na era da globalização. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **Sujeitos emergentes**: práticas e valores. Brasília: CNBB, 1993.

_____. **Movimentos sociais**: um ensaio de interpretação sociológica. Santa Catarina: UFSC, 1984.

SCHOLZ, Roswitha. O valor é o homem. **Novos Estudos Cebrap** São Paulo: n.45, p.15-36, julho, 1996.

SCOTT Joan. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. Recife, SOS CORPO, 1991.

SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO. **Mortalidade na infância**. Sim/Uie/Servs/Ses - PE, 2004.

SIGAUD, Lygia. **Os clandestinos e os direitos**: estudo sobre trabalhadores da cana em Pernambuco. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

SILVA, Lígia Osório. As leis agrárias e o latifúndio improdutivo. São Paulo em **Perspectiva**, São Paulo, v.11, n.2, 15-25, abr/jun. 1997.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Mulheres brancas no fim do período colonial. **Cadernos Pagu**. Núcleo de Estudos de Gênero/Unicamp, Campinas, SP, n. 4, p. 75-96, 1995.

SILVA, Zélia Maria Pereira da. **O fio mágico das rendeiras**: a ação política das mulheres na redefinição das relações de gênero. 1992. Tese (doutorado em Serviço Social) - Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Pontífice Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1992

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

STÉDILE, João Pedro (Org). **A reforma agrária e a luta do MST**. 2. ed. Petrópolis, Vozes, 1997.

STÉDILE, João Pedro; FRNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente**: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Perceu Abramo, 1999.

SUÁREZ, Maria Teresa Sales de M. et al. **Açúcar**: realidade e política. Recife, Comunicações 11, UFPE/ Pimes, 1975.

TOURAINE, Alain. **Movimentos sociais e ideologias nas sociedades dependentes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. **Palavra e sangue**. Política e sociedade na América Latina. São Paulo: Trajetória cultural, 1989.

VALLE JÚNIOR, Raul David do. Reforma agrária brasileira: síntese histórica e impasse atual. **Perspectiva**, São Paulo, v. 11 n.2, p. 35-41, abr./jun. 1997.

VERUCCI, Florisa; TABAK, Fanny. **A difícil igualdade**: os direitos da mulher como direitos humanos. Rio de Janeiro: Dumará, 1994.

VIEIRA, Carlos Eduardo. **Historicismo, cultura e formação humana no pensamento de Antonio Gramsci**. 1999. Tese (doutorado em Educação: História e Filosofia) - Programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação, Pontífice Universidade Católica, São Paulo, 1999.

VIVEROS, Mara. Saberes y Dolores secretos. Mujeres, salud e identidad. In: ARANGO, Luz; LEÓN, Magdalena; VIVEROS, Mara (Orgs). **Género e identidad**. Ensayos sobre lo femenino y lo masculino. Bogotá, Colombia: T/M editores, p. 149-167, 1995.

WANDERLEY, Maria de Nazaré Baudel. **Capital e propriedade fundiária, suas articulações na economia de Pernambuco**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

WEBER, Max. **Economía y sociedad**. Esbozo de sociología comprensiva. Fondo de Cultura Económica. México 1977.

APÊNDICE

- a) CARACTERIZAÇÃO DA ENTREVISTADA
- b) ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA
- c) INFORMAÇÕES (quantitativas) SOBRE A ENTREVISTADA

ANEXOS

PRADO: UMA HISTÓRIA DE LUTA E RESISTÊNCIA	- I
LITÍGIO JUDICIAL DURA MAIS DE 6 ANOS	- II
SAI DECRETO PARA DESAPROPRIAR ENGENHOS	- III
REFORMA AGRÁRIA	- IV

APÊNDICE

A) Caracterização da entrevistada

Condição Entrevistada	Posição na família	Chefia compartilhada	Estado civil	Instrução	Nº de filhos	Idade	Religião
01	chefe	não	vive maritalmente	8ª série	2	33	católica
02	chefe	sim	vive maritalmente	4ª série	4	36	evangélica
03	chefe	não	casada	8ª série	4	46	evangélica
04	chefe	sim	vive maritalmente	4ª série	5	30	evangélica
05	chefe	sim	vive maritalmente	5ª série	0	18	evangélica
06	chefe	sim	vive maritalmente	5ª série	2	20	católica
07	chefe	sim	vive maritalmente	1ª série	4	37	católica
08	chefe	sim	vive maritalmente	3ª série	3	32	católica
09	chefe	sim	vive maritalmente	4ª série	3	28	evangélica
10	Esposa	não	vive maritalmente	Assina o nome	8	38	evangélica
11	chefe	não	vive maritalmente	1ª série	2	42	católica
12	chefe	não	vive maritalmente	3ª série	10	55	evangélica
13	esposa	não	vive maritalmente	3ª série	3	30	evangélica

B) Roteiro da entrevista semi-estruturada

Esboço do Roteiro da Entrevista Semi-estruturada

I – A família como reprodução da representação feminina e o embate com a (re)construção da identidade de gênero.

a) aspectos físicos:

- tipo de residência (quem determinou como seria a casa);
- mobiliário (quem adquiriu, onde e como);
- situação da água (para o consumo e criação de animais);
- energia elétrica;

b) aspectos relacionais

- posição que ocupa na família;
- entendimento sobre a chefia familiar (o que é ser chefe de família);
- divisão de comandos e responsabilidades (divisão das atribuições e responsabilidades, em que situação, posição diante do marido);
- orçamento doméstico (composição, participantes, obrigação da feira);
- socialização (que transmite aos meninos e meninas no cotidiano do lar);
- o papel de dona-de-casa (o que é ser dona-de-casa, hoje);
- significado do casamento religioso e civil (como lhe foi ensinado e como ensina para os filhos);
- importância da religião para a família;
- o planejamento familiar (se faz ou não. Métodos que usa para evitar filhos);
- O exercício dos direitos morais na família (é ouvida, é consultada, a opinião é respeitada pelo marido, quando tem visita conversa junto com o marido)

II – A organização da produção, a identidade feminina frente a sua representação social

- área cultivada e culturas adotadas (produção regular, horta, pequenas culturas – quem participa e administra);
- culturas consorciadas (quem administra o quê);
- técnicas de cultivos adotadas no sistema de cultivo (tradicional, alternativo- como e quem aprendeu);
- tratos culturais (tradicional, alternativo – como e quem aprendeu);
- mercados abastecidos e sistema de comercialização (quem e como leva o produto ao mercado, quem comercializa, quem realiza a transação com o dinheiro);
- força de trabalho (atividades por sexo, horas trabalhadas, distância da residência ao mercado, atividades consorciadas: domésticas e produção);
- venda da força de trabalho (diária, mensal)
- sistema de trabalho (mutirão, associativo, cooperativo, individual - divisão por sexo);
- pecuária (ave, boi, cabra, peixe, abelha).

III - A interrelação da luta pela terra na (re)construção da identidade feminina

- a luta pela terra (participação por sexo e níveis de atuação na organização, como se viu e como se vê hoje, a representação);
- o que entende por reforma agrária (concepção);
- quem enfrenta maiores dificuldades na luta pela terra (homem/mulher/crianças, a representação);
- o que se aprende com a luta pela terra (conscientização);
- o direito a terra e a extensão a outros direitos;
- os direitos - a defesa, a garantia a promoção – como aprendeu
- a assistência jurídica (movimento social, sindicato, outro)

- A importância da terra está em nome da mulher (o choque com a representação);
- participação em sindicatos rurais (atividades meios ou fins, representação);
- participação em associações (atuação, representação);
- participação em movimento social (representação, atuação, como as mulheres são vistas e aceitas pelos companheiros);
- promoção de festas habituais no acampamento (quem organiza, recursos, administração, apresentação);
- o divórcio no casamento e a questão da terra (quem fica na terra, o processo de luta)
- a estabilidade e organização da família (a participação feminina na luta enfraquece ou reforça a estabilidade na família).

C) Informações sobre a mulher ocupante do engenho Prado

Data

Nome _____

Moradia atual: C. Mendes I
C. Mendes II
Penedinho
Taquara

Residência anterior:
Igarassu
Itapissuma
Araçoiaba
Itamaracá
L. de Itaenga

Outro _____

Chefe da família:

A mulher

O marido

Os dois

Número de pessoas da família :

Classificação da família:

Monoparental

Biparental

Número de filhos menores:

Masculino

Feminino

Número de filhos na escola:

Masculino

Feminino

ANEXOS

- Prado: uma história de luta e resistência - I (Sonia Freitas – CPT)
- Litígio judicial - II (Diário de Pernambuco
2-11-2003)
- Decreto para desapropriar engenhos - III (Diário de Pernambuco
27- 11-2003)
- Reforma agrária - IV (Brasil de Fato 3-9 jul
2003)

PRADO UMA HISTÓRIA DE LUTA E RESISTÊNCIA

1

Que Deus me ilumine
E me dê inspiração
Para que eu possa contar
Em versos a situação
Da vida do povo dos Prado
E da luta a Participação.

2

No ano de 1997
Esta história começou
Com 300 famílias Sem Terra
Em fevereiro as terras ocupou
O destino foi o Prado
Que a Fome o obrigou.

3

A maioria foram expulsas
De sua terra natal
No lugar de suas lavouras
Agora é só canavial
O destino viver na periferia
Vistos como marginal.

4

Essas famílias resolveram
Buscar os seus Direitos
Para viver com Dignidade
Na terra de todo jeito
Uma terra improdutiva
Boa, bonita sem defeito.

5

Lá levantaram os barracos
E jogaram a semente no chão
Logo veio o latifúndio
Sem pena e sem compaixão
Despeja os trabalhadores
Daquele belo torrão.

6

O Grupo João Santos
Da Usina Santa Teresa
Ricos e poderosos
E com mania de grandeza
Pensavam que estavam livres
Dos sem terra com certeza.

7

Os trabalhadores e trabalhadoras
Com o apóio da CPT
Não desistiram da luta
Acamparam pra valer
Só mudaram de lugar
Aqui é nossa terra, vamos vencer.

8

Eles eram dois grupos
Do Prado e de Taquara
Que também foram despejados
Vindos para a beira da estrada.
Dessa terra não vamos sair
Porque ela é jóia rara.

9

E o tempo foi passando
Muita lavoura produzindo
Abastecendo o Municípios
Que logo iam consumindo
Era o povo se organizando
E a fome diminuindo.

10

A família foi aumentando
E haja criança a nascer
Agora é Prado I e Prado II
A organização tem que ter
São três Acampamentos
E a luta não pode esmorecer.

11

Aí veio a necessidade
De batizar os Acampamentos
De Chico Mendes I e II
Nome de peso e talento
Taquara Ismael Filipe
Na luta o fortalecimento.

12

Nos anos 97 a 99
As terras foram Desapropriadas
Logo veio a Usina
E arma uma grande cilada
No Supremo Tribunal Federal
Anulam o Decreto que marmelada.

13

Mais a luta continuou
As famílias a resistir
Diz: Essa terra é nossa
E daqui não vamos sair
Temos que se organizar
E cada vez mais produzir.

14

E assim o povo vivia
Numa luta constante
O latifúndio não dar sossego
Um grupo muito arrogante
Mulher, homem, jovem e criança
Eram todos participantes.

15

Com apoios de Entidades
E da sociedade organizada
Tinham coletivo de Peixes
Hortas Comunitárias
De Plantas Medicinais e abelhas
Uma Vida Transformada.

16

Em março de 2003
Aumentaram os conflitos
O grupo João Santos
Com os olhos até no Infinito
Destrói parte das lavouras
Envenena outras, que atritos.

17

A ganância é tão grande
Desse grupo truçulento
Prepara a terra e planta cana
Para a produção ter aumento
Derruba Sítios, expulsa Moradores
Que grupo avarento.

18

Os Usineiros só pensam
Em aumentar a produção
Com a história do Proálcool
É cana de montão
E o povo não tem terra
Para plantar milho e feijão.

19

Eram máquinas e tratores
Destruindo a natureza
O que mais dói é ver
O povo na incerteza
A vida sendo ceifada
E sem o alimento na mesa.

20

Os trabalhadores e trabalhadoras
Tomaram uma posição
A Reforma Agrária é necessária
Para o bem dessa Nação
Vamos se articular
E defender nosso chão.

21

Diante de tantos conflitos
Com o povo trabalhador
A polícia fez da Casa Grande
Um quartel repressor
O Coronel Matos comandando
Era uma guerra sim Senhor.

22

O papel da polícia deve ser
Para proteger a sociedade
E não ficar a serviço
De latifúndio e autoridade
Que só massacram o povo
Criando desigualdade.

23

Diante desses fatos todos
Há uma boa articulação
Do povo trabalhador
Partindo sempre para Ação
Tocam fogo na Casa Grande
O quartel vai ao chão.

24

Esse fato aconteceu
Para dar visibilidade
A luta do povo trabalhador
Chamar atenção das Autoridades
Para fazer Reforma Agrária
Acabar com o latifúndio na verdade.

25

A sociedade tem que entender
Que as coisas só vai mudar
Com a população pressionando
E do governo cobrar
Pois o Direito só vem
Se o povo conquistar.

26

Um esclarecimento breve
Para quem conhece esta história
Os conflitos continuaram
Parece que tudo piora
No dia três de julho
As famílias são jogadas fora.

27

Na madrugada de três de Julho
O Juiz Carlos Maranhão
Dar a Reintegração de Posse
Sem dor e sem compaixão
A PE-41 foi interdita
E começa a operação.

28

Parecia mais uma guerra
Mais de 400 policiais
Entraram nos acampamentos
Nos seus cavalos sagaz
Com cachorros e muitos gritos
Acordam, crianças e seus pais.

29

Foi aquele reboiço
O povo em aflição
Prenderam logo três pessoas
Sem nenhuma explicação
Inclusive um menor
De catorze anos, então.

30

Ninguém podia chegar perto
Nem a Imprensa e Deputados
Mais de cinco quilômetros
O acesso interdito
Tinha que chegar a pé
Inclusive os Advogados.

31

As famílias foram despejadas
Mas no outro dia voltaram
Um Desembargador suspendeu
A Reintegração ficou claro
O povo arma os barracos
Aonde estavam acostumados.

32

Mais como diz o ditado
Alegria de pobre dura pouco
O tribunal de Justiça decide
Não podem ficar nem um pouco
As famílias resistiram
E dizem: Êta que sufoco.

33

Dai se forma uma Equipe
De Entidades Organizada
Parlamentares e outros
Começam as negociatas
Com o Governo do Estado
Pra soluções imediatas.

34

O governo ofereceu
Umas terras na Mata Norte
O povo foram olhar
Disseram: Não temos sorte
Lá nem presta a terra
E nem água de pote.

35

Não dar nem para um terço
Das famílias assentar
Talvez dê para criar bode
E o que vamos plantar?
A nossa terra é o prado
É lá que vamos ficar.

36

Foram três meses difíceis
De tentativas de negociação
Tudo que se podia fazer
A nível Estadual e de Nação
Contatos Internacionais
Não faltou articulação.

37

O povo trabalhador é forte
Não se rende com facilidade
Resiste igual a Mandacaru
Qualquer que seja a realidade
Prontos pra o que der e vier
E com bastante criatividade.

38

Quero chamar atenção
De bom o que aconteceu
Era tantas visitas no Prado
O povo se fortaleceu
Foram carreatas e alimentos
Que as famílias recebeu.

39

Foi tão bonito se ver
Tanta Solidariedade
Do povo até de Recife
E de outras Nacionalidade
De vários Países se preocuparam
Com gestos de Fraternidade.

40

Foi o povo em marcha
A sociedade organizada
Eram Bispos e o povo de Deus
Era a Partilha irmanada
Teve visita imagine só
De Dom Pedro Casaldáliga.

41

As famílias resistiram
E dos Prados não saíram
Tinham que cuidar do roçado
Protege-lo do inimigo
Colheram ainda bastante
Antes de tudo ser destruído.

42

Com o passar do tempo
Já fazia quatro meses
Lá vem tudo de novo
Diziam: Seus fregueses
Agora vamos expulsar
Não fica um de vocês.

43

No dia 30 de outubro
O povo ficou sabendo
Que iam ser despejados
Dia primeiro de novembro
E realmente aconteceu
O que a usina estava querendo.

44

De novo interditaram a pista
Não deixando ninguém passar
Uns quinhentos policiais
Chegaram pra massacrar
Cinco horas da manhã
Com ameaças o povo acordar.

45

Sem nem ler a Ordem
Da tal Reintegração
Foram logo violentando
E dando ordem de prisão
Para seis trabalhadores
E botando no camburão.

46

As famílias já estavam
Nas margens da PE-41
Mas por fim da força
Não era pra ficar nenhum
Spray de pimenta e balas de
Borrachas tiraram um por um.

47

Os trabalhadores outra vez
Vendo tudo destruído
Até os seus pertences
Com esforços adquiridos
Sem proteção, sem direito.
Sendo tudo diminuído.

48

As famílias foram obrigadas
A deixar o chão Sagrado
De onde tiravam o sustento
Dos seus lindos roçados
Vendo os pertences destruídos
Sem poder recupera-los.

49

Lá se vão outra vez
Para as margens da estrada
Perto da Cidade de Araçoiaba
Ali agora é a morada
Das trezentas famílias
Mais de cabeças levantadas.

50

De um lado o Exército
Que a cerca foi passando
Quando viram os sem terra
Os seus barracos armando
Do outro lado da pista
A cerca do latifúndio encostando.

51

Esqueci de falar antes
Que o Governo Federal
Uma Força Tarefa enviou
Para fazer a Vistoria tal
Nos engenhos que foi desmembrado
Dos Prados era o ideal.

52

A usina quis impedir
Mas a Vistoria aconteceu
O Decreto vai para Brasília
Para nas mãos de Zé Dirceu
Na Casa Civil pra ser analisado
E a agilidade não aconteceu.

53

Estava demorando muito
Para a Desapropriação
Só faltava o Presidente assinar
E não chegava em suas mãos
O povo resolveu ir a Brasília
E logo fazer pressão.

54

Cem trabalhadores partiram
Para Brasília o destino
Eram homens, mulheres
Jovens e muito menino
Todo dia tinha Ação
Organizados definindo.

55

Depois de tanta pressão
O povo comemorou
Dia vinte cinco de novembro
O Decreto Lula assinou
Taquara, tocos, Dependência, Papicú
Foram as terras que Desapropriou.

56

Foi aquela alegria
Foi aquela animação
Só que todos sabemos
Que o Grupo diz não
Supremo Tribunal Federal
É que vai dar a decisão.

57

A luta não para aqui
Vamos juntos pressionar
O INCRA não perder tempo
Imissão de Posse agilizar
E as trezentas famílias
Em paz poder trabalhar.

58

A luta é permanentemente
Não podemos desistir
Queremos a Reforma Agrária
O povo vai construir
Com Resistência e Rebeldia
Um Brasil Novo vai Florir.

59

E vamos colher muitos frutos
Com muita satisfação
Porque foram adquiridos
Com garra e organização
Com força Popular agindo
Para transformar a Nação.

60

Companheiras e Companheiros
Que fazem parte dessa história
Ofereço esses versos que fiz
Com muita alegria e Glória
O Brasil que Nós Queremos
Tem sabor de mel e gosto de Vitória.

Sônia Freitas Brandão.

LITÍGIO JUDICIAL

Incrá tenta desapropriação

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) está tentando agilizar a tramitação, em Brasília, do processo de vistoria realizado nos 2,5 mil hectares do Engenho Prado, em Tracunhaém. De acordo com a assessoria do órgão, o processo – que classifica as terras como improdutivas – foi transferido do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para a Casa Civil, onde será redigido à espera do decreto presidencial de desapropriação.

O superintendente regional do Incrá, João Farias, reiterou ontem, que uma equipe jurídica da Casa Civil está apreciando o processo para publicar a decisão na próxima semana. "A previsão é de que o decreto seja publicado na próxima semana. O presidente Lula se mostrou favorável ao caso", disse Farias.

Ao atender a um pedido do presidente Nacional do Instituto, Rolf Rackbort, as 300 famílias acampadas há mais de seis anos na região decidiram sair voluntariamente dos barracos depois do comprometimento do Governo federal em publicar o decreto até a próxima sexta-feira. Rackbort entrou contato, na sexta-feira à noite, com o secretário de Produção Rural, Gabriel Maciel. Durante a conversa, Maciel ressaltou que o Governo do Estado autorizaria a permanência dos sem-terra nas margens da PE-41, que corta a propriedade, até que o processo de desapropriação seja finalizado pelo Governo federal.

Na semana passada, a Companhia Brasileira de Equipamento (CBE) – empresa pertencente ao Grupo João Santos – entrou com um recurso administrativo junto à presidência Nacional do Incrá para tentar embargar a tramitação do

Depois de um litígio judicial de mais de seis anos, o envolvimento de várias autoridades e setores da sociedade, além da realização de quase uma dezena de reuniões, a disputa pela permanência nos 2,5 mil hectares do Engenho Prado teve mais um capítulo ontem com o despejo das famílias ligadas à Comissão Pastoral da Terra (CPT). Depois de duas reintegrações de posse ocorridas em um período de quatro meses, as famílias dependem agora da definição do processo de vistoria do Incrá, que considerou os cinco engenhos da Prado como improdutivos, dependendo agora do decreto presidencial para a sua finalização.

Durante o primeiro despejo, realizado do dia 3 de julho mediante um mandado de reintegração expedido pelo juiz de Nazaré da Mata, Carlos Alberto Maranhão, um efetivo de 385 policiais deu cumprimento à ordem judicial. Os advogados da CPT impetraram uma liminar de suspensão no mesmo dia do despejo. No entanto, o 1º Grupo de Camarás Civis do Tribunal de Justiça

Litígio judicial dura mais de 6 anos



Desocupação é o novo capítulo na história da ocupação no Prado

Durante os últimos quatro meses o clima na região mostrou-se tenso em várias oportunidades, resultando até mesmo na retenção temporária de um carro da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), que estava recolhendo amostras de sangue das agricultores acampados. Os sem-terra alegaram ter encontrado o material recolhido jogado em um canal e caso foi relatado à Polícia.

Há cerca de 20 dias, o governador do Estado, Jarbas Vasconcelos, teve uma conversa por telefone com o ministro Miguel Rosseto. Na ocasião, os dois discutiram sobre a situação no Prado, entretanto, as assessorias dos governos federal e estadual divulgaram versões diferentes sobre o teor da conversa.

O Engenho Prado faz parte do complexo da Companhia Brasileira de Equipamento, de propriedade do Grupo João Santos. A empresa alega que as terras são produtivas e utiliza como respaldo um projeto de reflorestamento de bambu, cujas minutas encontram-se sob análise no Itama.



Perna Mala

Relatório aponta irregularidades

De acordo com o artigo 172 do Código de Processo Civil, um mandado judicial de reintegração de posse só pode ser cumprido em dias úteis, após as 6h. O artigo 176, no entanto, estabelece que as condições de execução da medida podem ser alteradas a critério do juiz. A decisão da Polícia Militar de atender à determinação do juiz de Nazaré da Mata, Carlos Alberto Maranhão, num sábado, antes do horário previsto,

no relatório preparado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) sobre as possíveis irregularidades cometidas na madrugada de ontem.

De acordo com os advogados da CPT, relatos de sem-terra indicam que os oficiais de justiça não leram o mandado antes da ação de reintegração das famílias pela Polícia Militar. Na operação, seis pessoas acabaram sendo presas, sendo que metade foi encaminhada ao Instituto de Medicina Legal

dos maus-tratos. Os outros três detidos retornaram, no final da manhã, aos acampamentos.

"Meu marido levou um muro na cara e foi arrastado só porque disse aos policiais que eles não poderiam expulsar a gente de perto da rodovia", afirmou, chorando, Maria Severina Barbosa, 54 anos, foi a única Félix de Assis, 34 anos, foi a única pessoa detida no acampamento Chico Mendes II. Os demais foram

Ficar na PE-41 é nova polêmica

A grande discussão em torno do despejo de ontem no Engenho Prado ficou por conta da área onde as famílias ligadas à CPT resolveram montar acampamento, ainda na noite de sexta-feira. O promotor de Justiça de Nazaré da Mata, Paulo Henrique Figueiredo, declarou ontem que a Polícia Militar não tinha respaldo jurídico para retirar os sem-terra que estão acampados às margens da PE-41, que corta as terras do Engenho Prado.

Segundo o magistrado, toda a região situada em até dez metros do centro da rodovia não pode ser desapropriada, pois trata-se de um território estadual. "O mandado só termina a retirada da propriedade particular. Os oficiais de justiça que tiram esse pessoal de lá, mas não há determinação judicial para que eles saiam dessa área", declarou o promotor, que solicitou relatórios a PM e aos advogados da Comissão Pastoral da Terra sobre a operação de ontem. O promotor chegou com atraso ao local e não acompanhou a operação de retirada das famílias dos acampamentos.

As declarações de Figueiredo foram endossadas pelo procurador Geral de Justiça, Francisco Sales, que garantiu tratar-se de uma área pública. "Isso é o que a PM não ultrapassou os termos do mandado, que especifica apenas a retirada dos trabalhadores da área particular", declarou Sales. O procurador afirmou também que os advogados de defesa da CPT estão impossibilitados de recorrer da medida, já que a comarca de Nazaré da Mata encontra-se fechada aos sábados.

O advogado da Companhia Brasileira de Equipamento, Iamildo Monteiro, e o gerente geral da Usina Santa Teresa, José Mário Barros, não foram

DECRETO PARA DESAPROPRIAR ENGENHOS

VIDA URBANA

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE, QUINTA-FEIRA, 27 DE NOVEMBRO DE 2003 B13

Sai decreto para desapropriar engenhos

Quatro propriedades no município de Tracunhaém foram consideradas aptas para a reforma agrária

As famílias despejadas do Engenho Prado, em Tracunhaém, deram um passo rumo à posse definitiva das terras. O decreto presidencial de desapropriação de quatro imóveis de propriedade do Grupo João Santos foi publicado ontem, no Diário Oficial da União, resultando em quase dois mil hectares de terra aptos para reforma agrária. O despacho do presidente Luiz Inácio Lula da Silva anuncia como áreas de "interesse social" os engenhos Dependência, Taquara, Papicu,

Tocos, que totalizam 1.948 hectares – quantidade ideal para comportar 178 famílias.

A decisão foi comemorada entre os ex-acampados e a direção da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Já os advogados da Companhia Brasileira de Equipamento (CBE) – empresa pertencente ao Grupo João Santos e proprietária das terras – afirmaram ontem que vão recorrer da medida junto ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Dos 2,6 mil hectares, apenas o decreto relativo aos cerca de 600

hectares correspondentes ao Engenho Prado não foi publicado. O decreto presidencial autoriza o Incra a iniciar a avaliação dos imóveis, a indenização da empresa proprietária e a imissão de posse dos terrenos.

PRAZO - O superintendente regional do Incra, João Farias, mostrou-se satisfeito com a publicação dos decretos e estipula um prazo entre 100 e 180 dias para a regularização definitiva dos engenhos em benefício das famílias

ligadas à CPT, caso não exista recurso por parte dos proprietários.

"Para o Incra em especial representa uma grande vitória e a certeza que o restante dos processos internos irá correr mais facilmente", disse Farias, ressaltando que a equipe jurídica do órgão está analisando minuciosamente o processo de desapropriação do único entre os cinco engenhos do Prado que não recebeu decreto.

Os sem-terra, que estão alojados em um acampamento em Aracoiaba, planejam uma festa no

próximo domingo para comemorar o decreto, quando deve retornar o grupo de cem colonos que está em Brasília.

O coordenador estadual da CPT, Plácido Júnior, acredita em uma definição favorável aos sem-terra. "O importante é que a Casa Civil, Incra e MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) estão empenhados em manter a desapropriação e impedir que o STF casse a decisão", apontou Plácido Júnior.

O advogado da Companhia Brasileira de Equipamentos, Ivanildo

Monteiro, reiterou ontem que a empresa estuda o tipo de recurso que irá impetrar junto ao Supremo Tribunal Federal. "A empresa recebeu essa decisão com surpresa. Estamos levantando a documentação para saber como e quando vamos recorrer", declarou Ivanildo Monteiro.

O Engenho Prado chegou a ser desapropriado pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1997, mas o decreto foi suspenso pelo Supremo após um recurso movido pelo Grupo João Santos.

REFORMA AGRÁRIA

A história da trabalhadora rural Carmelita Maria da Silva, Lita, que resiste por um pedaço de terra para trabalhar, com outras 300 famílias, no acampamento Chico Mendes, em Tracunhaém (PE); relator da ONU pede respeito a direitos humanos



NACIONAL

REFORMA AGRÁRIA

“Depois que pegar a terra, já posso morrer. Meus filhos vão estar seguros”

Claudia Jardim, enviada especial a Tracunhaém (PE)

Barracos de barro e madeira cobertos pela lama preta. Entre os acampados está Carmelita Maria da Silva, Lita, que carrega nos ombros todos os estereótipos segregadores da sociedade: mulher, negra, pobre, sem-terra, mãe solteira. Junto de um dos cinco filhos, que ajuda a cortar o jerimum para o almoço, Lita de 45 anos, está há sete no acampamento Chico Mendes, Tracunhaém (PE). Ela começou a trabalhar na roça ainda pequena, quando sua mãe foi embora, deixando seu pai com nove filhos. Semelhante à história de muitas famílias nordestinas assoladas pela miséria, o pai de Lita teve que dar quatro filhos para adoção – o filho que encontrou de sustentar os outros cinco.

Uma das lideranças do acampamento, Lita conta com pesar que também teve que se separar de três filhos: levou para a casa de um primo em outro município quando começou a “guerra”. Foi dia 25 de março, quando funcionários do

Grupo João Santos, um dos maiores latifundiários de Pernambuco, iniciaram o ataque aos camponeses. Destruíram lavouras, envenenaram fontes de água e tanques de peixes. Desde então, cerca de 300 famílias vivem sob constante ameaça. Em resposta à destruição, dia 19 de abril os trabalhadores sem-terra ocuparam a Casa Grande e a incendiaram.

POLICIAIS OU JAGUNÇOS?

Na estrada de barro que leva a Tracunhaém, Zona da Mata, no Norte do Estado, a vasta extensão de terras, que já foi Mata Atlântica, agora é preenchida por cana-de-açúcar. No caminho do acampamento, os jagunços foram substituídos por policiais, que fazem a “segurança” das terras da Usina Santa Tereza, em Engenho Prado. A tarefa é impedir que qualquer um se aproxime. A ação dos policiais revela a pior herança do coronelismo: violência e concentração de terras. Mas à frente, sem proteção de armas, na entrada do acampamento Chico Mendes II, uma faixa anuncia: “Reparar a terra, multiplicar o pão”.

“O trabalho do ano todo foi



Foto: Cláudio Jardim

■ Carmelita e os filhos Márcio e Geraldo em frente à casa no acampamento

perdido e estivemos muito próximos de perder a terra. Eu não perdi muita coisa porque neste ano não tive dinheiro para comprar semente, então fiquei ajudando no coletivo”, diz Lita. Os la-

pequeno Márcio, de 10 anos, filho de Lita. Uma das maneiras de mudar os camponeses foi coagir as crianças na escola. Segundo elas, durante as aulas os policiais entram na sala e reviram a mochila. Lita já



■ A trabalhadora rural mostra o viveiro de peixes contaminado pelos usineiros

Ilegalidade no processo

Os engenhos Prado, Papicu, Taquara, Dependência e Tocos são considerados os focos de conflitos de terra mais tensos da Zona da Mata pernambucana. A área foi ocupada pelos trabalhadores rurais sem-terra em janeiro de 1997 e desapropriada para fins de reforma agrária. Em 1998, o grupo João Santos entrou com um mandato de segurança junto ao Supremo Tribunal Federal sob a alegação de que a área havia sido destinada para reflorestamento. Mesmo sem qualquer verificação para constatar a veracidade do mandato, o pedido de desapropriação foi cancelado. Em 2001, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) encaminhou um documento ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no qual constavam irregularidades na prática do reflorestamento, comprovando a ilegalidade do pedido de segurança de propriedade.

Após os conflitos que se iniciaram em 25 de março, o ouvidor agrário nacional, Gercino Filho, esteve na região e negociou a chegada de uma força tarefa para vistoria e desapropriação da mata norte em trinta dias. O grupo João Santos recorreu do mandato junto à 1ª Turma do Tribunal Regional Federal de Pernambuco, que suspendeu as vistorias.

Dia 20 de junho, um novo pedido de vistoria foi encaminhado em caráter de emergência ao relator da 1ª turma do TRF, desembargador Edvaldo Batista da Silva Júnior (o mesmo que havia concedido ao grupo João Santos a suspensão das vistorias). A vistoria da área foi concluída dia 22 e o Incra anunciou que levaria o processo a Brasília dentro de 15 dias. Segundo Plácido Júnior, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), os trabalhadores sem-terra deram até dia 4 de julho para o Incra enviar o parecer a Brasília, caso contrário "vão avançar e replantar a lavoura destruída pelos usineiros".

vradores perderam toda a colheita de milho, batata doce, mandioca e outros produtos que alimentavam Tracunhaém e os municípios vizinhos.

Quando a lavradora percebeu que uma pequena parte da plantação não havia sido destruída, chamou os homens do acampamento para procurar um trator e salvar o que restava. Os companheiros, incrédulos e desmotivados, não acreditaram que seria possível trazer o veículo antes que o resto da lavoura fosse destruído. Lita não se intimidou, pegou um dos filhos e saiu. Após caminhar mais de uma hora e meia, voltou



■ Na entrada do acampamento, o desejo pela reforma agrária

VIDA NA ROÇA

Lita passa o dia todo no roçado. Quando tem dinheiro, planta feijão porque "dá mais rápido"; quando não, ajuda na lavoura dos outros camponeses. Enquanto a panela ferve, no vai-e-vem da vassoura feita de folhas de mato seco, limpa o chão batido: "Às vezes ficava o dia inteiro na roça, sem comer. Mas da terra sempre dá para tirar alguma coisinha e trazer para os meninos".

Por causa do terreno arenoso que se desfaz com facilidade no período das chuvas, Lita precisou mudar o barraco de lugar inúmeras vezes. Em duas camas feitas de bambu que preenchem o pequeno barraco, dormem ela e os cinco filhos. Apesar da precariedade, diz que não sairia dali por nada: "Preciso deixar a terra para os meus filhos. Se fosse só eu, acho que não lutaria tanto, uma pessoa só vive até debaixo de uma árvore".

Como muitos trabalhadores do campo, que começaram a trabalhar na roça quando crianças, Lita é analfabeta, nunca foi à escola. "Quando teve curso aqui no acampamento acabei desistindo. Começava tarde e eu ficava com sono. Agora vai começar no clarear do lampião e dessa vez vou fazer porque, quando a gente ganhar a terra, eu vou ter que assinar", se entusiasma a trabalhadora rural que só sabe desenhar a primeira letra do nome.

REPRESSÃO NA ESCOLA

"Eu não vou mais para escola porque os policiais vão lá e ficam revirando nossa bolsa", esbraveja o

na sala e reviram a mochila. Lita já foi conversar com a professora, mas sem sucesso. "Eles discriminam muito as crianças do acampamento", lamenta.

Apenas três dos cinco irmãos de Márcio estão na escola, todos na segunda série do ensino fundamental. A mãe conta que o atraso escolar do menino ocorreu porque houve anos em que ela perdeu o emprego da maricula, outro ano porque tiveram que ajudar na colheita, e se entristece ao lembrar que mais uma vez vão perder o ano letivo, dessa vez por causa da "guerra" e "dos policiais".

Depois de caminhar pela lavoura destruída e pelo viveiro de peixe que hoje é apenas um pequeno lago de água contaminada, a camponesa acredita que irá conseguir as terras e revela seu maior desejo: "Hoje o que eu mais quero é buscar os meninos. Vai valer a pena essa luta. Depois que pegar a terra já posso morrer, meus filhos vão estar seguros".

Relator da ONU pede urgência no processo

O relator especial da Organização das Nações Unidas (ONU) para o Direito à Alimentação, Jean Ziegler, encaminhou um documento aos desembargadores do Tribunal Regional Federal da 5ª Região solicitando que o órgão respeite os direitos humanos dos trabalhadores rurais acampados na região e que a ação resulte em "um espaço institucional de fortalecimento da reforma agrária, ao invés de priorizar demandas injustificadas que buscam paralisá-la no Estado de Pernambuco". Ziegler visitou a Zona da Mata há um ano, onde ele afirma ter testemunhado um profundo "grau de miséria e fome que passam milhares de cidadãos pernambucanos, em função da concentração de terra e renda". No relatório da visita ao Brasil, complementa o relator, "ficou registrado que a única forma de garantir o direito à alimentação é a realização da reforma agrária".



nico mendes Il a faixa anuncia